



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 151 - QUARTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)
LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	EXPEDIENTE
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 142ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Comunicação da Presidência		
Referente a Hora do Expediente da presente sessão destinada a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis, de acordo com os Requerimentos nºs 918 e 926, de 2006, do Senador Paulo Octávio e outros Srs. Senadores.....	27553	to do arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, no dia 27 último, na cidade de São Paulo.....
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)		27563
1.2.3 – Orador		
Senador Paulo Octávio	27553	Recebimento da Mensagem nº 215, de 2006 (nº 725/2006, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente de até US\$ 85,200,000.00 (Oitenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – BID/FOR I”.....
1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)		27563
1.2.5 – Leitura de projetos		
Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, que revoga o § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para suprimir restrições ao eleitor que deixar de votar.....	27558	Recebimento do Ofício nº S/9, de 2006 (nº 64/2006, na origem), de 25 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento da Lei nº 10.424, de 24 de abril de 1990, do Estado de Pernambuco (reajuste mensal automático dos vencimentos dos salários do Poder Judiciário), da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 269169, que declarou a inconstitucionalidade da referida Lei.....
Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença.....	27560	27564
Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, altera a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores.....	27561	1.2.6 – Leitura de requerimentos
Nº 940, de 2006, de autoria do Senador Paulo Octávio, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006 à Comissão de Assuntos Econômicos para que a mesma seja ouvida, além da Comissão constante do despacho inicial.	27563	Nº 1.041/2006, de 28 do corrente, do Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, comunicando a publicação, no Diário Oficial da União , da concessão da aposentadoria do Ministro Adylson Motta, nomeado para aquele Tribunal por escolha do Congresso Nacional, em vaga destinada à Câmara dos Deputados.....
Nº 941, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimen-		27564
		1.2.7 – Comunicações da Presidência
		Recebimento da Mensagem nº 215, de 2006 (nº 725/2006, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente de até US\$ 85,200,000.00 (Oitenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – BID/FOR I”.....
		27563
		1.2.8 – Aviso do Tribunal de Contas da União
		Nº 1.041/2006, de 28 do corrente, do Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, comunicando a publicação, no Diário Oficial da União , da concessão da aposentadoria do Ministro Adylson Motta, nomeado para aquele Tribunal por escolha do Congresso Nacional, em vaga destinada à Câmara dos Deputados.....
		27564
		1.2.9 – Ofício
		Nº 85/2006, do Senador Teotonio Vilela Filho, comunicando que reassumiu o exercício do seu mandato de Senador da República, pelo Estado de Alagoas, a partir do dia 18 de agosto do corrente ano, por haver terminado o período das licenças

solicitadas através dos Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006.....	27564
1.2.10 – Discursos do Expediente	
SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Preocupação com a questão dos altos juros cobrados nos empréstimos bancários e com o reajuste de suas tarifas.	27564
SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos à Presidência do Senado, pela iniciativa da homenagem prestada às pessoas portadoras de necessidades especiais, que integram o quadro funcional da Casa. Preocupação com a anunciada “nova reforma” da previdência e defesa no sentido de que a mesma promova justiça social.....	27566
SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Preocupação com a grave crise por que passa o país e a apatia da população, cuja solução é a participação de todos na política, com a renovação das práticas políticas.....	27575
SENADOR ALMEIDA LIMA – Lamento pelo comportamento de alguns artistas brasileiros, que são referenciais na sociedade, e que declararam apoiar Lula sem preocupação com a ética. Comentários ao artigo da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , intitulado “Os bobos da corte”.....	27579
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Encaminhamento à Mesa de projeto que altera a lei que dispõe sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores. Críticas às declarações do presidente Lula, durante o lançamento de seu programa de governo, em São Paulo.	27583
SENADOR TASSO JEREISSATI – Registro de recentes viagens que fez a diversos municípios do interior do Estado do Ceará, onde pôde atestar que o governo Lula está tentando implantar cultura perversa na tradição cultural brasileira.....	27585
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Manifestação de alegria ao visitar vários municípios do Estado do Pará, especialmente da região sul e sudeste do estado, em companhia do candidato a governador, Almir Gabriel. Denúncia sobre o atraso no repasse de verbas do governo federal para os estados.....	27590
SENADOR CÉSAR BORGES – Apelo à população brasileira, no sentido de analisar os rumos que o Brasil está tomando, através dos programas governamentais que iludem o povo.	27594
SENADOR ROMEU TUMA – Justificação de encaminhamento de requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Dom Lucas Mendes de Almeida. Homenagem ao Dia do Soldado, comemorado em 25 de agosto.	27598

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALDIR RAUPP – A questão do desemprego como um dos mais graves e devastadores problemas a afligir a classe trabalhadora brasileira. 27600

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre a matéria intitulada “Fracasso nas urnas ronda ex-ministros”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 22 do corrente. 27601

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do artigo intitulado “Vergonhas e erros de Lula”, de autoria do jornalista Rubem Azevedo Lima, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 24 de julho último.... 27603

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Homenagem aos funcionários da Casa, portadores de necessidades especiais e cumprimentos ao Presidente Renan Calheiros que tanto tem impulsionado as atividades aqui desenvolvidas, com vistas à valorização da pessoa com deficiência. 27604

SENADOR MARCOS GUERRA – A necessidade urgente de uma correção de rumo nas políticas artificiais e de fôlego curto a que o governo tem recorrido..... 27604

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 29-8-06

SENADO FEDERAL

**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA**

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 142^a Sessão Não Deliberativa, em 29 de agosto de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Marcos Guerra e César Borges

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A primeira hora da presente sessão se destina a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis, de acordo com os Requerimentos nº 918 e 926, de 2006, do Senador Paulo Octávio e de outros Srs. Senadores.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Sr. Luiz Carlos Attié, representante do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis. (Palmas.)

Por favor, podem tomar seus lugares. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa o Dr. Hermes Alcântara, Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília. (Palmas.)

Senador João Alberto Souza, Senador Paulo Octávio, Srs. e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, em primeiro lugar, parabenizo todos os corretores de imóveis pela passagem de seu dia.

Para o Senado Federal e, especialmente, para mim, é uma honra muito grande poder abrir as portas do Senado Federal para esses profissionais exatamente na data em que comemoram seu dia.

Eu gostaria, sinceramente, de estender meus cumprimentos ao querido amigo e membro destacado de nossa Mesa Diretora Senador Paulo Octávio, requerente desta homenagem, que, sem dúvida, valoriza a profissão dos corretores de imóveis de todo o País.

O Congresso Nacional e, especialmente, o Senado Federal, buscam, sem dúvida, um diálogo constante com todas as categorias profissionais e não seria diferente com os corretores de imóveis.

Por isso, quando a matéria chegar ao Senado Federal, vamos analisar, de forma equilibrada, a proposta do Conselho Federal de Corretores de Imóveis para que os profissionais de nível superior, com formação em gestão imobiliária, obtenham o reconhecimento legal.

Os corretores de imóveis são os profissionais que se habilitam para tornar realidade um dos maiores sonhos dos brasileiros: a possibilidade de adquirir a casa própria.

Melhor preparação para essa função é uma necessidade diante de uma sociedade que exige cada vez mais dos prestadores de serviço e resultará em serviços de melhor qualidade para a comunidade.

Muito já fizemos, Senador Paulo Octávio, e outro tanto temos de fazer, para ampliar as possibilidades de os brasileiros adquirirem a moradia.

Cabe recordar que a chamada Medida Provisória do Bem, aprovada nesta Casa em 2005, depois de árdua negociação da qual todos nós participamos verdadeiramente, estimulou, sem dúvida, o crescimento do setor.

Em decorrência dela, houve o aumento da produção da construção civil e a diminuição do preço dos imóveis a serem adquiridos, com efeitos positivos na renda e no emprego.

Por fim, registro que cuidaremos para que seja rápida a tramitação do Projeto de Lei nº 167, de 2003, de autoria do nobre Senador Romeu Tuma, que concede a isenção de IPI sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis. (Palmas.)

A participação dos corretores de imóveis neste debate será, sem dúvida, fundamental e insubstituível, como sabe o Senador Paulo Octávio. Aguardamos a colaboração dos senhores para aperfeiçoar, como queremos, a legislação do setor.

Parabéns, portanto, a todos os corretores de imóveis, verdadeiros profissionais de consultoria de um setor que dá grande impulso ao desenvolvimento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, meus colegas corretores de imóveis, Exmº Presidente Renan Calheiros, que hoje pela ma-

nhã brindou o Senado Federal e o País com um café, quando pudemos encontrar muitas pessoas portadoras de necessidades especiais que estão sendo muito bem tratadas nesta Casa. O Senado fez uma revolução, uma verdadeira revolução, ao dar condições excepcionais a tantos brasileiros e brasileiras que necessitam de um tratamento especial, de um carinho especial.

O Senador Renan Calheiros está mudando esta Casa, dando a todos os brasileiros, sem distinção, o mesmo tratamento digno.

O café da manhã de hoje foi surpreendente e orgulhou a todos os Senadores presentes. Todos ficamos muito orgulhosos de sua gestão, de seu trabalho e de seu empenho em uma causa esquecida por todos nós, que é a daquelas pessoas que necessitam de atendimento especial e que muitas vezes não encontram no local de trabalho o que precisam. No Senado, felizmente, estamos revolucionando, transmitindo esse novo conceito ao País. Seguramente, os corretores de imóveis sabem da importância da acessibilidade para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Senador Renan Calheiros, o Senado está caminhando bem sob sua gestão, sob sua batuta. Parabéns! Fico orgulhoso de fazer parte da Mesa muito bem presidida por V. Ex^a.

Meus cumprimentos ao Senador João Alberto Souza, Presidente do Conselho de Ética, que terá pela frente um mês árduo, de muito trabalho. É uma honra tê-lo nesta sessão.

Caro Saulo Cortes, Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 8^a Região – ainda não o vi, onde está? –, receba meu abraço. (Palmas.)

Senador Renan Calheiros, gostaria de tomar a liberdade de convidar o Sr. Saulo, Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, para fazer parte da Mesa, por favor, ao lado do nosso querido Attié.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estamos aguardando a presença do Dr. Saulo Cortes para compor a Mesa com muita honra. (Palmas.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Hermes Alcântara, Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília; meu caro Antonio Bispo, Presidente da Fesecovi e também do Secovi-DF; meu caro amigo Luiz Carlos Attié, que neste ato representa o Conselho Federal dos Corretores de Imóveis – corretor tradicional na cidade –, meus cumprimentos e muito obrigado pela sua presença. (Palmas.)

Meus senhores, minhas senhoras, meus prezados Senadores e Senadoras aqui presentes, foi com imensa

alegria e com o sentimento de estar cumprindo um dever, que apresentei, na semana passada, requerimento para que a Hora do Expediente da sessão desta tarde fosse destinada à comemoração do Dia do Corretor de Imóveis, transcorrido dia 27, domingo último.

Minha ligação, de cunho profundamente afetivo, com essa categoria profissional remonta aos tempos em que eu próprio exercei essa nobre ocupação. De fato, doces são as memórias que guardo daquela época, quando dirigia toda a minha energia laborativa para realizar uma transação imobiliária que fosse plenamente satisfatória para ambas as partes envolvidas. Inúmeras e duradouras são as amizades que construí naquele período. De valor inestimável são os ensinamentos adquiridos no rico cotidiano da intermediação dos negócios imobiliários.

Evidentemente, quando o generoso povo de Brasília me fez, pela primeira vez, seu representante – então para um mandato na Câmara Federal –, continuei a ter, entre minhas prioridades, a defesa dos interesses de classe e das condições para o bom desempenho profissional dos corretores de imóveis. Preocupado em combater o exercício ilegal da profissão, apresentei naquela Casa do Parlamento projeto de lei tornando obrigatória a inclusão do nome do corretor, ou da empresa de corretagem responsável pela venda dos imóveis, nas escrituras de transações imobiliárias. Trata-se de providência que visa a dar credibilidade ao negócio, pois o corretor de imóveis, seja pessoa física ou pessoa jurídica, é elemento indispensável para a segurança das partes em qualquer transação. Bem sabe aí o nosso amigo GG Leite, bem sabe o Luiz Cláudio Nasser, os dois que são símbolos dos corretores aqui da nossa cidade.

Mas não é preciso que se tenha, pessoalmente, exercido a profissão para perceber o alto valor social da função desempenhada pelo corretor de imóveis. Afinal, os elevados valores monetários com que esse profissional trabalha representam, não raras vezes, o sonho maior e a poupança de toda uma vida daqueles que recorrem a seus serviços. Todos sabemos que o grande sonho – e muito bem colocou aqui o nosso Presidente Renan – de cada cidadão brasileiro é a aquisição da casa própria. E nós sabemos, em um Brasil com essa extensão continental, um Brasil que tem todos os insumos da construção civil, como é duro saber que tantos brasileiros, hoje, não têm onde morar. É triste e duro para nós, que vivemos buscando dar cidadania por meio da qualidade de vida e da casa própria, saber que ainda há tantos e tantos desabrigados em nosso País.

E aqueles que, como eu – e aqui há tantos –, escolheram Brasília para viver, para criar os filhos, para

construir o amanhã encontram belas coincidências nas trajetórias de criação da nova Capital Federal e de consolidação da profissão de corretor de imóveis.

Bem ao tempo em que essas vastidões do Planalto Central eram um gigantesco canteiro de obras, a luta dos corretores de imóveis para regulamentar sua profissão encontrava-se no auge. Foi em setembro de 1957 que se realizou o I Congresso Nacional dos Corretores de Imóveis, ao qual compareceu uma delegação altamente representativa do sindicato da categoria do Estado de Goiás, chefiada por seu presidente, o empresário Elias Bufaiçal.

Além de participar dos debates sobre a necessidade de se proceder à regulamentação do ofício de corretor, a delegação goiana apresentou duas importantes proposições. A primeira era no sentido de que fosse dirigida ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, uma moção de integral apoio à mudança da Capital Federal para Brasília. A segunda era para que a venda de terrenos da nova Capital do País fosse promovida por intermédio dos corretores de imóveis e sob a supervisão dos respectivos sindicatos.

Aprovadas as propostas pelo Plenário daquele Congresso, um representante da categoria foi incumbido de contatar o Presidente da Novacap, Israel Pinheiro, no final daquele mesmo ano. Assim, com o apoio do Presidente Juscelino, ficou confirmada a venda dos terrenos de Brasília por intermédio dos corretores de imóveis sindicalizados.

E aí eu abro parênteses, Presidente Renan. Sou do interior de Minas Gerais, do sul de Minas, lá de Lavras. Eu me lembro – tinha aproximadamente oito anos de idade – do meu pai, dentista naquela cidade, muito feliz, porque tinha recebido a visita de um corretor de imóveis da Novacap e havia comprado um terreno em Brasília. Talvez tenha sido este o motivo que trouxe minha família para Brasília: a visita de um corretor de imóveis, no interior, vendendo terreno desta cidade, e o entusiasmo dos brasileiros que aceitaram o desafio de JK e se transferiram para esta cidade.

Então, veja a importância do corretor de imóveis no desenvolvimento nacional. Foram eles que, naquele momento de pessimismo, quando ninguém acreditava em Brasília, bateram de porta em porta, de casa em casa, vendendo terrenos na nova capital do Brasil. E aí Brasília se consolidou, porque os terrenos foram vendidos, e as pessoas começaram a investir, as pessoas acreditaram, porque os corretores são otimistas e acreditam neste País.

Com efeito, era muito grande o apreço que o Presidente Juscelino nutria pela categoria dos corretores. Em seus discursos, nosso eterno Presidente enaltecia o

trabalho desses profissionais, agradecendo sua efetiva participação na epopéia de construir Brasília. Chegava ele mesmo a dizer que, sem essa importante colaboração, teria sido impossível realizar esta cidade.

Aliás, não foi por acaso que, ao criar, em 2002, uma comenda destinada a homenagear personalidades que tenham colaborado com a categoria, o Conselho Federal dos Corretores de Imóveis escolheu designá-la “Comenda JK”. Explicando essa escolha, o Presidente do Conselho Federal lembra que, “no exercício da Presidência do Brasil, Juscelino sempre deu importância ao trabalho do corretor de imóveis. Antes da regulamentação da nossa profissão, ele chamou os corretores para vender os lotes de Brasília”.

Sr. Presidente Renan Calheiros, Srs. Senadores, a moradia está elencada no artigo 6º da Carta Magna como um direito social. De fato, uma das necessidades mais sentidas por qualquer ser humano é ter um lar para recompor as suas energias. Nesse sentido, podemos dizer que os corretores de imóveis são os profissionais que trabalham com o sonho mais caro do ser humano. Além disso, devemos ter em mente seu relevante papel social como dinamizadores da economia. O setor da construção civil ocupa, reconhecidamente, um papel de especial destaque na geração de empregos neste País. E as transações imobiliárias não podem prescindir do conhecimento técnico especializado do corretor de imóveis.

Essa profissão é hoje reconhecida pelo mundo afora, principalmente nos países mais desenvolvidos, também por sua indispensável contribuição no fomento à economia, fazendo girar riquezas incalculáveis.

Vale lembrar, aliás, que as atribuições hoje exercidas pelos corretores de imóveis são muito mais abrangentes do que aquelas exercidas no passado. Entre suas competências profissionais, encontram-se a captação, a venda, a locação, a permuta, o controle de recebimento de aluguéis e de taxas de condomínios, a avaliação de imóveis a serem comercializados, além do assessoramento sobre todos os assuntos relacionados ao mercado imobiliário.

Desde que se acelerou fortemente o processo de urbanização do País, o profissional do setor imobiliário viu-se compelido a lidar com um cenário cada vez mais complexo. Sua atividade não mais se resume a participar da alienação de imóveis. Cabe, também, ao corretor do século XXI orientar investimentos e contribuir nas discussões acerca do planejamento e do desenvolvimento urbano. Não menos relevante é sua participação no debate das questões relativas ao meio ambiente e à qualidade de vida nas grandes metrópoles.

Ao orientar um novo loteamento, é dever do corretor de imóveis evitar locais sujeitos a enchentes, a deslizamentos de terra, quedas de barreiras e a outros sinistros, problemas freqüentes quando são invadidas áreas de risco e de preservação ambiental. A ação do corretor moderno deve associar-se à das autoridades governamentais nos objetivos de prevenção de danos ao meio ambiente. Não pode ele contribuir nem ser conivente com aqueles que jogam esgotos **in natura** nos cursos d'água, despejam efluentes industriais sem tratamento ou deixam lixo abandonado a vaziar para os rios. O corretor de imóveis moderno é um soldado na defesa do meio ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a categoria dos corretores de imóveis reúne cerca de 180 mil profissionais em todo o País. Aqui em Brasília, sou um dos primeiros. Sou licenciado sob o nº 279. Sou um dos trezentos primeiros, antes, logicamente, do Gegê, que se formou depois de mim. A categoria dos corretores, então, reúne este exército: 180 mil brasileiros em todo o País.

A todos os corretores de imóveis que nos estão assistindo pela TV Senado e àqueles corretores aqui presentes desejo apresentar meus calorosos cumprimentos pelo transcurso do seu dia. Mas, em face da impossibilidade de nomear cada um, gostaria de homenagear a todos na pessoa de uma extraordinária liderança da categoria que já não mais se encontra entre nós.

Refiro-me ao inesquecível Antônio Macuco Alves, conhecido como Toneco, o maior líder de toda a categoria dos corretores de imóveis de sua época, e uma personalidade importantíssima na organização da categoria. Foi Presidente de cinco entidades relacionadas ao setor imobiliário: associação, sindicato, Câmara de Valores Imobiliários, Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região e Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

Membro da Junta Provisória criada em 1938 para estabelecer os primeiros parâmetros da Associação Profissional dos Corretores de Imóveis, Toneco participou das duas primeiras diretorias dessa associação. Em 1942, fundou, junto com outros pioneiros, a Câmara de Valores Imobiliários do Estado de São Paulo. No sindicato de seu Estado, foi Vice-Presidente em duas gestões e ocupou a Presidência durante três gestões consecutivas. No Conselho Federal, foi o primeiro Presidente, cargo que ocupou de 1962 a 1968.

Batalhou incansavelmente pelo reconhecimento da profissão, esforço que acabou sendo recompensado pela promulgação da Lei nº 4.116, de 1962. Destacou-se, ainda, na luta para que o Conselho Federal de Educação definisse o currículo escolar para corretores de

imóveis. Por sua dedicação aos interesses da classe, recebeu o título "Colibri de Ouro", a maior homenagem prestada a um corretor de imóveis, além de haver sido eleito patrono e presidente benemérito do Sindicato de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo. Um ano após seu falecimento, em 1976, foi homenageado com a inauguração de uma rua com seu nome no bairro Butantã, na cidade de São Paulo.

Ao homenageá-lo, queria também homenagear outro brasiliense, meu caro Attié, meu caro Saulo, queria homenagear uma pessoa que conheci e que foi realmente um incansável lutador pela nossa categoria aqui em Brasília. Queria dar um abraço lá no céu no Aref Assreuy, ele que tanto ajudou a nossa categoria. Muito me emociona falar do Aref, porque tivemos com ele uma convivência extraordinária, amiga e fraterna.

Estou certo, Srs. Senadores, que Antônio Macuco Alves, como Aref, muito bem representou as virtudes da seriedade, competência e lealdade à categoria, que devem sempre nortear o trabalho do corretor de imóveis. Por isso, na sua pessoa, homenageio a cada um dos corretores de imóveis do Brasil que, nos dias que correm, dão seqüência a essa rica tradição de respeito ao cliente, dedicação aos interesses da classe e contribuição ao nosso País.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, concedo, com muita honra, um aparte ao ilustre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Presidente Renan Calheiros e Senador Paulo Octávio, peço desculpas, pois estava em um compromisso com o pessoal do Judiciário. Estou até transpirando, porque corri para chegar a tempo de ser solidário a V. Exª nessa justa e correta homenagem que presta aos corretores de imóveis. Durante a vinda, ouvi V. Exª falar do art. 6º da Constituição, que reza que a propriedade do cidadão é um direito constitucional. Eu fui o relator da matéria, e, daqui deste Senado, saiu esse projeto, aprovado por unanimidade e sancionado pelo então Presidente Fernando Henrique. Senador Paulo Octávio, eu acompanho de perto a evolução do Conselho em São Paulo. Vou a quase todas as reuniões no interior, porque eles têm uma mensagem muito positiva para os cidadãos. Peço a sua solidariedade, Senador, para um projeto de minha autoria que isenta de IPI os corretores de imóveis, por ser o carro o único instrumento de trabalho deles. O projeto foi aprovado pela CAE – e existe o projeto de encaminhamento conjunto. Faço esse apelo também ao Presidente Renan, que é sensível a essas solicitações que favorecem aqueles que exercem sua atividade em benefício da sociedade, buscando um caminho melhor para aqueles que menos oportunidade têm. Até na novela, ontem, alguém

queria um imóvel e procurava um corretor para buscar um preço melhor. Então, essa homenagem vem com a vestimenta da correção, da honestidade e da lisura com que V. Ex^a conduz o seu mandato nesta Casa. Solicito que V. Ex^a me ajude para que consigamos a isenção do IPI aos corretores de imóveis do Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Nobre Senador Romeu Tuma, agradeço a sua participação e quero registrar que, antes de meu pronunciamento, o Senador Renan Calheiros, com muita justiça, já havia feito a referência devida a seu projeto, projeto esse que tem o consenso da Casa. Tenha certeza de que uma providência importante como essa, que dá aos corretores a possibilidade de obterem sua condução para marcharem rumo a novos negócios e ao desenvolvimento do País, tem o nosso apoio. E, seguramente, esse projeto será aprovado no Senado e na Câmara. Será um projeto vitorioso. E quem sabe um dia os corretores de imóveis possam retribuir o seu trabalho e a sua dedicação lhe concedendo o Colibri de Ouro como um dos corretores de imóveis de coração do nosso País, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nem que eu tenha que fazer o exame, porque não há corretor sem que se faça prova. A fiscalização é eficiente, correta, decente. E sempre são divulgados em uma publicação os atos ilícitos praticados por falsos corretores. Se pegarmos um jornal em São Paulo – e acho que no Brasil inteiro –, permanentemente veremos notícias a respeito da fiscalização rigorosa que é exercida pelos conselhos. Então, trata-se de uma atividade que merece todo o nosso respeito, sem dúvida alguma. E fico encantado por V. Ex^a ter falado do Presidente Juscelino e de tudo o que ele fez em benefício dessa categoria. (Palmas.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – O aparte de V. Ex^a só enriquece o nosso pronunciamento. Fica aqui a homenagem, o apoio a seu projeto e, seguramente, a certeza de que os corretores de imóveis de Brasília e do Brasil vão continuar esse grande trabalho pelo nosso País.

E vamos atender ao apelo de nosso Presidente: não vamos deixar nenhum brasileiro sem casa própria, Sr. Presidente, nenhum brasileiro sem acessibilidade.

A partir de seu ensinamento no Senado, vamos dirigir nossa preocupação para os portadores de necessidades especiais, que precisam muitas vezes enfrentar uma escada muito íngreme para chegar a um edifício. Faço um apelo a todos os corretores para que, na orientação de novos empreendimentos, levem às empresas, às construtoras, aos investidores essa

noção de respeito às pessoas que precisam de tratamento especial. A mesma acessibilidade que estamos proporcionando aqui no Senado deve ser levada a todo o Brasil. E os senhores são os condutores das mensagens que devem melhorar a vida do nosso povo.

Por isso, ao fazer esta homenagem pelo transcurso do Dia do Corretor de Imóveis, eu que me considero ainda um corretor razoável – ouviu, Attié? - quero dar um abraço a todos e digo que aprendi muito no meu tempo como corretor de imóveis. E com eles tenho uma convivência muito intensa em Brasília. Desejo a todos os presentes muito sucesso. Espero também que se orgulhem da profissão, que requer muita paciência, muita tolerância, muita capacidade de aglutinação das pessoas, com o intuito de beneficiar ambas as partes. Mas é gratificante.

Tenho certeza de que cada um dos presentes deve ter, como tenho, a sensação boa de ver tantas famílias com a sua casa própria hoje, que têm um investimento, um bem de raiz adquirido muitas vezes com sacrifício. São hoje pessoas que têm a segurança e a tranquilidade de terem onde morar. Essa segurança passa de pai para filho. Uma família que tem um imóvel, uma casa, um apartamento, um local onde morar, seguramente será mais tranquila, mais feliz, será uma família mais abençoada.

Fica aqui a minha gratidão, Presidente Renan Calheiros, pela sua presença.

Registro que o Presidente Renan Calheiros fez questão de estar presente, trazendo o seu abraço a todos os corretores de imóveis do Brasil. E agradeço a todos os amigos de Brasília que vieram prestigar esta sessão.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço o Senador Paulo Octávio pela feliz iniciativa desta justíssima homenagem. Agradeço as autoridades que nos honram com suas presenças, aos convidados e aos corretores de imóveis.

Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(Suspensa às 14 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 14 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as}s e Srs. Senadores, no dia 28 de agosto de 1979, exatamente há 27 anos, o País assistia aliviado à edição da Lei nº 6.643, que instituiu a anistia ampla, geral e irrestrita. Era, Srs. Senadores, o primeiro passo da caminhada em direção à redemocratização

do Brasil. Era o começo do fim de mais um triste capítulo de nossa história contemporânea: os anos de linha dura que tanto marcaram minha geração e a de muitos outros brasileiros.

Por tudo isso, nunca é demais comemorar a anistia no Brasil. Em primeiro lugar, porque foi um marco histórico o reencontro do Brasil consigo mesmo. Em segundo lugar, porque é por meio de suas memórias que uma nação evita cometer os erros do passado. Graças à maturidade do nosso País, esperamos nunca mais ter aqui regimes de exceção e interrupções da normalidade institucional. Os radicalismos de qualquer tipo são rejeitados em conjunto pela nossa sociedade. Temos a vocação da democracia!

Essa comemoração coincidiu ontem com um momento triste: a perda de D. Luciano Mendes de Almeida, uma das principais vozes da redemocratização do País e da justiça social. Durante os anos de autoritarismo, D. Luciano pôs o peso de sua autoridade moral a serviço da luta pela democracia, em favor da anistia, da pacificação do País.

A comemoração do aniversário da anistia em nosso País ontem e a dor pela perda de D. Luciano são momentos que exigem de todos nós uma profunda reflexão. Temos um Brasil redemocratizado, mas que precisa, sem dúvida, de aperfeiçoamento, de correções de rumo, de ações firmes na busca da retomada do nosso caminho.

Estamos às vésperas de uma nova eleição e é a hora de repensar, sem dúvida, o futuro. Não podemos mais conviver com os níveis alarmantes a que chegou a violência urbana; não podemos mais permitir que nossas instituições e que a população sejam acuadas por organizações criminosas. A onda de terror que vivenciamos hoje não pode, no entanto, ser motivo para que direitos humanos fundamentais sejam violados. Não é mais uma questão de novas leis. Trata-se de aplicar com rigor a legislação que já existe, aperfeiçoar as instituições, reaparelhar o Estado para que ele cumpra suas funções constitucionais.

Srs e Srs. Senadores, como Ministro da Justiça, criei a primeira Comissão de Anistia, que analisa a concessão de compensações aos perseguidos pelo regime autoritário. Como Senador, tive a honra de relatar, em 2002, o projeto que regulamentou o pagamento dos benefícios às vítimas do autoritarismo. Há, na Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça, muitos pedidos de indenização em análise; uma análise técnica, isenta, que depende de recurso e, por isso, demorada.

É preciso lembrar sempre que a transição democrática no Brasil foi a mais pacífica de todas; uma obra de maturidade política que envolveu toda a sociedade

e que trouxe, sem dúvida, novas esperanças. Foi uma festa democrática inesquecível.

Mas está na hora, como dizia, de corrigir os rumos, em busca da consolidação de todas as expectativas que a anistia e a democratização trouxeram há 20 anos. Há muito a ser feito, e uma eleição geral é um bom momento para refletir sobre os caminhos a serem tomados. O Brasil, sem dúvida, espera isso tudo de todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2006

Revoga o § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para suprimir restrições ao eleitor que deixar de votar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º
§ 1º (Revogado)

§ 2º Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nas arts. 5º e 6º, I, sem prova de estarem alistados não poderão praticar os seguintes atos:

I – inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II – receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de cargo, função ou emprego público, na administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como em sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo Governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

III – participar de licitação pública da administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios;

IV – obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, Caixas Econômicas Federal ou Estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração

este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

V – obter carteira de identidade ou passaporte;

VI – renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo Governo;

VII – praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou Imposto de Renda.

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O eleitor que deixar de votar e não se justificar devidamente, ou então deixar de pagar a multa que lhe for infligida, nos termos do **caput** do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) – ou, meramente, não comprovem a adimplência das obrigações eleitorais legalmente impostas – está impedido, como se sabe, de realizar vários atos necessários ao exercício da cidadania ou de atividade econômico-financeira, conforme expressa o § 1º do mencionado art. 7º.

De acordo com o referido dispositivo, que se encontra na parte introdutória do Código Eleitoral, são vedados ao eleitor absenteísta: inscrever-se em concurso público, receber remuneração dos órgãos e entidades estatais, participar de licitação pública, obter empréstimo de entidades financeiras estatais, obter passaporte ou carteira de identidade, renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo Governo e praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou Imposto de Renda.

Trata-se de restrições que entendemos ser de constitucionalidade duvidosa, em razão de violarem os princípios fundamentais da Carta Maior, em especial, o princípio da cidadania, previsto no seu art. 1º, inciso II. Paradoxalmente, viola-se a cidadania, que é o valor jurídico-constitucional que o legislador pretende realizar, mediante a imposição de penalidades ao cidadão que deixar de cumprir o dever do voto, que também constitui direito político a informá-la.

A nosso ver, a multa imposta ao eleitor que deixar de justificar a sua ausência no local de votação e a possibilidade de cancelamento do seu registro eleitoral em caso de deixar de votar em três eleições consecutivas, sem que tenha se justificado ou pago a multa, conforme prevê o § 3º do referido art. 7º do Código Eleitoral, são medidas suficientemente desestimuladoras do absenteísmo voluntário do eleitor, tendo em vista que o comparecimento do eleitor à seção eleitoral para

votar torna-se menos embaraçoso que o pagamento da multa – ainda que seja irrisório o seu valor – para regularizar sua situação junto à Justiça Eleitoral.

A proposta privilegia a necessidade de comprovação do alistamento eleitoral, na forma que dispõe o § 1º, do art. 14 da Carta Magna e mantivemos, no entanto, as referidas restrições, com algumas atualizações redacionais, conforme previsto no § 2º do citado art. 7º, para os não-alistados.

Finalmente, acreditamos que o projeto vai ao encontro dos anseios de todos os adeptos do voto compulsório nessa quadra da vida política nacional, mas que desejam desvestir do ato de votar a camisa-de-força materializada em restrições que são incompatíveis com a ampla liberdade política inerente ao nosso sistema constitucional.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Marco Maciel**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral.

Art. 5º Não podem alistar-se eleitores:

I – os analfabetos;

II – os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III – os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

I – quanto ao alistamento:

a) os inválidos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os que se encontram fora do País.

II – quanto ao voto:

a) os enfermos;

b) os que se encontram fora do seu domicílio;

c) os funcionários civis e os militares, em serviço que os impossibilite de votar.

Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 5 (cinco) a 20 (vinte) por cento do salário-mínimo da zona de residência, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367.

§ 1º Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

I – inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II – receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou paraestatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo Governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

III – participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

IV – obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, Caixas Econômicas Federais ou Estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo Governo, ou de cuja administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

V – obter passaporte ou carteira de identidade;

VI – renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo Governo;

VII – praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou Imposto de Renda.

§ 2º Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos arts. 5º e 6º, I, sem prova de estarem alistados não poderão praticar os atos relacionados no parágrafo anterior.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 245, DE 2006

Dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. A concessão de lavra ou licença poderá ser desmembrada em concessões ou licenças distintas, a juízo do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM),

desde que o fracionamento não comprometa o racional aproveitamento da área e fiquem evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes e o incremento da produção da área.

§ 1º O desmembramento será pleiteado pelo pretendente por meio de requerimento dirigido ao Ministro de Minas e Energia, entregue mediante recibo no Protocolo do DNPM, onde será mecanicamente numerado e registrado, devendo conter, além de memorial justificativo, os elementos de instrução referidos no art. 38 deste Código, relativamente a cada uma das concessões ou licenças propostas.

§ 2º O desmembramento somente poderá ser efetivado se o titular do direito mineral preexistente não promover, dentro de prazo fixado pelo DNPM, o aproveitamento requerido pelo pretendente e se o aproveitamento for considerado de interesse para o setor mineral.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o atual Código de Mineração do Brasil, Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a área requerida para exploração de substâncias minerais será considerada onerada, conforme redação dada pela Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976, se ela estiver vinculada a autorização de pesquisa, registro de licença, concessão de lavra, manifesto de mina ou permissão de reconhecimento geológico.

Ressalte-se, ainda, que, conforme previsto no Decreto nº 3.358, de 2 de fevereiro de 2000, qualquer requerimento de extração mineral que objetivar área onerada deverá ser instruído com a autorização do titular do direito mineral preexistente, sob pena de indeferimento.

Assim sendo, a atual legislação brasileira permite que os titulares de direito mineral não autorizem outros pretendentes a explorarem a mesma área, ainda que a substância mineral seja diferente da autorizada no título preexistente. Isso traz sérios prejuízos para toda a sociedade brasileira, pois muitas áreas com grande potencial mineral ficam subexploradas.

A presente proposta legislativa altera o art. 56 do Código de Mineração de modo a permitir que, a juízo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com base no interesse do setor mineral, uma concessão de lavra ou licença possa ser desmembrada

sem a necessidade de autorização do titular do direito mineralógico preexistente.

Esse fracionamento, contudo, não pode comprometer o racional aproveitamento da área. Devem, ainda, ficar evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes e o incremento da produção da área.

Registre-se também que a iniciativa legislativa proposta mantém inalterada a prioridade do titular do direito mineralógico preexistente em promover o aproveitamento pleiteado por um terceiro. No entanto, esse titular terá que fazer esse aproveitamento dentro de prazo fixado pelo DNPM, sob pena de ocorrer, no interesse do setor mineral, o desmembramento.

O presente Projeto de Lei pode significar um importante avanço no sentido de flexibilizar o processo de exploração das mais diversas substâncias e aumentar a produção mineral brasileira. Com a sua aprovação, uma substância mineral como o granito poderá ser explorado em uma área onde já esteja sendo explorada, por exemplo, a argila. Esse fato ilustra todo o alcance social e econômico da proposição.

Em razão dos grandes benefícios que este Projeto de Lei pode trazer para o Brasil, conclamamos os nobres pares a apoiarem nossa iniciativa.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Marcos Guerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO-LEI N° 227,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)

Art. 56. A concessão de lavra poderá ser desmembrada em duas ou mais concessões distintas, a juízo do Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, se o fracionamento não comprometer o racional aproveitamento da jazida e desde que evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes e o incremento da produção da jazida. (Redação dada pela Lei nº 7.085, de 1982)

Parágrafo único. O desmembramento será pleiteado pelo concessionário, conjuntamente com os pretendentes às novas concessões, se for o caso, em requerimento dirigido ao Ministro das Minas e Energia, entregue mediante recibo no Protocolo do DNPM, onde será mecanicamente numerado e registrado, devendo conter, além de memorial justificativo, os elementos de instrução referidos no artigo 38 deste Código, re-

lativamente a cada uma das concessões propostas. (Redação dada pela Lei nº 7.085, de 1982)

.....
LEI N° 7.085, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1982

Modifica dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, com as alterações posteriores.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
DECRETO N° 3.358, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2000

Regulamenta o disposto na Lei nº 9.827, de 27 de agosto de 1999, que “acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996”.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.827, de 27 de agosto de 1999, decreta:

.....
LEI N° 6.403, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Modifica dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), alterado pelo Decreto-Lei nº 318, de 14 de março de 1967.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 246, DE 2006

Altera a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores.

Art. 1º A Lei nº 4.090, de 23 de julho de 1962, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A Entre os meses de janeiro e junho de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação prevista no art. 1º, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.

§ 1º Tratando-se de empregados que recebam apenas salário variável, a qualquer título, o adiantamento será calculado na base da soma das importâncias variáveis devidas nos meses trabalhados até o anterior àquele em que se realizar o mesmo adiantamento.

§ 2º O empregador não está obrigado a pagar o adiantamento no mesmo mês a todos os empregados.

§ 3º A importância que o empregado houver recebido a título de adiantamento será deduzida do valor da gratificação devida.

§ 4º Nos casos em que o empregado for admitido no curso do ano, ou, durante este, não permanecer à disposição do empregador durante todos os meses, o adiantamento corresponderá à metade de um doze avos da remuneração, por mês de serviço ou fração superior a quinze dias.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, ao criar a gratificação natalina (décimo terceiro salário), a despeito dos impactos positivos para o trabalhador e a economia, dobrou o valor das despesas com pessoal no mês de dezembro, causando às empresas dificuldades de fluxo de caixa e obrigando-as, na maioria das vezes, a socorrer-se de empréstimos bancários.

No Governo Castelo Branco, com o objetivo de manter a referida gratificação, mas, ao mesmo tempo, trazer algum alívio financeiro aos empresários foi permitido o parcelamento do seu pagamento, mediante adiantamento entre os meses de fevereiro e novembro.

O décimo terceiro salário é responsável pela injeção de, aproximadamente, 45 bilhões de reais na economia brasileira, considerado nesse montante o pagamento que é feito aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e aos trabalhadores com carteira assinada.

A maior parte do dinheiro é devida aos trabalhadores com carteira assinada, seguidos pelos aposentados e pensionistas.

A legislação atual, da forma como se encontra, determina que o pagamento do abono natalino seja feito em duas etapas: a primeira parcela até 30 de

novembro e a segunda a ser depositada até 20 de dezembro.

O presente projeto modifica as datas de pagamento para determinar que o primeiro depósito seja feito no período compreendido entre janeiro e junho, permanecendo para a segunda parcela a data de 20 de dezembro.

A alteração se deve ao reconhecimento da extrema relevância que ganhou para o trabalhador o pagamento da gratificação natalina, que nela encontra a possibilidade de saldar débitos, equilibrando as finanças familiares.

Tanto e assim que o sistema bancário, de uma maneira geral, já dispõe de linhas de crédito que adiam o pagamento do 13º salário para seus clientes, mediante a cobrança de tarifas, que variam de banco a banco.

A medida que propomos possibilitará que os trabalhadores possam receber seu dinheiro sem a necessidade de intermediação do sistema financeiro, e consequentemente, sem o ônus que ela representa.

Lembramos que o Governo Federal anunciou, recentemente, que pagará a antecipação dos aposentados e pensionistas do INSS até setembro. Entretanto, tal medida não alcança a massa de trabalhadores que está na ativa. Para corrigir tal injustiça, apresentamos o presente projeto de lei.

Por serem justos e altamente relevantes os motivos que norteiam esta iniciativa, contamos o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962

Institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da renumeração a que fizer jus.

§ 1º A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 3º A gratificação será proporcional: (Incluído pela Lei nº 9.011, de 1995)

I – na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e (Incluído pela Lei nº 9.011, de 1995)

II – na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes de dezembro. (Incluído nela Lei nº 9.011, de 1995)

Art. 2º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no § 1º do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 940, DE 2006

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 255, II, c, item XII, do Regimento Interno, requeiro que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal também seja ouvida com relação ao PLS nº 146/2006, além da Comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Paulo Octávio**, PFL-DF.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 941, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida aos 75 anos de idade, ocorrido no último domingo, dia 27, na cidade de São Paulo. Requeiro também que o voto de pesar seja levado ao

conhecimento da família do falecido e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil–CNBB.

Justificação

Nasceu no Rio de Janeiro em 1930 numa família católica e formou-se no Colégio Santo Ignácio, um dos mais prestigiados do País. Aos 16 anos entrou para o Seminário da Companhia de Jesus em Nova Friburgo. Em 5 de julho de 1958 foi ordenado Padre em Roma, onde terminou seus estudos com o grau de doutor em Filosofia. Ordenado Bispo pelo Papa Paulo VI em 1976, foi nomeado Bispo Auxiliar de Dom Paulo Evaristo Arns. Destacou-se como dedicado defensor da população carente e da Pastoral do Menor.

Sua posição firme em relação a reformas sociais e de base foram decisivas para sua eleição a secretário-geral da CNBB em 1979 e, em 1983, à presidência da entidade, tendo sido reconduzido ao cargo em 1987. Ali representou uma guinada da liderança da ala política e social para um posicionamento moderado, de cunho mais religioso.

Sempre foi defensor de reformas sociais e sua voz foi clara nas questões de doutrina: rejeitou o aborto, a campanha do combate á AIDS, era contra o divórcio e o controle de natalidade por meios artificiais. Adotou uma trajetória em que se definiu como um padre que rezava de verdade, praticava a caridade de modo radical e viveu uma intensa religiosidade de cunho bíblico e evangélico.

Seu corpo, depois de velado na Catedral da Sé, em São Paulo, seguirá para Belo Horizonte e depois Mariana, onde será sepultado.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 215, de 2006** (nº 725/2006, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente de até oitenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – BID/FOR I”.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/9, de 2006** (nº 64, de 2006, na origem), de 25 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da Lei nº 10.424, de 24 de abril de 1990, do Estado de Pernambuco (reajuste mensal automático dos vencimentos dos salários do Poder Judiciário), da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 269169, que declarou a constitucionalidade da referida Lei.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, aviso do Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.041 – GP/TCU

Brasília, 28 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o **Diário Oficial da União** de 24-8-2006, Seção 2, página 1, publicou o Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de 23 de agosto de 2006, por meio do qual é concedida aposentadoria ao Ministro Adylson Martins Motta.

Esclareço, por oportuno, que o Ministro Adylson Martins Motta havia sido nomeado para o Tribunal de Contas da União, por escolha do Congresso Nacional em vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Respeitosamente, **Walton Alencar Rodrigues**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Aviso que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 85/2006

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que reassumi o exercício do meu mandato de Senador da República, pelo Estado de Alagoas, a partir do dia 18 de agosto do corrente ano, por haver terminado o período das licenças requeridas nos termos dos Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Teotonio Vilela Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, com a aquiescência do Senador Paulo Paim.

Tem a palavra o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que estava inscrito em primeiro lugar e que me cedeu a vez para que eu fizesse meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, abordo, neste pronunciamento, uma questão que me tem preocupado profundamente ao longo do exercício do meu mandato de Senador. Trata-se de uma questão que muito mais tem preocupado milhares de brasileiros que necessitam de recorrer aos bancos para obterem algum dinheiro ou para transacionarem-no.

Devo afirmar que a convicção adquirida, e que permanece dolorosamente dentro de mim, é de que o Brasil se transformou num paraíso dos bancos.

Confirmam minha convicção as freqüentes notícias e análises que leio na imprensa nacional, comentando que os balanços divulgados desde o início do ano mostram lucros espetaculares dos bancos em 2005.

Segundo os dados liberados pelo Banco Central por meio da internet, publicados pela Gazeta Mercantil, o lucro dos cinqüenta maiores bancos em operação no Brasil, em 2005, cresceu 36,5%.

O feito é de fácil explicação, de acordo com os que examinam o crescimento. De acordo com dados coletados pelo Fundo Monetário Internacional, em 107 países, os juros dos empréstimos cobrados pelos bancos no Brasil são os mais altos do mundo, chegam a 44,7% ao ano. Depois do Brasil vem Angola, com 43,7%, Gâmbia, com 31,8%, Gabão, com 18,2%, e Moçambique, com 14,7%. Até o Haiti pratica taxa menor que a brasileira, com 13,1%.

O custo médio de um financiamento bancário no mundo é de 7,4% ao ano. Em nosso País, esse custo é de 44,7% ao ano.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não é de estranhar que os bancos ocupem a liderança na remessa de lucros para o exterior. Segundo um jornal de grande circulação nacional, de janeiro de 2005 a março do ano em curso, as instituições financeiras mandaram para fora do País nada menos do que US\$2 bilhões. De janeiro de 2003 a junho deste ano, igualmente não causa estranheza o fato de o Brasil ser “o maior mercado da América Latina, estimulando o interesse dos estrangeiros em investirem no País, pois ainda há espaço para mais crescimento”.

De janeiro de 2003 a junho de 2006, as dez maiores instituições financeiras do Brasil acumularam um lucro de R\$23,561 bilhões.

Ainda não fiz referência à quantidade de tarifas de serviços que foram instituídas e se instituem à revelia dos correntistas. São muito freqüentes os sustos dos correntistas mais atentos, que descobrem “mordidas silenciosas” nos seus depósitos, praticadas sem o menor constrangimento na calada das compensações, sem considerar as tarifas de manutenção de contas que são compulsórias.

Vive o Brasil, no que diz respeito à disciplina para o custo de execução dos serviços bancários, uma situação semelhante à praticada na Idade Média, em que a autoridade do rei existia teoricamente, mas, de fato, era fraca. Os grandes barões feudais eram independentes.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, meu pronunciamento não tem intenção de ser um libelo contra o lucro dos bancos nem de qualquer empresa prestadora de serviço. Longe de mim a visão pequena e medieval da usura, mas choca-me a liberdade em benefício próprio com que os bancos agem quando se trata de iniciativas para auferir ganhos sem preocupação com o interesse dos correntistas, cujo dinheiro transita compulsoriamente por seus balcões, que agem com independência total.

Entristece-me profundamente quando recebo uma correspondência como a que acaba de chegar ao meu gabinete, enviada por um cidadão da minha cidade natal: Bacabal, no Maranhão. Seu nome é Antônio Rodrigues. Ele mora na Rua Djalma Dutra, no bairro da Areia, em Bacabal, e escreve dizendo que está desesperado pois, em 1999, fez um empréstimo de R\$1,5 mil num banco oficial.

Devolveu ao banco, em três prestações, R\$520,00 e não teve mais condições de honrar o restante do pa-

gamento. Hoje, em seu nome, no Cartório do 1º Ofício de Bacabal, está a dívida que estão lhe cobrando, que saltou para R\$119.753,35.

Para que eu não fizesse um pronunciamento sem antes consultar a parte, telefonei para a instituição bancária, que me confirmou: a dívida, contraída em 1999, era de R\$1,5 mil. Foram pagos R\$500,00, e hoje resta esta astronômica quantia de débito: R\$119.753,35. Disse-me a instituição que está pronta para negociar, mas esse é o valor da dívida.

No exercício de meu mandato de Senador, tentei algumas vezes apresentar propostas legislativas visando à criação de regras seguras e de fácil compreensão, inclusive com responsabilização dos bancos no campo do seu relacionamento com os correntistas. No entanto, nunca encontrei caminho para avançar, pois a legislação que ampara essas instituições é hermética e muito bem garantida até por convenções internacionais.

Não me oponho ao dispositivo de segurança. Pleiteio tão-somente instrumentos legais que possibilitem ajustes nesses importantes negócios.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Alberto, cumprimento V. Ex^a por abordar, mais uma vez, a questão da taxa de juros. Sem sombra de dúvida, avançamos muito. Sei da sua posição e sei que V. Ex^a não está fazendo crítica ao Governo, mas alegando que a taxa de juros praticada no Brasil ainda é muito alta. Quando o Presidente Lula assumiu, a referida taxa estava em torno de 25%; hoje, é 14%, a mais baixa dos últimos 20 anos. Ainda assim, é altíssima. Concordo com V. Ex^a no que se refere ao abuso do sistema financeiro. Eu, a exemplo de V. Ex^a, recebi algumas cartas de pessoas que compraram apartamento pelo sistema financeiro, pagaram três vezes o valor e estão devendo ainda três vezes mais, em face da taxa de juros exorbitante, que, infelizmente, ainda é aplicada em nosso País. Se analisarmos friamente as taxas bancárias, vamos constatar que elas surgem todos os dias pelo livre arbítrio do banqueiro. Até em relação à emissão de cheques, quando se ultrapassa certo limite, passa-se a pagar determinada taxa. Se se emite cheque de pouco valor, paga-se um percentual extra. Veja a que ponto chegamos! Por isso, V. Ex^a faz um alerta mais do que justo ao País, à Nação e ao próprio Governo e aos banqueiros, porque é lamentável a forma como eles agem, com verdadeira

ganância sem limites, trazendo V. Ex^a à tribuna para fazer um pronunciamento duro, forte, consistente, mas na linha de buscar a justiça. Parabéns a V. Ex^a. Vamos sonhar para que, um dia, neste País, tenhamos uma taxa de juro que acompanhe, pelo menos, o índice da inflação. Parabéns.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. V. Ex^a realmente é conchedor profundo desses problemas bancários e das ações dos bancos no nosso País.

Apresentei um projeto que trata da punição dos bancos sobre os cheques sem fundo até um determinado limite. Lutei muito para a aprovação desse projeto. Não posso admitir que os bancos dêem um talonário de cheque especial, que uma pessoa emita um cheque de R\$5,00 sem fundo e que os bancos não tenham a menor responsabilidade sobre esse cheque, mas, ao contrário, ganhem. Se se deposita o cheque no banco, é cobrada uma taxa pela sua devolução; se se reapresenta esse cheque, é cobrada outra taxa pela sua segunda devolução. Daqui a pouco, esse cidadão tira um outro cheque especial.

Apresentei um projeto que exige que os bancos sejam responsáveis pelo pagamento dos cheques no valor de até 50% do salário mínimo. Hoje o salário mínimo é R\$350,00; o banco seria obrigado a honrar os cheques até de R\$175,00. O banco deveria fazer o cadastro e saber para quem deve dar o talão de cheques. O cidadão poderia também sacar seu dinheiro na máquina eletrônica, sem que fosse preciso que o banco desse talão de cheques a todos, sem a menor responsabilidade.

Eu não consegui êxito. Lutei, lutei, mas as convenções internacionais não deixam o projeto ir à frente. Assim, os bancos passam, de forma desalmada, a fazer isto: fazem um empréstimo de R\$1,5 mil, do qual o cidadão pagou R\$520,00 e ainda deve R\$119 mil.

Digo também a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e ao Plenário que, se se aplicassem esses R\$1,5 mil nesse prazo de 1999 a 2006, sete anos, o valor não seria dobrado, não se teria direito a R\$3 mil. Nesse caso, estão cobrando R\$119 mil.

Ora, com a menor análise possível verifica-se que com isso não podemos concordar. Precisamos encontrar, nesta Casa ou fora dela, uma maneira de consertar isso. Não é possível! Quem vai ao banco está precisando. Se o banco faz isso com quem está precisando, com o empresário ou com o pequeno empresário, termina acontecendo essa quebra generali-

zada e a mudança constante de nomes de empresas por não poderem pagar os seus débitos.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelo aparte de V. Ex^a.

Continuando, Sr. Presidente, é preciso que o Congresso Nacional, esta Casa, assuma a responsabilidade e a iniciativa de reequilibrar o relacionamento dos cidadãos com suas instituições bancárias, a não ser que o País queira ver os seus bancos repetindo o papel das casas aviadoras na Amazônia da borracha, que, utilizando expedientes descritos pela História, capturavam com dívidas os seringalistas, e estes os seringueiros, implantando o regime que Euclides da Cunha chamou de “anomalia”, isto é, o regime do homem trabalhando para ser escravo.

Sr. Presidente, agradeço o tempo concedido por V. Ex^a e volto a agradecer ao Senador Paulo Paim.

Trata-se de uma crítica à situação em que vivemos no momento, mas acredito muito no Brasil e acredito, como disse V. Ex^a, no Presidente Lula, e penso que passos à frente vamos dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a por convidar a mim, a outros Senadores e funcionários da Casa para participarmos de um café da manhã em que tratamos do que a Casa vem realizando em benefício da pessoa com deficiência, o que, de fato, é um trabalho brilhante. V. Ex^a sabe, tem citado sempre, que sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E esta Casa está dando o exemplo. O Estatuto não é lei, mas a Casa está à frente até do Estatuto, por tudo que vem fazendo e foi demonstrado hoje, pela manhã.

Eu comentava com V. Ex^a da importância desse trabalho. Às vezes, as pessoas não entendem alguns gastos que o Senado faz, mas V. Ex^a, junto com a Mesa, autorizou a compra de máquinas modernas para a Gráfica do Senado para impressão em Braile. Isso é muitíssimo importante. V. Ex^a me dizia que rapidamente vai demonstrar a importância desse equipamento, que permitirá que grande parte do povo brasileiro receba a Constituição e projetos em Braile, e acompanhe o funcionamento da Casa. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Fiquei muito alegre ao ver o Luciano – V. Ex^a se lembra dessa história –, que era o menino que tra-

Ihava comigo na Vice-Presidência. Infelizmente, quando assumi outro cargo, ele poderia perder o emprego, mas V. Ex^a o contratou e o colocou à minha disposição. Contratou-o por ordem do Senado, e isso é muito importante. E hoje, pela manhã, vi a alegria dele, Senador Renan Calheiros. Ele já escreve discursos para mim, pois a Casa adaptou os computadores do meu gabinete para ele, que é cego, trabalhar. Dou este depoimento em reconhecimento ao trabalho de V. Ex^a.

Cumprimento também o Senador Paulo Octávio, pela sessão de homenagem aos corretores de imóveis – só não pedi um aparte porque eu falaria logo em seguida –, e o Senador Romeu Tuma, pela importância do IPI. Acompanho o debate há um longo período. Creio que poderíamos ir além: deveríamos olhar com cuidado a situação do cidadão que utiliza o seu automóvel, e que tenha somente um automóvel, para o seu trabalho, como, por exemplo, vendedores, a fim de que eles, pelo menos, não pagassem o IPI, desde que tenham somente um carro. Se alguém possuir uma frota de carro, é milionário, é claro, vai pagar.

A medida é interessante para as pessoas que dependem do seu carro para trabalhar e para a sobrevivência de sua família, como no caso do corretor – eu ia falar isso se tivesse feito o aparte –, que é inclusive gerador de emprego, pois a cada imóvel que vende, outro será construído pelas empresas. Ele cumpre, portanto, um papel social. Gostaria muito que esse projeto beneficiasse todo cidadão que depende do seu carro para trabalhar; não para ir para o trabalho, porque senão, daqui a pouco, até o meu carro ficará isento –, mas para aquele que depende do carro como instrumento de trabalho, como o taxista, por exemplo, ou o cidadão que vive na estrada, do vendedor, como é o caso do corretor, que faz a transação para que o imóvel chegue àquele que não tem imóvel. Em tese, é isso, independente daqueles que podem ter mais do que um.

Fica aqui a minha homenagem.

Também quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo rápido pronunciamento sobre a anistia, que deve ser devidamente divulgado a fim de que as pessoas saibam da importância da anistia como um dos eixos do processo democrático. Se não fosse a anistia, o País não seria o que é hoje.

Presidente Renan Calheiros, Sr^{as}s e Srs. Senadores, depois desse breve comentário que entendo mais do que justo, gostaria de falar sobre a Previdência.

Confesso que estou muito preocupado. Fala-se muito que haverá uma nova reforma da Previdência no

próximo ano. Provavelmente, haverá. Não por vontade minha, sua ou do Poder Executivo, mas porque há um movimento na sociedade. Vamos ter de enfrentar esse debate com a responsabilidade devida. Provavelmente, durante os próximos anos – eu sinalizo para o ano que vem –, teremos reforma da Previdência, reforma política, reforma trabalhista – todos sabem do zelo que tenho por este tema, mas sei que ele virá –, reforma sindical e reforma tributária. Esses temas virão, e temos de estar preparados. Inquieta-me muito pensar que possa vir uma reforma da Previdência que suprija direitos dos trabalhadores.

No debate que ocorre no País, percebo que não há enfoque na Previdência. Sei que este é um tema delicado. Todos os candidatos à Presidência da República tratam da matéria com muito cuidado. Confesso, Sr. Presidente, que o tema tem de ser aprofundado. Este é o momento para que o eleitor saiba qual a visão da Previdência de cada um dos candidatos e como eles poderão contribuir para o debate do próximo ano.

Sr. Presidente, abordo este tema porque a Cobap realiza hoje um de seus congressos, no auditório da CNTI, inclusive vou participar da abertura, e para amanhã a Cobap convidou todos os candidatos à Presidência da República, para falarem da sua visão da Previdência no auditório da CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. Tenho uma visão que gostaria de expressar aqui e que entregarei amanhã aos presidenciáveis que estiverem na CNTC, como uma contribuição à Previdência.

Sr. Presidente, a Previdência deve seguir o princípio da universalidade, ou seja, igual para todos, por ser, inclusive, um princípio assegurado na nossa Constituição. Nesse sentido, entendo que as regras aplicadas aos servidores – que não se aplicam ao fator previdenciário, que considero um crime –, no princípio da integralidade, da paridade e com cálculo atuarial, devem ser para todos.

A Previdência, embasada no princípio da igualdade, como já falei, deve também garantir as contribuições baseadas em cálculo atuarial e o respectivo pagamento, porque o sistema é contributivo.

É preciso acabar – repito – com o cruel fator previdenciário, uma verdadeira usurpação dos direitos dos trabalhadores. O fator previdenciário retira da mulher, no ato da aposentadoria, em torno de 40% daquilo a que ela teria direito, e do homem, em torno de 35%.

Temos de aprovar o princípio da integralidade e da irredutibilidade dos vencimentos, garantindo aos

aposentados os mesmos vencimentos que eram assegurados a eles quando estavam na ativa ou que se faça o percentual equivalente ao reajuste do salário mínimo.

Senador Renan Calheiros, podem até dizer que estou sonhando. Não estou sonhando porque estou falando em cálculo atuarial, de forma que cada um pagará para ter aquele direito. Por exemplo, os servidores públicos se aposentam com salário integral, mas eles pagam sobre o total dos vencimentos. O Regime Geral da Previdência limita, em tese, até dez, mas vira sete. Se todos pagarem sobre o total dos vencimentos, com o cálculo atuarial, terão direito também à aposentadoria integral, como é assegurado ao outro setor.

Uma reforma democrática de Previdência deve partir da discussão da implementação de uma gestão quadripartite, com a formação prevista na Constituição de um Conselho deliberativo, de que participariam trabalhadores, aposentados, Governo e representante dos empregadores.

Entendo também que é imprescindível que se faça com urgência uma auditoria nas contas da Seguridade Social, o que, no meu entendimento, vai provar, definitivamente, que a Seguridade, na qual está a saúde, a assistência e a Previdência, é superavitária.

Defendo que é necessário transferir a carga da contribuição previdenciária relativa ao empregador – que hoje é sobre a folha – para o faturamento das empresas. Não se pode fazer com que quem mais emprega e menos fatura pague mais do que aquele que mais fatura e menos emprega. Assim, voltaríamos à situação dos bancos.

A nossa Carta Magna defende que a Seguridade deve ser financiada por toda a sociedade e, no art. 195, aponta as fontes.

É preciso definir os percentuais exatos da arrecadação para a Previdência, porque se vê lá Cofins, tributação sobre o lucro, aí vem faturamento, jogos lotéricos, enfim, em toda transação um percentual vai para a Seguridade. Mas, não se especifica quanto vai para a Previdência. Daí recolhem para a seguridade e não mandam nada para a Previdência, pois dizem que, para a Previdência, só vai a contribuição do empregado e do empregador. Assim, alegam que ela é deficitária, o que é um contra-senso.

Ora, se tivemos um superávit de quase R\$ 60 bilhões no ano passado, por que parte do dinheiro da Seguridade não iria então para a Previdência? Temos que assegurar que o dinheiro para a Previdência, com

o percentual devido da Seguridade, não será desviado para outro fim.

Precisamos garantir as atuais fontes de arrecadação, garantindo o sistema, conforme manda a Constituição.

Sr. Presidente, cito todas as fontes arrecadoras: do empregador, da empresa, da entidade, incidentes sobre a folha de salários – o empregado continuará contribuindo sobre a folha –, e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe presta serviço, mesmo sem vínculo empregatício, e, como eu dizia antes, sobre a receita ou faturamento e sobre o lucro; do trabalhador e demais segurados da Previdência Social, não incidindo contribuição sobre a aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social.

O que quero dizer? Que não se pode tributar quem já é aposentado. Ora, se eu contribuí, no caso da mulher com 30 anos e do homem com 35, quando eu passo a receber o meu benefício, não posso voltar a contribuir de novo. Então, não se pode tributar quem já contribuiu e tem direito a receber o benefício. Esse é um princípio até da Previdência Privada. Por exemplo, depois de contribuir durante um período e passar a ter direito ao benefício previdenciário, o Banco não pode querer que o beneficiário da previdência passe a pagar um percentual sobre o que já foi pago.

Não me venham com essa história de tributar o benefício do aposentado e do pensionista.

Lembramos também que os produtores rurais, sobre tudo o que comercializam, devem pagar o valor correspondente.

As associações desportivas que mantêm as respectivas equipes também têm de pagar o valor correspondente.

Os empregadores domésticos pagarão sobre o salário de contribuição dos empregados.

Os que arrecadam receitas provenientes de concursos e prognósticos, chamados jogos de azar, também têm de pagar contribuição.

Todos sabemos que a CPMF abrange um percentual assegurado em lei para a Previdência, mas o dinheiro não chega, nunca chegou e continuará não chegando a essa instituição. Quando foi criada essa contribuição, fui contrário a isso, lembro-me de receber a visita do Dr. Adib Jatene, à época, Ministro da Saúde, na Bancada do PT. Por que fui contra? Porque, como eu disse a ele, o dinheiro não irá para a saúde. Na Bancada, ganhei o debate. No plenário,

perdemos. Criou-se a CPMF. Se alguém perguntar hoje se a CPMF vai para a saúde, duvido. Continua não indo, como não vai à Previdência a parte a ela correspondente.

Para não dizer que fiquei falando apenas das coisas bonitas, afirmo que também somos simpáticos à idéia da idade mínima para a aposentadoria, desde que seja garantida a regra de transição, como fizemos na PEC Paralela. Senadora Iris de Araújo, V. Ex^a acompanhou o longo debate em que construímos aquela fórmula 95, que foi uma saída para que a pessoa que começou aos 15 anos não tenha de ficar de 40 a 45 anos contribuindo, enquanto que, aquele que ficou só estudando e ingressou no mercado de trabalho após 25 anos, vai contribuir apenas 35 anos.

Por fim, lembro aqui, e muitos não comentam, que a tal DRU termina ano que vem. Se a tal DRU termina em 2007, conforme previsto em lei, ela não pode ser mais uma vez aplicada por meio de uma nova lei. A DRU autoriza a desvinculação de 20% de recursos da Previdência, que são destinados à Seguridade, consequentemente, retira 20% da receita da Previdência.

Com a extinção da DRU, vejo um excelente caminho para ampliar a receita da Previdência, haja vista que, hoje, infelizmente retiram-se esses 20% da nossa Previdência, correspondentes a alguns bilhões.

Dados divulgados esta semana pelo Ministério da Previdência Social, demonstram que, em março último, 65,9% dos aposentados recebiam benefícios iguais ou inferiores a um salário mínimo. Com o último reajuste, esse índice aumentou para 67,7%. Ou seja, 70% dos benefícios da Previdência destinam-se aos quem ganham salário mínimo.

Por que mostro essa diferença de 65% para 67%? Porque, se continuarmos com essa política de reajustes diferenciados entre o salário mínimo e o salário dos aposentados, assegurando, como foi o caso este ano, um terço do reajuste aos aposentados que ganham acima do mínimo, não dou sete anos e todos os aposentados estarão ganhando somente um salário mínimo.

Já sabemos que tem aumentado o número de aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário mínimo, provocando achatamento dos benefícios.

Isso é uma verdadeira crueldade com os nossos aposentados.

Segundo informações divulgadas pela Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social – Anfip, em sua cartilha Análise da Seguridade Social 2005:

“... mais de R\$32 bilhões (trinta e dois bilhões de reais) foram carreados do Orçamento da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal”.

Isso significa que ingressaram na Conta Única do Tesouro Nacional e terão livre utilização, inclusive compondo o superávit fiscal, servindo de importantíssimo instrumento para política monetária.

E pasmem, Sr^ss e Srs. Senadores, mesmo assim, o resultado da Seguridade Social ainda é positivo! Calculem quando a DRU não for mais aplicada.

Desde 1988, ela tem demonstrado um superávit crescente, culminando, em 2005, com R\$24,8 bilhões (vinte e quatro bilhões e oitocentos milhões de reais), após a DRU. Mesmo tirando 20%, tivemos 24,8% de superávit. Por isso, chego a dizer que é falta de conhecimento, má-fé ou inocência divulgar a idéia de que a Previdência brasileira é deficitária.

Precisamos ter em mente que uma inverdade contada inúmeras vezes se torna uma verdade incontestável. Por isso, é preciso que discutamos com profundidade devida a questão da Previdência no Brasil, que passa pela análise da verdadeira situação da Seguridade.

Sabemos que, nos sete primeiros meses deste ano, a arrecadação previdenciária líquida atingiu R\$65,1 bilhões (sessenta e cinco bilhões e cem milhões de reais). Em comparação com os dados de 2005, isso representa um aumento real de 9%.

Importantes estudos realizados pelo Banco Mundial e divulgados pela Anfip demonstram que o aumento de 1% na economia reduz em 1,25% a pobreza do País e que a queda de 10% no nível geral de pobreza promove um crescimento econômico de 1% do PIB.

Assim, eu me convenço, cada vez mais, de que é preciso investir em políticas públicas que promovam efetivamente a redução da pobreza em nosso País.

Quando nos detemos no enfoque político, sabemos que a receita correta inclui, entre outros ingredientes, investimentos em saúde, previdência e assistência social.

Não restam dúvidas de que a ampliação dos serviços públicos é o mecanismo propulsor da redução das desigualdades sociais, da diminuição dos índices de indigência e de pobreza. Conseqüentemente, assim, estaremos caminhando na linha do desenvolvimento social e do crescimento econômico da nação.

Somos a favor da idéia de que a Seguridade Social deve e pode ser um dos sistemas com caráter

assistencialista, mas estou falando aqui de segurança. Repito: a segurança é composta por saúde, assistência – e por isso assistencialista – e previdência. A Previdência não é assistencialista; a Previdência é contributiva. Por isso, digo sempre que dos recursos da Previdência contributiva nós devemos destinar recursos para os que contribuem, conforme manda a própria Constituição no art. 203.

A assistência social prestada a quem dela necessita é importante, independentemente da contribuição. É uma responsabilidade do Estado, haja vista que todos têm o direito de envelhecer com dignidade, mesmo aquele que não pôde contribuir. Aí está o Estatuto do Idoso, do qual – tenho a alegria de dizer – fui o autor, mas esta Casa melhorou muito o meu projeto original e o aprovou por unanimidade.

E lá está garantido – aí é assistência social – que todo idoso que provar que não pode se manter terá direito a um salário mínimo, mas o dinheiro não sai da Previdência e sim da Assistência.

Quero ressaltar, mais uma vez, que precisamos defender o reajuste de nossos aposentados e lutar por uma reforma previdenciária que, efetivamente, traga a justiça social. E, ainda, dizer a todos os aposentados que estarão, com certeza, no grande encontro da Cobap: Não desistam! Continuem firmes! Apresentem as suas reivindicações para que as mudanças que estão para vir, efetivamente, garantam a vocês, pelo menos, o mesmo percentual dado ao salário mínimo.

Sr. Presidente, hoje à noite vou participar do Congresso da Cobap. O Congresso será presidido pelo Sr. Hermélio Soares Campos e terá como convidados o palestrante Professor e Doutor Wagner Barela; o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, junto comigo, coordena a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública; o Deputado Ivan Ranzolin; o Presidente da Cobap, licenciado, Benedito Marcílio; o Dr. Dayson Portanova; o Sr. Pedro Dornelles; o Presidente da Anfip, Dr. Ovídio Palmeira Filho; o Diretor Presidente da Fundação Anfip, Sr. Floriano José Martins; o Presidente do Mosap, Sr. Edison Guillerme Haubert. E teremos – tomara que aceitem o convite! – amanhã o debate com os presidenciáveis, quando eu lhes apresentarei este pronunciamento, dizendo que a Previdência é superavitária, basta que, por exemplo, esse Conselho quadripartite comece a tomar decisões, já que são aqueles que contribuem, efetivamente, para a Previdência.

Cumprimento a Cobap pela iniciativa.

Sr. Presidente, por fim, peço que seja registrado nos Anais desta Casa o brilhante artigo da professora e pesquisadora Sonia Fleury, intitulado “Juntos somos mais fortes”, em que ela demonstra, com muita categoria e com muitos dados, que a Previdência no Brasil é superavitária e é viável.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, que permitiu que eu apresentasse este pronunciamento, que, na verdade, é uma proposta que garante o princípio da igualdade a todo assalariado brasileiro no que tange à Previdência Social.

Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, me preocupa muito a próxima reforma da previdência anunciada para os próximos quatro anos de governo.

Me inquieta pensar que poderão vir mais supressões de direitos dos trabalhadores e aumento no número de requisitos para obtenção dos benefícios.

Me impressiona, também, a falta de propostas e estratégias dos candidatos à presidência para as alterações no sistema de segurança social. Creio que tenha ficado fora do debate eleitoral por ser um assunto desagradável e sem consenso entre os partidos políticos.

Não esqueçam que aposentadoria é coisa séria, pois nós seremos os aposentados de amanhã e a luta pela dignidade deles é uma luta que deve ser de todos nós.

Encho-me de coragem e ânimo cada vez que subo a esta tribuna para defender nossos aposentados, porque renovo a esperança de que eles voltarão a ter o poder aquisitivo considerando o número de salários mínimos da época da concessão do benefício.

Acredito que um dia os nossos aposentados terão uma velhice digna e o descanso tranquilo e merecido por terem lutado e construído o crescimento deste país.

Concordo que seja necessária uma reforma previdenciária e que alterações devem ser feitas como forma de garantir a eqüidade social e os direitos já conquistados pelos trabalhadores.

Entendo que:

A Previdência deve seguir o princípio da universalidade, por ser inclusive um princípio garantido pela Constituição Federal, neste sentido, entendo que as

regras aplicadas aos servidores públicos devem ser as mesmas conferidas aos trabalhadores da iniciativa privada, a Previdência embasada no princípio da universalidade, como já falei, deve, também, garantir às contribuições a regra do cálculo atuarial desde que ocorra, é claro, o pagamento correspondente; é preciso acabar com o cruel fator previdenciário, uma verdadeira usurpação do direito dos trabalhadores; temos que aprovar o princípio da integralidade e da irredutibilidade dos vencimentos, garantindo aos aposentados os mesmos vencimentos da ativa ou o percentual equivalente ao reajuste dado ao salário mínimo; ao ser deflagrada uma reforma democrática da Previdência, deve-se partir da discussão da implementação da gestão quadripartite, com a formação de um conselho com poder deliberativo, em que participem trabalhadores, aposentados, governo e a representação patronal; entendo, também, que é imprescindível que se faça, com urgência, uma auditoria nas contas da Seguridade Social, para provar definitivamente que ela é superavitária e que os recursos são desviados, há anos, para outros fins; defendo que é necessário transferir a carga de contribuição previdenciária relativa ao empregador da folha de pagamento para o faturamento das empresas; a nossa Carta Magna defende que a seguridade deve ser financiada por toda a sociedade e elenca em seu artigo 195 as fontes que financiarão o sistema, é preciso definir os percentuais exatos de arrecadação para a previdência social e realizar um controle rigoroso para que não possam, em hipótese alguma, serem desviados para outro fim; precisamos lutar para garantir as atuais fontes de arrecadação visando a sustentabilidade do sistema, conforme preceitua nossa Constituição Federal a seguridade será custeada mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: do empregador, da empresa e da entidade incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, sobre a receita ou faturamento e sobre o lucro; do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social; as dos produtores rurais incidentes sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural; as das associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional, incidentes sobre a receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas

e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos; as dos empregadores domésticos, incidente sobre o salário-de-contribuição dos empregados a seu serviço; as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos; a incidente sobre a movimentação financeira (CPMF); do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equipara. Somos simpáticos à idéia da idade mínima para a aposentadoria, desde que seja garantida uma regra de transição, a exemplo da fórmula 95 adotada na PEC Paralela; e, por fim, sabemos que a Desvinculação de Recursos da União – DRU terá sua validade encerrada em 2007. A DRU autoriza a desvinculação de 20% de todos os impostos e contribuições federais, permitindo ao governo reter fatia da receita originalmente vinculada a despesas, por isso não deverá ser renovada.

Vejo o fim da DRU como uma excelente possibilidade de ampliar o atendimento da previdência, haja vista que o Governo vem se utilizando dela para subtrair parcelas das receitas de contribuições sociais.

Dados divulgados esta semana pelo Ministério da Previdência Social demonstram que em março último 65,9% dos aposentados recebiam benefícios iguais ou inferior a um salário mínimo. Com o último reajuste diferenciado (13% para o mínimo e 1,7% para aposentadorias e pensões) este índice aumentou para 67,7%.

Já sabíamos que tem aumentado o número de aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário mínimo, provocando achatamento nos benefícios, isso é uma verdadeira crueldade com os nossos aposentados

Segundo informações divulgadas pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – ANFIP, em sua cartilha Análise da Seguridade Social 2005:

“... mais de R\$32 bilhões (trinta e dois bilhões de reais) foram carreados do Orçamento da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal”.

Isso significa que ingressaram na Conta Única do Tesouro Nacional e terão livre utilização, inclusive compondo o superávit fiscal, e servindo de importantíssimo instrumento para política monetária.

E pasmem, senhoras e senhores senadores, mesmo assim o Resultado da Seguridade Social é positivo!

Desde 1988 ela tem demonstrado um superávit crescente, culminando em 2005 com R\$24,8 bilhões (vinte e quatro vírgula oito bilhões de reais), após a DRU.

E a falta de conhecimento ou muita inocência defender e divulgar a idéia de que a Previdência é deficitária!

Precisamos ter em mente que uma inverdade contada inúmeras vezes se torna uma verdade incontestável. Por isso é preciso alardear a verdadeira situação da Seguridade e seu importante papel de distribuidor de renda, minimizando as desigualdades sociais brasileiras.

Sabemos que nos sete primeiros meses deste ano a arrecadação previdenciária líquida atingiu R\$65,1 bilhões (sessenta e cinco vírgula um bilhões de reais). Em comparação com os dados de 2005 isso representa um aumento real de 9%.

Importantes estudos realizados pelo Banco Mundial e divulgados pela ANFIP demonstram que o aumento de 1% na economia reduz em 1,25% a pobreza do país e que a queda de 10% no nível geral de pobreza promove um crescimento econômico de 1% do PIB.

Assim, me convenço, cada vez mais é preciso investir em políticas públicas que promovam a redução da pobreza em nosso país.

E quando nos detemos no enfoque político, sabemos que a receita correta inclui entre outros ingredientes investimentos em saúde, previdência e assistência social.

Não resta dúvida que a ampliação dos serviços públicos é o mecanismo propulsor da redução das desigualdades sociais, da diminuição dos índices de indigência e de pobreza, do desenvolvimento social e do crescimento econômico da nação.

Somos a favor da idéia de que a Seguridade Social deve e pode ser um sistema assistencialista, que conceda benefícios aos que não contribuiram, garantido inclusive pela Constituição Federal, em seu artigo 203.

Mas a assistência social prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição, é uma responsabilidade do Estado, haja vista que todos têm o direito de envelhecer com dignidade.

Por tudo isso, senhor presidente, não dá para tratar os aposentados como se o País não tivesse se beneficiado da sua força de trabalho e desprezar um assunto tão importante como este.

Quero ressaltar mais uma vez que precisamos defender o reajuste de nossos aposentados e lutar por uma reforma previdenciária que traga justiça social.

E, ainda, dizer a vocês aposentados que estão me escutando neste momento:

Não desistam de lutar!

Renovem a cada dia a força e a vontade de permanecer nesta batalha.

Continuem se organizando e exigindo seus direitos, porque esta luta é legítima e a vitória, com certeza, virá.

Hoje estarei participando do II Congresso Nacional Extraordinário de Aposentados, Pensionistas e Idosos, promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – Cobap.

Um convite que muito me enaltece!

O Congresso será dirigido pelo Presidente interino da Cobap, Sr. Hermelio Soares Campos e terá como convidados: o palestrante – Professor e Doutor Wagner Balera; o Deputado Arnaldo Faria de Sá; O Deputado Ivan Ranzolin; O Presidente da Cobap, licenciado, Benedito Marcílio; O Dr. Dayson Portanova; o Sr. Pedro Dornelles (representando o sul do país); o presidente da Anfip Dr. Ovídio Palmeira Filho; o diretor-presidente da Fundação Anfip Sr. Floriano José Martins; o presidente do Instituto do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – MOSAP Sr. Edison Guilherme Haubert.

Consta da programação do evento a participação dos candidatos à Presidência da República, convidados para enfocar o tema “A concepção do Governo para a seguridade social. O idoso e as garantias constitucionais”.

Pretendo, neste evento entregar a cada candidato as propostas por mim aqui defendidas.

Sinceramente, gostaria muito que cada candidato expusesse com clareza seu posicionamento a respeito deste tema, e com a responsabilidade que o assunto merece.

Estranho que nos debates realizados pelas emissoras de televisão a Seguridade Social não esteja sendo debatida com a profundidade devida.

Quero cumprimentar a Cobap pela iniciativa do evento.

Tenho certeza que será um excelente palco para uma avaliação do cenário político nacional e das expectativas para os próximos anos quanto à seguridade social e aos direitos dos idosos.

Sr. Presidente, por fim, peço que seja registrado nos anais desta Casa o brilhante artigo da Professora e Pesquisadora Sonia Fleury intitulado “Juntos Somos mais Fortes” em que ela demonstra, com muita propriedade, que a previdência é viável.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista SONIA FLEURY

"Juntos somos mais fortes"

Professora e pesquisadora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, a cientista política Sonia Maria Fleury há muitos anos defende a integração da saúde à seguridade social. Em sua sala na FGV, ela falou à *Radis* sobre a importância da articulação dos atores sociais coletivos na atual conjuntura político-econômica. Para Sonia, este é um momento oportuno para negociar o fim da incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre recursos da área social e também para se conceber um novo patamar de civilização para a população, com a conquista e a efetivação de direitos que garantam maior inclusão social.

Ex-pesquisadora da Ensp/Fiocruz, na qual se aposentou em 2005, Sonia integra o Conselho Nacional de Desenvolvimento Social e a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Abaixo, os principais pontos da entrevista, cuja íntegra está no site do RADIS na internet (www.ensp.fiocruz.br/radis/48/web-01.html).

No lançamento da CNDSS, em março, a senhora disse que ainda estamos enclausurados na questão sanitária. Por quê?

Do ponto de vista político, o fato de saúde, previdência e assistência social serem direitos de cidadania que estão colocados juntos [na Constituição] é um grande avanço. Porque é a primeira vez na história que os direitos sociais não estão vinculados necessariamente a uma contribuição anterior, mas a uma necessidade social. Isso é um modelo de sociedade muito mais justo e igualitário. Antes não era assim. Se nós, da saúde, estivéssemos aliados aos setores da previdência e da assistência numa articulação, teríamos muito mais força para resistir quando a área econômica, por exemplo, quer cortar benefícios, desvincular recursos. Estamos cada um trabalhando isoladamente, quando a própria Constituição nos diz que deveríamos trabalhar juntos. Mas para isso é preciso avançar. Por exemplo, convocar uma conferência nacional de seguridade social que abordasse os temas, os vínculos, as propostas políticas, para que os atores sociais pudessem intercambiá-las e se fortalecer como instância política.

Do ponto de vista material, se há benefícios importantes na área previdenciária e na área assistencial, é a população necessitada que está recebendo. Isso quer dizer que as pessoas estão comendo melhor, morando melhor, então isso vai reduzir problemas para a área de saúde. É o caso dos benefícios de prestação continuada aos idosos, por exemplo. É um salário mínimo, mas às vezes sustenta o neto, a família desempregada. Não podemos desvincular a questão da saúde das outras formas de proteção social.

É possível reconstruir esse sistema?

A própria saúde atuou mal nesse campo porque se tinha muito medo de um único ministério na área social e que se perdesse a especificidade da construção do SUS e da Reforma Sanitária. Então inicialmente a Saúde teve uma posição contrária e depois ambígua em relação a esse sistema. Hoje, com o SUS consolidado, quando inclusive já se transmite a experiência ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social), é perfeitamente possível pensar numa integração. As áreas já não precisam ter medo de perder a identidade.

Até do ponto de vista financeiro...

Essa reunião de forças é mais política, institucional, de articulação. A idéia inicial era um Orçamento da Seguridade Social. Mas não precisa ter um único fundo ou um único caixa — o risco que se via era de que ficasse na mão da previdência e nunca chegasse aos outros. Sempre existem essas tensões. No entanto, esse orçamento não precisa ter um único controlador. Em 2007, acaba o prazo de vigência da DRU. Seria preciso desde agora discutir com os candidatos a presidente a estratégia para substituir essa fonte de receita. Se não exigirmos isso, vão simplesmente prorrogar a DRU. Essa deveria ser uma bandeira de toda a área social, que tem sido pouco levantada.

Argumentam que há estabilidade por causa do superávit primário e dos juros...

A tendência nos últimos meses tem sido de redução das taxas de juros, então é uma conjuntura mais favorável para se negociar agora a retirada da DRU e voltar os recursos para a área social. É claro que, ao lado disso, há setores de pensamento conservador que estão sempre prontos a demonstrar que é preciso fazer a reforma da previdência, reduzir os benefícios... Esse é um discurso perene, uma questão de luta político-ideológica. Estão aqui, no jornal de hoje, economistas que defendem a desvinculação dos benefícios do salário mínimo, quando a vinculação foi uma grande conquista da Constituição. Na *Folha de S.Paulo* de domingo (2/7) saiu estudo do Ipea mostrando que esses benefícios reduziram mais a pobreza do que os programas de redução da pobreza. Acho que todos são necessários e não é essa a questão. A vantagem dos benefícios previdenciários é que não é um presidente que está dando, não estão associados a nenhuma tutela das pessoas. São benefícios porque são direitos de cidadania. O que é ruim não é ter programa de transferência de renda, ruim é transformar isso em práticas clientelistas, tuteladas. (**C. R. L.**)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabéns a V. Ex^a!

V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Srs e Srs. Senadores, as diversas pesquisas de opinião divulgadas nos últimos dias só fazem reforçar o que, com insistência, nós temos repetido: há necessidade de se repensar o País para valer por meio de uma completa renovação das práticas políticas, sob pena de, perigosamente, fragilizar o coração do processo democrático brasileiro.

Podemos constatar que, neste momento, o Brasil caminha para a consolidação de duas alternativas quanto à grave crise que ele atravessa, Senador Paulo Paim: uma que desenha a necessidade de reformas apenas em aspectos do funcionamento das instituições políticas e a outra que prega abertamente uma atitude muito mais profunda, que caminhe para uma completa mudança na essência do sistema atual, abdicando dessa seqüência interminável de remendos nas leis – o que só faz adiar as providências estruturais tão reclamadas pela sociedade.

Essas recentes pesquisas reforçam, sim, e em todos os aspectos, a necessidade implacável de refundar o sistema político e de, a partir do próximo ano, escrever uma nova página em nossa História, tendo a ética como princípio irrevogável. A pesquisa Ibope exclusiva, divulgada pela revista **Veja**, mostra que o Brasil exibe a campanha mais desanimada desde a redemocratização. Os dados são devastadores, Sr. Presidente: seis em cada dez eleitores, não votariam se não fossem obrigados. A grande maioria, cerca de 68%, afirma estar “mais ou menos”, “pouco” ou “nada” interessada nas eleições. No pleito de 2000, esse percentual não passava dos 51%, e pior: o estudo apontou que, para 52% dos ouvidos, o principal motivo para este pouco interesse nas urnas são as denúncias de corrupção.

Os índices revelam outra realidade dramática no plano institucional, algo que pode comprometer, de maneira irreversível, o futuro do País: 90% dos eleitores dizem não confiar nos políticos, segundo pesquisa realizada pela **Veja**.

Ainda mais preocupante é a pesquisa Datafolha publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, segundo a qual 18% dos eleitores ouvidos declararam ter a intenção de anular o voto para Deputado Federal – outro alerta que já havíamos feito desta tribuna. Em 2002, somente 3% dos eleitores votaram nulo no momento de escolher um representante para a Câmara dos Deputados, ou

seja, se confirmado o resultado da pesquisa, haveria um aumento de 500% no voto nulo.

Outro estudo, realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap, estima que a renovação da Câmara dos Deputados, após estas eleições, deve chegar a 62%. Em 2002, esse índice de renovação ficou em apenas 46%. O percentual terá forte aumento porque, segundo técnicos do Diap, os eleitores devem rechaçar nas urnas os candidatos suspeitos de envolvimento com denúncias, como a máfia das ambulâncias e o mensalão.

Este é o explosivo cenário do Brasil a um mês das urnas, Senador Paulo Paim, a quem concedo o aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Iris de Araújo, cumprimento V. Ex^a pela análise que faz, pelas suas preocupações com o processo eleitoral. Viajei durante vinte dias pelo Rio Grande, fui a mais de dois Estados, tratando, naturalmente, do processo eleitoral. Concordo com V. Ex^a quando diz que a população está decepcionada com a política. Ninguém entende uma Comissão de Orçamento que é para inglês ver. Eu digo o seguinte: eu não entro na sala da Comissão de Orçamento. Tem gente boa, mas tem muita gente lá que se envolve num esquema malandro. Não estou dizendo nenhuma novidade. Não entro em sala de CPI. Há muita gente boa, mas tem gente lá que acusa num dia e no outro dia está sendo acusada. Isso não quer dizer que não é importante a CPI. Até teve uma rádio que disse: “O Paim nunca foi”. Nunca fui e não autorizei a minha Líder a me indicar. Ela, inclusive, retirou o meu nome. Então, eu não entro em sala de CPI e não entro, também, na sala do Orçamento. Aí, alguém me pergunta: Paim, mas a Comissão de Deputados e Senadores, que tem quinze dias para discutir a medida provisória, reúne-se? Não, não se reúne. Não me lembro, nos últimos dez anos, de uma única vez que a Comissão Mista, que tem de analisar uma medida provisória, tenha se reunido e deliberado. Vou às Comissões Mistas da Medida Provisória, quando sou indicado, mas não me lembro de que tenham deliberado. Nunca deliberam. Então, é uma coisa meio que faz-de-conta. E, com tantas CPI acontecendo nesses últimos dois anos, e algumas delas – eu diria, na sua maioria – não dando o resultado que se criou como expectativa na população, dá-se a impressão, para grande parte da população, de que são todas iguais.

Isso gera um descrédito. Eu tenho uma relação muito carinhosa e respeitosa com o Diap, mas estou com uma dúvida sobre se vai haver essa renovação que se espera. Até vou conversar com o pessoal do Diap, com o qual me dou muito bem. Por quê? Devido à forma atual da campanha eleitoral, os novos são

totalmente desconhecidos e têm, no horário da televisão, às vezes cinco ou dez segundos, digamos. Os novos, quem sabe, vinte segundos, no máximo trinta segundos. Se eles não têm verba, não têm como fazer a propaganda. Não há mais aquela forma de colar cartaz no poste. Eles são totalmente desconhecidos, diferentemente daqueles que estão dentro do sistema, bons ou ruins. Há muita gente boa. V. Ex^a, para mim, é o exemplo de gente boa. Estou usando essa expressão, Senadora, pois sei que será uma grande Deputada Federal. V. Ex^a tem como ser lembrada pelo seu nome, pois é conhecidíssima, mas muitos dos novos não serão lembrados. Haverá vários votos brancos e nulos. Não que eu seja a favor. Acho, inclusive, que é burrice votar branco ou nulo, é dizer para ficar tudo como está e, quem tiver força econômica e contratar mais cabos eleitorais, será eleito. Por isso, eu estou um pouco preocupado. Claro, eu gostaria muito que os envolvidos com sanguessuga, "mensalão", bingo e o diabo a quatro, acusados comprovadamente em CPI, não voltassem. Gostaria muito que não voltassem. Agora, quero dizer que essa pesquisa retrata a deceção da população com a política e é um quadro que nos leva, todos, a refletir sobre o que queremos para o futuro deste País.

Temos ou não temos de mudar a forma de elaborar, por exemplo, a peça orçamentária? Por que a peça orçamentária não é discutida no Estado e nós, aqui, defendemos a demanda do Estado, acabando com emenda individual e emendas coletivas? A tal de emenda de bancada coletiva nós todos sabemos como funciona: vai à bancada, e a corporação que jogar mais pesado acaba levando uma emenda de bancada. Por sua consequência, dá a impressão de que é efetivamente aquilo que o Estado quer, e, muitas vezes, não é. Tínhamos de discutir o Orçamento regionalmente, dividindo cada Estado em dez ou vinte regiões, passar pela assembléia legislativa, com a participação do Executivo, e nós, aqui, defender aquilo que cada Estado efetivamente quer, passando inclusive pelas Comissões temáticas, e não por uma comissão de iluminados que se reúne e resolve. Cidadão que nunca tratou da educação decide a verba da educação; cidadão que nunca tratou da segurança decide o que vai para a segurança. Por que não vai para as Comissões temáticas ou de Deputados e de Senadores que conhecem o tema e passam a discuti-lo? Peço desculpas a V. Ex^a, porque ultrapassei o tempo, mas o Presidente será tolerante, e o tempo que falei ele dará o devido desconto, já que são poucos Parlamentares que falarão hoje. Cumprimento V. Ex^a. Estou entendendo mesmo a revolta da população diante do processo eleitoral atual. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, Senador Paulo Paim. Considero que podemos discutir um pouco mais a respeito deste momento político que estamos vivendo, independente do tempo que possamos ter ou não – acho que vamos ter bastante tempo, não é, Presidente? Tenho uma visão um pouco diferente de V. Ex^a. Logicamente, há aquele candidato desconhecido que está começando agora e, também, aquele candidato que já tem um nome e está sendo suspeito de ter participado desses malfadados "mensalões" e "mensalinhos", que eu considero a pior coisa que aconteceu para nós, políticos, nos últimos anos.

De certa forma, infelizmente, devendo ou não, nos misturou no mesmo caldeirão e o que percebemos é que, muitas vezes, as pessoas fazem um juízo generalizado do mundo político, achando que ninguém presta e está tudo acabado e diz que não vai votar. Isso tenho ouvido. Tenho-me valido, vamos dizer, da minha influência para mudar esse quadro, colocando que tudo isso aí pode ser mudado, independente até da chamada reforma política votada. Ela pode ser votada agora, na hora da eleição, na hora do voto. A grande reforma política que se pode fazer neste País é por meio da consciência do eleitor. Na hora em que ele for digitar o seu voto, que ele não vá, logicamente, alheio ao que está acontecendo.

Então, eu vejo um aspecto promissor dentro dessa circunstância infeliz que o País está vivendo, Senador Paulo Paim. Pelo menos lá no meu Estado, até eu mesma tenho-me valido de várias criatividades. A minha escola de fazer política foi gastando sola de sapato para valer, chegando perto do eleitor, conversando com ele. Hoje os candidatos estão sendo obrigados a mudar o comportamento em relação a isso, aproximando-se mais do eleitor, tentando convencê-lo das suas propostas.

O eleitor ia ao showmício muito mais para ver o artista do que para ver o candidato e, daí, não ouvia a sua proposta, não percebia o que estava acontecendo, votava sem perceber. E criou-se essa geração a que estamos assistindo, de políticos maus, sendo que sabemos, V. Ex^a sabe, os Senadores aqui presentes e eu também, que tem muita gente trabalhando, muita gente idealista aqui dentro, que busca, que trabalha e que não pode fazer parte dessa mesma cultura ou desse caldeirão que está misturando as pessoas.

Poderemos ter muitas surpresas. Poderemos ter surpresas desagradáveis, logicamente, se houver uma omissão grande em relação ao voto, o que é absolutamente pernicioso, porque os maus é que lucrarão com isso. Mas poderemos ter também, pelo voto, a grande reforma, que espero aconteça, para que tenhamos a oportunidade de sair dessas CPIs, Senador Paulo Paim,

e o País comece a trilhar o caminho da normalidade e possamos aqui dentro – não estarei aqui mais, mas posso estar em outro espaço – lutar por aquilo que acreditamos, pelos nossos valores, discutir propostas, Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra, e depois, novamente, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Íris de Araújo, seu pronunciamento é importante pela reflexão que V. Ex^a faz do quadro eleitoral que se avizinha. Acredito mesmo que V. Ex^a tem razão em relação às surpresas que podem vir dos resultados das urnas, em 1º de outubro, até porque parece que a sociedade brasileira está apática com relação ao processo eleitoral. Estamos fazendo uma sondagem, por meio de pesquisas, em que se verifica que grande parte da população ainda não se definiu e ainda se coloca numa posição de total apatia em relação a esse processo, talvez até pela ação do Poder Executivo em desacreditar o Poder Legislativo perante a sociedade brasileira. Evidentemente, temos de separar o joio do trigo, o que é uma função que deve ser levada a efeito por esta Casa. V. Ex^a tem razão, quando se refere a essa questão. Lembro uma frase de Martin Luther King, que dizia que a preocupação dele não era com o grito dos maus, mas com o silêncio dos bons. Isso é o que está acontecendo com o Brasil.

A nossa preocupação é, com certeza absoluta, com esse silêncio dos bons, a grande maioria dos brasileiros. Pelo voto, eles vão sair do silêncio e da apatia em que se encontram. Tenho absoluta certeza de que o resultado das urnas será bem diferente do que a pesquisa aponta neste instante. Temos andado bastante por todos os rincões do nosso Estado, o Pará, ao longo desses 60 dias, e, no corpo-a-corpo, temos visto uma realidade diferente da dos números. Espero que V. Ex^a tenha razão quanto à surpresa que a Nação brasileira terá no dia 1º de outubro.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro. Agradeço a opinião de V. Ex^a. É importante que tenhamos esta oportunidade para discutirmos o momento.

V. Ex^a no Pará, o Senador Paulo Paim no Rio Grande do Sul e eu em Goiás fazemos essa pregação. Lutamos contra esse pensamento. Tenho feito isso praticamente todos os dias e procurado falar o máximo possível no sentido de conscientizar as pessoas de que, mais do que nunca, a política não é coisa sómente para político, não. Política é para todos porque faz parte da nossa vida, Senador Paulo Paim.

Desde o preço do pão às escolas e à fila na saúde, tudo decorre de decisões tomadas dentro do espaço político.

Como disse o Senador, é o silêncio dos bons. Tenho ouvido muitos bons perguntarem a mim: “O que vamos fazer, Senadora, com isso que está acontecendo?”

Digo que não sou eu. Digo que lhes posso dar um caminho, mas é o posicionamento deles, é a atitude deles ao participar dessa movimentação que pode fazer a diferença e mudar tudo isso que aí está.

Senador Paulo Paim, prosseguindo, eu gostaria muito de ouvi-lo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Serei muito rápido. Apenas quero dizer que não há discordâncias profundas entre o que V. Ex^a fala e o que eu falo. Apenas tenho a preocupação com a força do poder econômico. Vejo nos Estados pessoas que têm condições de contratar gente em todas as cidades – e sabemos que fazem isso – e de gastar três, quatro, cinco, seis milhões, conforme os dados, para uma campanha para deputado federal, distribuindo o programa – e o papel aceita tudo – com informações do que irá fazer como deputado, além dos carros de som ligados em todas as cidades, anunciando o mundo maravilhoso que vai acontecer com a chegada delas ao Congresso. Acho que é uma disputa desigual em relação aos idealistas, àqueles que gostariam muito de vir para o Congresso com a visão de efetivamente defender os mais pobres. Por isso, claro, temos de aprofundar o debate de financiamento de campanha. Particularmente, considero um equívoco não caminharmos para o financiamento público da campanha limitado. Para muitos, isso não pega bem, mas ele não sabe, como a Senadora mesmo disse, que quem paga a campanha do rico é ele. Na hora em que ele compra o pão e o leite e em que paga a água e a luz, ele está pagando a campanha. Não adianta. O dinheiro sai de algum lugar. Então, não querer enfrentar o debate do financiamento público de campanha, no meu entendimento, não é correto, não é adequado, porque o dinheiro sai do mesmo lugar. Só que os ricos têm dinheiro para fazer campanha, os pobres não têm. Tenho visto isso por todos os lugares por onde tenho andado. Não adianta achar que pobre pode chegar a Deputado Federal ou Senador. Que jeito? Como? É uma dificuldade enorme. Então, estou preocupado. Eu gostaria da renovação de que o povo fala. Mas como se fará a renovação, se os ditos idealistas não têm a mínima condição de fazer uma campanha para divulgar o seu nome, o seu trabalho, a sua história, o seu programa. Então, quero reafirmar que concordo em grande parte – e não é de hoje – com aquilo que a senhora fala. Neste momento, aproveito para dizer para o leitor: olhe para o passado do candidato, olhe quem ele foi ontem, olhe quem ele é hoje, para poder projetar quem poderá ele ser no futuro aqui no coração

da democracia, que é o Congresso Nacional. Quero mais é cumprimentar V. Ex^a, porque dificilmente faço dois, três apartes ao mesmo orador, mas seu discurso é tão brilhante que tomei a liberdade e a ousadia de voltar a dialogar com V. Ex^a. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, Senador. V. Ex^a, como sempre, abrilhantando-nos com os apartes, abordando, de uma certa forma, aquilo que pensamos – e tenho estado sempre aqui discutindo com V. Ex^a –, ou seja, debatendo o bom debate, como V. Ex^a mesmo coloca, sobre essas nossas idéias, ou ideais.

Eu realmente procuro, dentro daquilo que posso fazer – e acredito que V. Ex^a também – conscientizar aquelas pessoas que nos cercam de que o grande remédio é a participação política. Não há outro. Não há como mudar, se as pessoas se distanciarem da política, dos partidos políticos, como se isso fosse uma peste: “É só para político”; “É só lá”; “Eu não entro nisso”. Depois descobrem que todos os caminhos levam às decisões políticas que devem ser tomadas.

Este momento envolve todos. Todos estão ligados, de uma maneira ou de outra: desprezando, aceitando, aplaudindo ou não aplaudindo. Hoje a atenção da opinião pública está voltada para o debate eleitoral. Talvez seja importante que neste momento todos façam uma reflexão sobre a atuação, a fim de que esta não se restrinja apenas às candidaturas propostas, mas, principalmente, às daqueles que vão nos delegar a representatividade nesta Casa.

Continuo dizendo que é pena que as análises de determinados setores chamados “formadores de opinião” ainda não tenham convergido para a gravidade desse ambiente entre os brasileiros, que apresenta simultaneamente apatia, descrença e desesperança. Esse conjunto de características psicológicas não é apenas um mal estar passageiro. Sintetiza, isso sim, o prenúncio de um período de grandes dificuldades, ao sinalizar para o desprezo às instituições – especialmente o Congresso Nacional, pulmão do regime democrático.

Então, é imprescindível começar, e desde já, a exigir um comportamento totalmente diferenciado por parte da próxima legislatura, tendo por base um discurso claro e determinado não no caminho de paliativos e remendos, mas de uma mudança séria, radical e profunda no sistema político.

Considero absolutamente precárias as propostas já amplamente difundidas de reformas dispersas em um ou outro ponto, por exemplo, das regras eleitorais. Para que o Congresso Nacional recupere a credibilidade, será necessário ir muito mais além: a resposta terá que ser na proporção do tamanho da crise. Não pode

ser convivente com práticas abomináveis que ferem a dignidade. Não pode acobertar irregularidades. Não pode fazer vistas grossas para os crimes praticados. Tem que ser rigoroso. Autêntico. Justo. À altura das exigências do povo brasileiro.

Porque, na verdade, mesmo as personalidades mais esclarecidas que atuam no cenário político do País, parecem ainda não ter dimensionado o tamanho do buraco institucional brasileiro. É impossível retomar a confiança do povo com uma ou outra medida isolada.

O País requer uma transformação verdadeira na ação dos agentes públicos, refundando o sistema político – o que significa resgate dos valores éticos e redefinição de um arcabouço jurídico que, definitivamente, dê um basta a estes vícios que se tornaram rotina: a impunidade, a barganha, a compra de votos, as negociatas em troca de apoio, como V. Ex^a acabou de mencionar, a dependência odiosa em relação ao Executivo, a falta de independência dos partidos.

É terrível um país que tem o grosso dos recursos concentrados na União, deixando ao deus-dará estados e municípios – fator primeiro a transformar seus representantes no Parlamento em presas fáceis desse sistema em que o Governo dá a obra ou o benefício em troca do alinhamento automático. É nessa raiz que brotam os malefícios, uma cadeia ininterrupta de desvios que distorce o sentido do Legislativo. É assim que se deforma a fiscalização, que os partidos perdem a sua autoridade e que avança este certo compadrio que deságua no mar de corrupção que infelicita nosso povo.

Na semana passada, fiquei particularmente sensibilizada pela idéia de uma campanha lançada pelo internauta Guilherme Fiúza, no portal IG. Ele defende, com muita propriedade, que os políticos dignos do País, que trabalham duro, quase sem descanso, lancem o manifesto “Acorda Eleitor” – movimento que teria objetivos muito claros: impedir que cresça a onda que responsabiliza todos os políticos pelos deslizes cometidos por alguns. O que, em outras palavras, redonda em não permitir que as instituições sejam atingidas em sua integridade. Isso se refere, especialmente, a determinados segmentos da intelectualidade, que, hoje, acabam prestando um desserviço ao País, ao pregar o voto nulo ou convocar protestos contra os políticos de maneira genérica, esquecendo-se que, antes de tudo, há um ideal democrático a defender – e, neste, o Congresso Nacional é pilaster e coluna central.

Ou seja, é extremamente perigosa esta tendência que busca hostilizar a política como a fonte de todos os males, por meio de expressões como “não agüentamos mais” ou “estamos enojados”. Tais atitudes podem

ser fonte de tentações com consequências danosas e desastrosas, especialmente neste momento em que surgem na América Latina, determinadas lideranças que ousam passar por cima de tudo para levar adiante seus propósitos ideológicos.

O bom caminho segue sempre a via democrática, a que transforma o Parlamento por dentro, tendo por base atitudes nobres, ilegas a posições de intelectuais ou artistas que chegam a ponto de declarar “não estarem preocupados com o exercício da ética” – imaginem!

O Brasil está diante de uma encruzilhada: ou produz mudanças profundas dentro do regime aberto, justo e democrático que se deseja construir – dando resposta aos desafios das mudanças –, ou, inexoravelmente, verá os seus poderes rendidos ao descrédito e às incertezas.

Pois não, Senador. Concedo a palavra a V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senadora Íris de Araújo, eu quero me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a pela maneira firme e correta com que se pronuncia na tarde de hoje, buscando a defesa das instituições do País, mostrando à população a necessidade que ela tem de estabelecer a diferença entre aqueles que se comportam de forma indigna dos que se comportam de forma digna. Nós precisamos construir e fortalecer instituições neste País, para dar estabilidade ao nosso povo e à sociedade. Evidente que a população tem parcela considerável de responsabilidade neste processo. E acredito que serei o próximo... Daqui a pouco estarei me pronunciando e farei críticas, inclusive, a um seguimento que deveria – a exemplo do seguimento político – dar exemplos dignos à sociedade brasileira e não estão dando, ou seja, em uma demonstração de que a responsabilidade não é apenas da classe política. É preciso que se reconheça que nós temos problemas gravíssimos no Parlamento brasileiro, não apenas no Congresso Nacional; problemas gravíssimos no Poder Judiciário e problemas muito graves, gravíssimos, também, no Poder Executivo. E muitos dos problemas que nós temos no Congresso Nacional decorrem não apenas da participação exclusiva dos Srs. Congressistas, com as grandiosas e numerosas ressalvas, mas sobretudo da convivência com o Poder Executivo, com o Palácio do Planalto. E, também, por responsabilidade da sociedade, porque, no Congresso nacional, ninguém foi conduzido, neste momento de Estado de Direito Democrático, como Senador biônico ou Deputado biônico. Vieram para cá porque a sociedade os elegeu. Portanto, a sociedade tem parcela considerável de responsabilidade pela

representação que tem. Minha solidariedade e meus parabéns ao pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a oportunidade do aparte de V. Ex^a, Senador Almeida Lima, que, como o dos outros Senadores que nos apartearam, contribuiu para que o nosso pronunciamento tivesse mais conteúdo por meio da opinião de V. Ex^as.

A intensidade da crise política deve ser vista sob novo enfoque: a oportunidade ímpar de extrair lições e mobilizar a sociedade na busca de soluções duradouras. Um novo comportamento político é essencial para que as instituições não percam a legitimidade junto à opinião pública. Neste sentido, é preciso reconhecer que o sistema atual de representação partidária, eleitoral e parlamentar está superado.

Urge debater com a sociedade um projeto renovado de nação, centrado no fortalecimento dos partidos, no equilíbrio entre os poderes e na mais absoluta ética.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela condescendência de V. Ex^a para que eu pudesse estender o meu pronunciamento.

Durante o discurso da Sra. Iris de Araújo, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Parabéns pelo pronunciamento, Senadora.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, povo brasileiro, como já disse aqui da tribuna em outras vezes, tenho o costume, a mania de, semanalmente, fazer um artigo, que é depois publicado na imprensa de meu Estado, o Sergipe. Vez por outra, alguns desses artigos transformo em pronunciamentos e os transmito, aqui da tribuna do Senado, à população brasileira e a meus Pares.

Na última quarta-feira, data que quero frisar bem, eu escrevi um desses artigos, sem tomar conhecimento, inclusive, de fatos que estavam acontecendo no País com determinado segmento social – e daqui a pouco virá à tona esse segmento social. Como não sou vidente, eu não sabia que, na quinta-feira e no fim de semana, em jornais e revistas, articulistas também se pronunciariam a esse respeito. Só que a minha previsão foi diversa daquela que, de fato, aconteceu. E passo a ler o que escrevi.

A construção de uma grande nação não é tarefa para um homem, por maior liderança que ele exerce; não é ação para um só governo, por mais bem intencionado e competente que seja. A construção de uma grande nação é obra a cargo de toda a sociedade e a ser executada por toda uma geração para ser consolidada pelas gerações seguintes.

No entanto, o caminhar de um povo de maneira edificante não acontece por acaso, não acontece sem o prévio ordenamento de ideais. Não ocorre de forma atabalhoada, sem um desejo arraigado no inconsciente coletivo que sinalize o horizonte a atingir. O caminhar de uma sociedade a construir uma grande nação depende da preexistência de formulações de uma elite – não a “elite” no sentido pejorativo, mas no sentido vernacular, castiço da palavra e que significa “o que há de melhor numa sociedade ou num grupo, a nata, a fina flor”. Refiro-me a uma elite intelectual engajada, uma elite de empreendedores e obreiros, com boa formação moral, dotada de espírito público e senso de solidariedade humana, comprometida com as causas sociais, com sensibilidade para compreender a dimensão grandiosa do que representa viver em uma sociedade progressista, igualitária e fraterna, sem injustiças sociais, o que caracteriza o estágio elevado de evolução de um povo.

Essas são as condições que a nossa elite, lamentavelmente, ainda não conseguiu reunir e que são indispensáveis para aglutinação da força de trabalho que temos e que hoje constitui uma massa disforme, sem um norte a seguir e cujas energias não são canalizadas para a construção do que poderia representar esse ideal coletivo. A nossa elite não se tem prestado ao papel de inserir o povo com toda sua força de trabalho no processo de construção desta grande Nação a que me reporto. Aliás, a elite política e dirigente deste País tem feito o percurso inverso, exatamente aquele que contribui para a desagregação da sociedade, levando-a ao estágio de depauperação moral em que se encontra.

O povo está sem referencial. Os nossos verdadeiros heróis e mártires, cujos feitos, lutas e valores morais a nossa história oficial não ressaltou e, por isso mesmo, não são cultuados, nem têm servido de inspiração à continuidade de suas lutas. Já a nossa elite está a desempenhar o papel pejorativo cujo significado a palavra elite passou a ter, numa decorrência mesmo do comportamento por ela adotado, que a levou a ser vista como uma “minoria privilegiada e poderosa”, diante do seu caráter egoísta, da sua indiferença, da sua passividade e do isolamento a que se impôs perante o povo e seus problemas, como se não lhe dissessem respeito.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, povo brasileiro, tornou-se mais do que necessário, tornou-se urgente e imperioso o despertar da elite para a tomada de atitudes que importem no engajamento das discussões para a construção de um novo modelo de sociedade para o Brasil, cuja resultante vem a ser um projeto de uma grande Nação.

Os artistas – e é neste ponto que quero chamar a atenção para o meu pronunciamento –, que interpretam e exteriorizam os sentimentos mais nobres de um povo e que sempre estiveram na vanguarda dos acontecimentos, precisam sair do anonimato e, por suas produções e manifestações, inflamar e acender milhões de centelhas a acordar o povo brasileiro da letargia em que se encontra. Ressalto a importância da utilização disseminada desse instrumento moderno de comunicação e de relacionamento entre pessoas e grupos que se opera por meio da rede mundial de computadores. Que as vozes do bem se manifestem, que as idéias iluminadas sejam expostas para que sirvam de elemento multiplicador de mobilização da sociedade.

Em qualquer parte do mundo, ou no mundo inteiro, todo o progresso de um povo ou da própria humanidade somente foi alcançado pela disseminação de idéias inovadoras e revolucionárias. É disso que o Brasil precisa.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, povo brasileiro, que coisa vergonhosa! Que coisa triste ter de vir à tribuna do Senado Federal para registrar o comportamento vergonhoso de alguns artistas brasileiros que são referenciais na nossa sociedade, até pelo espaço que ocupam, pelas produções que elaboram, pelas representações até na Rede Globo de televisão! Enquanto, na quarta-feira, em um artigo que escrevia em minha residência, eu formulava e mostrava que os artistas, que interpretam e exteriorizam os sentimentos mais nobres de um povo, deveriam se manifestar, organizar, acender milhões de centelhas para a construção de uma grande Nação, o que nós vimos foram artistas, produtores, cineastas, compositores, atores dizerem: “Não estou preocupado com a ética do PT, ou com qualquer tipo de ética. Para mim, isso não interessa. Eu acho que o PT fez um jogo que tem de fazer para governar o País”. Isso foi dito por Wagner Tiso, compositor de “Coração de Estudante”.

Que comportamento vergonhoso para um artista, uma pessoa iluminada, de vanguarda, que tem sensibilidade humana e social! Um referencial no País produzir uma asneira dessas! E segue com o Sr. Paulo Betti justificando as falcatruas petistas como “inevitáveis na política”, dizendo que não dá para fazer política sem

botar a mão no dinheiro, na roubalheira, na massa. Que vergonhoso, Sr. Paulo Betti!

Como disse a jornalista Dora Kramer, de cujo artigo farei questão, com a permissão de Presidência, de fazer a leitura, os senhores estão para a classe artística deste País como os mensaleiros e sanguessugas estão para a classe política do nosso País. Os senhores estão representando a escumalha, o que há de pior neste País. É lamentável que isso aconteça, como lamentável são os sanguessugas, os vendilhões do Congresso Nacional, os mensaleiros. Que papel ridículo!

Os senhores e as senhoras têm o direito de fazer a opção por uma candidatura. Esse é o direito de cada um, mas, se comportar como a escumalha, como o rebotalho, como o que existe de pior numa categoria, isso é lamentável e merece o protesto de toda a Nação brasileira.

Aliás, faço questão de trazer à tribuna, para que os brasileiros tomem conhecimento, a repulsa da colunista Dora Kramer, do jornal **O Estado de S.Paulo**, que escreveu “Os bobos da corte”. Diz a jornalista:

Os artistas que agora levantam a bandeira do descaso à ética para justificar o seu apoio à candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição não fazem bem a si nem ao candidato que defendem, e fazem muito mal ao País, pois emprestam a sua popularidade ao mau combate.

À jornalista Dora Kramer devo lembrar o artigo que escrevi, convocando a classe brasileira a se pronunciar, mas de forma diferente. Escrevi esse artigo antes da publicação desse de Dora Kramer, a quem quero elogiar.

E continua a articulista:

Lançam diatribes aos políticos, associam-se às justas críticas ao Congresso, mas, tangidos pela pressa de justificar suas posições sem se dar ao trabalho de encontrar argumentos consistentes, não percebem que estão para a classe artística assim como mensaleiros e sanguessugas estão para a classe política.

O festim que reuniu nesta semana em torno do Presidente Lula atores, produtores, cineastas e músicos não poderia ter resultado mais diabólico.

Um verdadeiro espetáculo de equívocos, a começar da convocação do ator José de Abreu aos presentes para uma saudação à gente denunciada pelo Procurador-Geral da República como integrantes de uma “organização criminosa”, passando pelo lançamento do lema “política só se faz com mãos sujas”, de

autoria do ator Paulo Betti, tendo como ponto alto a declaração do músico Wagner Tiso de condenação aos indignados com os escândalos. “Não estou preocupado com a ética do PT ou com qualquer tipo de ética”, disse Wagner Tiso, informando ao respeitável público que só está preocupado “com o jogo do poder”.

O festival de alienação, irresponsabilidade social e analfabetismo político teve sua culminância no dia seguinte, quando o produtor Luiz Carlos Barreto rasgou de vez a fantasia: “Se o fim é nobre, os fins justificam os meios”, afirmou. Para ele, “inaceitável é roubar”. E acrescentou: “Mensalão não é roubo, é jogo político”. Ao senhor Barreto parece não ter ocorrido que o dinheiro do mensalão não brotou em árvores; saiu de empresas estatais – algumas das quais lhes financiam os filmes – ou de bolsos privados em troca dos serviços prestados por tráfico de influência no serviço público. É roubo, portanto”.

E, ainda que não fosse, é corrupção, é desvio moral, é dissolução de costumes, é agressão ao preceito constitucional da probidade e da impessoalidade no serviço público, é a negação de princípios indispensáveis às sociedades democráticas e civilizadas.

Se são essas as companhias com as quais o Presidente da República pretende se apresentar ao setor cultural, pobres dos artistas, pois já tiveram como porta-vozes gente de convicções mais altivas.

Cabe apontar que muitos dos que estiveram com o Presidente no inacreditável encontro condenaram as opiniões dos colegas. Estavam ali de maneira legítima, emprestando apoio ao candidato que consideraram o mais adequado para presidir o País e com o qual têm afinidades políticas.

Um exemplo foi o ator Tonico Pereira. “Não achei legal o que eles disseram. Se você não pensar nisso (a defesa da ética como valor de conduta) como possibilidade, então é melhor desistir. Eu persigo a ética na política”. A convicção de Paulo Betti sobre o imperativo das mãos sujas como prática aceitável, bem como a defesa do vale-tudo em nome da causa nobre, feita por Luiz Carlos Barreto, ou a preocupação exclusiva com o “jogo do poder”, manifestada por Wagner Tiso, mostram total menosprezo pelos esforços de aprimoramento nos quais se engaja a verdadeira vanguarda cultural, social e política do Brasil e avalizam

toda sorte de mazelas que infelicitam e atrasam o País. Além de corroborarem a suspeita de que, para certo tipo de gente, ética só é boa como **marketing** eleitoral.

A classe artística está, agora, em situação semelhante à da banda saudável da política: obrigada a reagir se não quiser se confundir.

O problema se apresenta mais grave aos partidários de Lula que o apóiam não porque mandam às favas a moralidade, mas porque concordam com ele, consideram-no o melhor candidato, avaliam positivamente seu primeiro mandato e o vêem como capaz de fazer um bom segundo governo.

Essas foram as palavras da jornalista Dora Kramer.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, quero ressaltar o artigo de Diogo Mainardi, que me parece um tanto mais esclarecedor, quem sabe, até das causas que levaram esses artistas a assim procederem, de forma vergonhosa, triste, deixando a nossa classe artística em posição desconfortável, embora toda ela, clara e evidentemente, não tenha responsabilidade pelo que essas pessoas disseram.

Diogo Mainardi escreve, em “O Mensalão das Artes”:

José de Abreu é ator, apóia Lula. Os americanos decidiram boicotar Mel Gibson por seu anti-semitismo e Tom Cruise, por sua cientologia. Podemos boicotar José de Abreu por seu lulismo. Ele é nosso Mel Gibson, é nosso Tom Cruise.

A Eletrobrás patrocinou o último espetáculo teatral de José de Abreu. É um monólogo em que ele interpreta José Dirceu, José Mentor e Gilberto Gil. Uma gente da melhor qualidade.

Liguei para a assessoria de imprensa da Eletrobrás e perguntei quanto José de Abreu ganhou pelo espetáculo. Foram precisamente 145.900 reais. É muito? É pouco? Que sei lá eu? A rigor, qualquer investimento em teatro pode ser visto como um despropósito. O fato é que, contando com uma forcinha de José Sarney, José de Abreu ganhou o patrocínio da Eletrobrás. E apóia Lula. Em setembro, ele apresentará seu espetáculo no Amazonas. Amazonenses: boicotem-no.

Wagner Tiso também apóia Lula. Fui conferir sua agenda. Vi que ele rege a Orquestra da Petrobras, toca no Domingo na Funarte,

coordena as Quintas no BNDES, viaja a Paris a convite do Ministério da Cultura, é mandado a Goiás pelo Ministério do Turismo, apresenta-se no Centro Cultural Banco do Brasil e pede tutu da Lei Rouanet para gravar um CD comemorativo de sua carreira.

Gosto de me intrometer na vida dos outros.

Eu teria o maior interesse em saber quanto do faturamento de Wagner Tiso foi bancado pelo Estado nos últimos anos. E se o número aumentou ou diminuiu durante o mandato de Lula. Pensei em ligar para ele e perguntar-lhe diretamente, mas fiquei envergonhado. Wagner Tiso é amigo de um amigo. Já amolei tanta gente que só me restou amolar os amigos dos amigos. Acabei telefonando para a assessoria de imprensa da Petrobras, para tentar descobrir o valor de seu contrato com a Orquestra. Ninguém quis me informar. A Petrobras é o maior patrocinador cultural do Brasil. Em 2005, investiu 235 milhões de reais em patrocínios. É o mensalão das artes.

Cada um vota como bem entende. Eu só acho que, por pudor, os lulistas deveriam fazê-lo escondido, em vez de anunciarlo publicamente, como aconteceu na casa de Gilberto Gil, na última segunda-feira. Listei algumas personalidades do meio artístico que declararam voto em Lula e que merecem ser boicotadas. Todas elas já receberam alguma ajuda do Estado. O efeito do boicote será nulo. Mas é sempre uma farra perturbar os lulistas. Caso alguém queira acrescentar um nome, mande-o para mim. Por enquanto, minha lista é a seguinte: Paulo Bettini, Arlete Salles, Bete Mendes, Jorge Mautner, Alcione, Jards Macalé, Renata Sorrah, Zeca Pagodinho, Fernanda Abreu, Luiz Carlos Barreto, Augusto Boal, Rosemary, Jorge Furtado, Marcos Winter, DJ Marlboro, Ariano Suassuna, Shel, Cara Branca, Magrelo e Moringa. Peraí. Cancelle a última parte.

Estou confundindo tudo. É o problema de ler tantos jornais. Os quatro últimos apóiam o PT, mas não pertencem ao meio artístico. Pertencem ao PCC.

Isso foi dito por Diogo Mainardi, na revista **Veja** do último final de semana.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, povo brasileiro, enquanto estamos em casa elaborando um artigo, para mostrar a necessidade de este segmento social brasileiro, a classe artística, levantar-se com suas manifestações e com suas produções em defesa da

construção de uma grande Nação, assustamo-nos, ao ver que parcela – evidentemente diminuta – da classe artística brasileira, que pessoas representativas, que têm espaço na mídia, que se apresentam na Rede Globo, que são referenciais, estão a mostrar este tipo de perfil, a dizer expressões como estas: a ética que se dane; o jogo do poder é o que interessa; mensalão não é roubo.

Esperamos da classe artística deste País algo diferente, como já aconteceu em outras épocas e como acontece em todo o mundo. Artistas, pelas suas produções, pela sua sensibilidade social e humana, contribuem decisivamente para que nações inteiras tomem posições, busquem independência, lutem pela unificação.

Recordo-me de que Giuseppe Verdi, autor de óperas na Itália, nos idos de 1840, escreveu a peça Nabuco. Nabuco é uma ópera baseada no sofrimento do povo judeu, dominado por Nabucodonosor, pela Babilônia. O compositor foi buscar inspiração distante na história, porque, naquele instante, o povo italiano vivia história parecida, com a dominação da Espanha, da Áustria. Enfim, foi isso que o fez produzir Va Pensiero, “Voa Pensamento”, coro de escravos hebreus, mostrando a importância da libertação, inserindo no povo italiano a necessidade da libertação daqueles que também o oprimiam, mostrando a importância da unificação italiana: artistas contribuindo para a construção de um hino, que se transformou no hino nacional.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É isso que esperamos da classe artística, é essa sensibilidade, é o acender de centelhas para a construção de um ideário. Mas artistas globais, personalidades do mundo cultural, comportarem-se de forma tão vergonhosa como essa? É de lamentar!

Isso é lamentável, tanto quanto o comportamento dos sanguessugas, dos mensaleiros, dos corruptos, dos corrompidos e dos corruptores. Isso é vergonhoso! É preciso, neste País, que a classe artística, o segmento cultural, levante a bandeira e mostre como a classe política, por vários de seus membros, tem procurado fazer a limpeza daquilo que há de pior em nossa instituição.

Aliás, em meu primeiro pronunciamento nesta Casa, Sr. Presidente, em fevereiro de 2003, antes que tudo isso acontecesse, mostrava claramente que, se quiséssemos ter uma democracia fortalecida, precisaríamos fortalecer o Parlamento, e, para isso, necessário seria que resolvêssemos os problemas que nos destroem aqui dentro e a partir de nós. Temos de resolver os problemas internamente, dentro do Par-

lamento, para que a sociedade nos possa respeitar. Disse isso no primeiro pronunciamento de apresentação que fiz nesta Casa, Sr. Presidente, exatamente em fevereiro de 2003.

Estava premeditando, imaginando que tudo isso iria acontecer? Não. É apenas uma questão de processo histórico, de perspectiva histórica daquilo que se fazia no Parlamento e que se continuou fazendo. Então, se quisermos um Congresso, um Parlamento limpo, teremos de resolver as mazelas que nós temos, aqui internamente, assim como, neste momento, o depoimento prestado por esses artistas precisa ser, de forma veemente, contestado, porque não é essa a forma de se construir uma grande nação, como a que precisamos em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra PSDB – ES)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador César Borges, ambos do PFL da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, passo à Mesa projeto de lei que apresento, para que, entre os meses de janeiro e junho de cada ano, o empregador pague como adiantamento a gratificação prevista no art. 1º, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior – quer dizer, o décimo terceiro salário. Então, passo à Mesa esse projeto, para que passe a ser obrigatório.

Sr. Presidente, o cinismo do Presidente da República é ilimitado.

Hoje, em São Paulo, o Presidente declarou: “No meu Governo não tem lixo debaixo do tapete”. Sr. Presidente, ou ele está louco ou o lixo está aqui: Lula, Delúbio, José Dirceu, Okamoto e outros ladrões do Governo dele.

O Presidente Fernando Henrique disse que não aceitava comparação com o Lula porque ele não é ladrão, e lugar de ladrão é na cadeia. Fez muito bem o ex-Presidente em não admitir que esse homem, que facilitou todas as roubalheiras e delas participou – e delas participou; é beneficiário até hoje da máquina do Governo; faz campanha com o dinheiro público; paga publicidade oficial para comprar a mídia; tem homens... E agora estou eu aqui: denunciei há mais de três anos, como ladrão, Humberto Costa – vampiro! E esse vampiro só agora é indiciado; ele com Delúbio. Ladrões que agiam em conjunto na máfia do sangue. Sanguessuga, sim, é isso: é Lula, é Humberto Costa, é Delúbio e essa corja que infelicitá o Brasil com um silêncio inacreditável, inclusive dos militares.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que o que declarou hoje, em São Paulo, o Presidente da Repú-

blica não ofende nem ao nosso Partido nem ao PSDB, porque tudo que ele disse, se ele tivesse um espelho em frente, era com ele. Ele, sim, é que é um Presidente que não respeita a moralidade pública, que não é sério e que os momentos de lazer que tem é para embendar-se, e aí fala tudo que é asneira que vem na sua cabeça.

Sr. Presidente, nunca a Nação brasileira viveu momentos tão graves! O Presidente, candidato à reeleição, prometeu que no seu próximo governo intensificará o combate à corrupção. É engraçado Lula dizer que vai intensificar o combate à corrupção! O corrupto número um do Brasil vai intensificar o combate à corrupção! E joga para nós a corrupção, ele que faz todas as ladroagens do valerioduto; ele que toma conta do caixa depois de ser retirado tudo o que o caixa possuía. É muito bom abrirem-se cofres depois de esvaziá-los. É o que ele faz. E ainda se apresenta enganando a população brasileira como o pai dos pobres. Nunca uma pessoa se transformou tanto, de pobre em milionário como ele; e sua família também! Até hoje ele não respondeu por que seu filho recebeu R\$15 milhões da Telemar através da Gamecorp. Até hoje ele não respondeu por que Okamoto paga suas contas. Okamoto é do seu time titular.

Este Presidente não merece o respeito da Nação e é por isso que seus deputados aqui não vêm defendê-lo. Não vêm defendê-lo porque têm vergonha e não vêm defendê-lo porque não conseguem debater. E tudo isso acontece. Ele diz coisas sobre o presente e sobre o futuro que só mesmo um alienado é capaz de dizer. Quem faz um governo desta ordem e ainda quer alimentar o futuro com mais roubo, com gente pior do que a que ele tem?!

Ah, Sr. Presidente, não se pode esperar deste Governo coisa alguma. O que se pode esperar os jornais dizem: é que a renda cai e o desemprego sobe. E ele, cinicamente, vai à televisão e diz que há mais empregos hoje do que ontem. É assim o Presidente da República.

“Carga tributária bate recorde em 2005.” Ele, cincicamente, diz que nunca aumentou impostos e que os impostos, hoje, são menores que ontem. Ah, Sr. Presidente, está faltando a reação dos políticos, a reação do povo, inclusive a nossa reação, que temos oportunidade de dizer na televisão, nos programas eleitorais. quem é essa figura, e não o fazemos por um receio que não entendo. Confesso que esta não é a minha política. Confesso que ele teria que ouvir tudo o que fez; dizer que ele é o responsável pelo mensalão, que é o responsável pelo valerioduto, que ele é o responsável maior pelos sanguessugas.

O Presidente da República perdeu o respeito da Nação, por melhores que sejam as pesquisas. O respeito do País não se mede pela quantidade, mas pela dignidade do governante. Mas este governante perdeu a dignidade, perdeu a seriedade, não merece nenhum respeito dos homens de bem deste País.

E o que se faz? O que se faz é que alguns bobos da corte – como disse Dora Kramer, em artigo realmente magistral, e ainda foi assunto agora do discurso do Senador Almeida Lima – se reúnem para homenageá-lo na casa do Gilberto Gil. Um baiano inteligente, porque não trabalha e ganha dinheiro nos *shows* que faz como Ministro da Cultura. Se o dinheiro não é do Governo, pouca importa. Ele só está tendo esses *shows* todos por causa do Ministério da Cultura.

Acredite, Sr. Presidente, eu não gostaria de tratar assim desse assunto, que o candidato Jaques Wagner, que está tomando uma surra eleitoral, na Bahia, do Governador Paulo Souto, se declara o maior amigo de Lula; mas a falta de respeito dele é tão grande – e aí peço desculpas porque respeito também a sua senhora, que é minha amiga, ela é até minha eleitora, a Fátima –, e ele diz: “Ele é meu amigo, mas é mais amigo de minha mulher”.

Quem diz isso não pode ser candidato a governador! Não pode!

Que ele não seja baiano não é nada de mais, porque nós sempre atendemos a todos os brasileiros que vão para lá e fazem política lá. Já tivemos governadores não baianos. Mas ele não aprendeu nada na Bahia, de civilidade, de educação e, muito menos, de trabalho. É um preguiçoso da equipe do Lula e usa a amizade de sua esposa com o Presidente como um trunfo para obter votos. Isso, Sr. Presidente, é demais, e não podemos aceitar.

Sr. Presidente, são tantos os assuntos! “Governo pagou à ONG de amigos de Lula R\$7,4 milhões”. É assim. Agora, esse amigo de Lula faz voltar o dinheiro para eles. O dinheiro sai do contribuinte e volta para os políticos descarados que mudam de partido para apoiá-lo. Isso é o que está acontecendo no Brasil de hoje, com um Presidente que realmente não merece o respeito da Nação.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, na condição de representante do povo da Bahia, que não aceita esses métodos que o Presidente utiliza; do povo da Bahia, que não gosta dos ladrões, embora eles também roubem na Bahia. Onde eles estão, esvaziam os cofres. Eles são catedráticos em arrombamentos e sabem demais como furtar. É isso o que fazem, e jogam o dinheiro da Petrobras dizendo que vão dar um banho de asfalto na cidade de Salvador em troca de terrenos que jamais poderiam ser trocados, pois são

terrenos onde a Bahia não aceita que se faça posto de gasolina para a Petrobras utilizar distribuindo comissões a seus políticos ligados.

Já tenho feito tantas críticas a todos os setores deste Governo! Não há um governo que mereça tanto epíteto quanto este. A reação hoje do Presidente Fernando Henrique foi excelente. No entanto, Sr. Presidente, essa reação não pode ser somente do Presidente Fernando Henrique. Tem de ser de todos nós. Vamos reunir quatro, cinco, seis aqui e vamos formar uma luta insana contra essas figuras que estão deteriorando a vida da Nação!

Ah, Sr. Presidente, o tesoureiro de Lula não pagou a dívida de 2004! Não estou falando do Delúbio, não; é o novo. Todos são iguais. Tira Delúbio, bota o novo, José Felippi, e também é a mesma coisa. Waldomiro Diniz é a mesma coisa de Humberto Costa. Humberto Costa é a mesma coisa que Okamotto. Okamotto é a mesma coisa que Delúbio. E, assim, vai-se vivendo neste País. E esse cínico do Presidente tem coragem de dizer que nós é que somos corruptos!

Corrupto é o Presidente da República, Sr. Presidente, que não respeita esta Nação, que procura comprar artistas, mas encontra reação; a maioria dos artistas brasileiros não ratificou o que aqueles artistas disseram, ou porque estavam com uísque ou não, contra a ética: que governo não precisa ter ética e que quem faz política tem de fazer como Lula, metendo a mão na "M" – não vou dizer o nome, mas todos entendem.

Eles pensam que nós somos assim. Eles é que vivem sujos, porcos. Porcos! Pois realmente no lamaçal é que se dão bem.

Sr. Presidente, voltarei aqui amanhã. Tenha certeza de que não viajarei sem dizer mais verdades a esse Presidente da República, cujo cinismo chegou à raia do impossível.

Fez bem Fernando Henrique em responder e terá sempre aqui alguém para defendê-lo.

Não fui dos áulicos de Fernando Henrique. Tive amizade por ele, meu filho foi um grande amigo dele, mas, ao final, não nos entendemos bem. No entanto, comparar Fernando Henrique com Lula é um escárnio. E esse escárnio não aceito.

Quero, neste instante, apresentar ao Presidente Fernando Henrique a solidariedade do Senado da República pelas ofensas que lhe foram dirigidas por um Presidente que não sei se estava no seu estado normal, porque sempre se utiliza do álcool para falar.

Sr. Presidente, ou nós reagiremos, ou o Brasil vai sucumbir. Se não sucumbir é porque terá o bom senso de, ainda em tempo, mudar essa campanha da Oposição, que também não está boa, e Geraldo Alckmin

dizer perante a Nação tudo o que Lula é, sem receio de desagrurar A ou B, dizer, claramente, como Fernando Henrique disse, que o lugar de Lula é na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, do PSDB do Ceará, por permuta com o Senador César Borges.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, passei toda esta semana rodando por vários Municípios no interior do meu Estado, num contato muito próximo com a população sertaneja e interiorana do Ceará. Tive oportunidade de conversar com as pessoas e de sentir o momento político e econômico que vive a nossa região.

Recebi algumas notícias que eu ainda não tinha e constatei, depois, por documentos, o que vi *in loco*. Senador César Borges, V. Ex.º sabia que, de junho para julho, do primeiro semestre, para agora, julho e agosto, o número de Bolsas-Família, em valor, duplicou no Nordeste brasileiro? V. Ex.º tinha essa notícia? Ou seja, na época da eleição, duplicou-se o número de Bolsas-Família no Nordeste brasileiro – penso que isso aconteceu no Norte também, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Tasso Jereissati, permita-me?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Tasso Jereissati, a Agência Estado publicou, no dia de ontem, um texto dos jornalistas Expedito Filho e Fernando Dantas:

O desembolso com o programa Bolsa-Família deu um salto de 60% em apenas um mês, saindo de R\$ 597,7 milhões em junho para R\$ 952,4 milhões em julho, período que coincidiu com a melhora da avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva... (...) ...o aumento em julho foi ainda maior, atingindo 93% – de R\$245,8 milhões para R\$473,8 milhões.

O casamento do ano eleitoral com a expansão do assistencialismo pode explicar o bom desempenho do presidente Lula nas pesquisas de intenção eleitoral, assim como a boa avaliação do seu governo.

(...)

Para Marcos Coimbra, do Vox Populi, graças ao programa, "Lula quebra a resistência de um eleitorado dos grotões e das periferias das grandes cidades, formado por mulheres de baixa renda e escolaridade, que resistia a votar nele, mas por influência do Bolsa-Família, muda de idéia e passa a votar".

Portanto, Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a denuncia, com muita propriedade, como é do seu estilo, um fato que está estarrecendo todo o País: um assistencialismo que já chega a um terço da população brasileira. São 55 milhões de pessoas. Por que isso está acontecendo agora? Para garantir a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os índices que aí estão. Literalmente, o Presidente – e não podemos aceitar que o Tribunal Superior Eleitoral não veja isto – está fazendo uso da máquina pública, do dinheiro público para, simplesmente, malversar a consciência do eleitorado brasileiro, levando este a uma posição que não é a dele. Digo mais uma vez que o Presidente Lula tem se transformado no coronel do século XXI, comprando consciências e votos, e, de outro lado, dando dinheiro, sem gerar emprego, renda e crescimento econômico, promovendo um desajuste fiscal – ele que se gabava tanto do ajuste fiscal –, para garantir sua reeleição. Lamentavelmente, quem sofre é o País inteiro. Agradeço o aparte que V. Ex^a me concede.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador César Borges, por complementar, de maneira bastante competente, o que eu acabava de dizer.

Lembro-lhes que, assim como o Bolsa Família, fenômeno semelhante aconteceu com o programa chamado Pronaf B, que, se não me engano, mais do que dobrou. O Pronaf B, a título de ser um recurso de incentivo ao microprodutor rural, é um programa de distribuição de dinheiro pura e simplesmente. A pessoa credenciada a ser beneficiária do Pronaf B é credenciada pelo sindicato. Ao contrair empréstimo de R\$1.000,00 para pretensamente produzir algo, devolve R\$700,00, após dois anos.

Senador César Borges, V. Ex^a conhece o programa Pronaf B? O empréstimo é de R\$1.000,00, e, após dois anos, o devedor é obrigado a reembolsar R\$700,00; portanto, com juros negativos. O pior é que a pessoa é credenciada ao programa pelo sindicato local, e boa parte dos recursos destinados a produzir e a plantar, na verdade – tive oportunidade de conversar com várias pessoas –, está sendo gasta na compra de bens de consumo, desde bens duráveis até a bodega. Isso se explica de uma maneira bastante clara: somando o dobro do que foi feito em relação ao Bolsa-Família ao incremento de vendas em algumas lojas nas regiões do interior do Nordeste brasileiro. O Pronaf B é um programa, pura e simplesmente, de distribuição de dinheiro.

Senador Antonio Carlos Magalhães, que conhece isso muito mais do que eu, para mim esse programa não é novidade. Já era utilizado pelos velhos coro-

néis do Nordeste, na época da seca. Sempre houve distribuição de dinheiro, mas há 25, 30 anos, ela foi debelada por ser um programa, a longo prazo, mais nocivo à produção e ao desenvolvimento do Nordeste. Por quê? Porque tentava, de alguma maneira, anestesiar a população, quando se tornava freqüente. E a população, ao receber esse dinheiro constantemente, desconhecia a necessidade do trabalho, o valor do trabalho, a importância de produzir para desenvolver, estagnando a região no pauperismo. Isso foi política de 30 anos atrás, Senador Antonio Carlos Magalhães. A distribuição de dinheiro é política de 30 anos atrás.

Lembro-me que, na minha adolescência, uma das coisas que mais me impressionaram foi quando um grande coronel da minha região, na véspera da eleição, a quatro ou cinco meses da eleição, dizia: "Que Deus me dê a graça de uma seca, porque com a seca fazemos a distribuição de dinheiro, e estão garantidas as eleições". Não é verdade? Dizia-se isso. Era o famoso voto de cabresto que, após tantas mudanças, tentamos modificar, e modificamos, no Nordeste brasileiro. Está se repetindo de uma maneira perversa uma política de 30 anos atrás, mas com uma diferença: com muito menos escrúpulos.

A distribuição do Pronaf B é uma vergonha. Assim também a duplicação do Bolsa-Família. Tenho notícias de uma dona de supermercado do interior do Nordeste que reclamou; disse que recebeu por engano o cartão, devolveu, mas, uma semana depois, recebeu novamente. Uma busca absolutamente inescrupulosa pelo poder está sendo exercida neste País pelo Governo do Presidente Lula.

Senador César Borges, também comecei a ver o outro lado da moeda em algumas questões que começam a aparecer. Não sei se, em suas andanças pela Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães e Senador César Borges, V. Ex^as tiveram a oportunidade de ver o outro lado da moeda, quando os problemas começam a aparecer. Teremos a oportunidade, nos próximos dois anos, de ver uma grande quantidade de problemas sociais em nossa região e no Brasil, de maneira geral, por causa do problema fiscal.

Senador César Borges, uma pessoa do Município de Jaguaruana, interior do Ceará – tenho amigos naquela região –, protestava violentamente contra a retirada das prestações do seu salário pelo chamado crédito consignado no banco. Um senhor idoso, provavelmente já avô, me mostrava seu contracheque. Seu salário reduzia-se a quase nada. Ele me disse: "Estão tirando, Dr. Tasso, esse recurso diretamente do meu salário. Senador, faça alguma coisa por nós, porque com esse salário eu não vivo."

E fui verificar o contracheque e vi que apareceram outros programas de consignação, cada um com um limite. "Boa parte da população, Senador, não sabia o que era crédito consignado." Receberam ofertas. E me mostraram, também nesse Município, se não me engano, uma kombizinha do BMG. Já viu isso na Bahia? Teve oportunidade de ver isso no Pará? A kombizinha do BMG, o famigerado BMG, oferecendo crédito consignado. O que deu aquela alegria, aquela explosão de consumo.

As pessoas não tinham noção de que o seu salário, depois de gasto todo esse crédito, viria totalmente corroído pelo BMG.

Isso está começando e vai estourar no ano que vem, Senador César Borges, para valer. Sugiro, inclusive, que se faça, entre os Prefeitos e Vereadores, Senador Flexa Ribeiro, uma avaliação do que está acontecendo. Os salários das pessoas estão corroídos. Vamos ter uma crise no comércio local, vamos ter de sustentar essa duplicação do salário e— o que é mais grave — estamos criando uma cultura do não-trabalho. Esse Governo conseguiu criar e implantar três culturas perversas, querendo instituí-las como uma tradição cultural brasileira de uma gravidade imensa.

São elas:

1) A cultura do não-trabalho, por meio dessas bolsas, desses Pronafs e dessa falsa ilusão de crédito. A cultura do não-trabalho, que não é novidade, repito, pois coronéis e alguns generais fizeram isso no passado. Era a grande indústria da seca! A indústria da seca era a distribuição de dinheiro, principalmente na época das eleições. Então essa é a cultura do não-trabalho.

2) A cultura da corrupção. Andando por aí, vemos que se está criando a cultura da corrupção. Conversando sobre o Governo do PT, a respeito da questão da corrupção, especificamente no caso do Estado do Ceará, ouvi de uma pessoa dizer o seguinte: "O Presidente Lula tem razão, Dr. Tarso, o Governo dele roubou, os amigos dele roubaram, o PT está roubando no Governo, mas quem não rouba? Todo mundo faz, por que não ele? Por que não ele?"

Ora, um Presidente da República que cria na sua população mais carente, mais pobre, menos educada, mais despreparada, a idéia de que roubar é normal, que todo mundo rouba, que roubar é válido, é uma liderança das mais perversas que já surgiu neste País. Que quer infundir na população brasileira menos preparada

de que roubo é uma coisa generalizada. E não é, nós sabemos que não é e ninguém aceita isso.

3) A cultura da mentira, que está sendo passada como devendo ser espalhada pela nossa população.

São: a cultura do não-trabalho, a cultura da corrupção e a cultura da mentira. Dizem que mentir é válido; mente o Presidente da República e, no dia seguinte, vai à televisão e se desmente; mente novamente no outro dia, se desmente no outro. E tudo isso é normal, permanece com a mesma cara que tinha antigamente.

E tudo isso é coroado em reunião com "intelectuais" brasileiros, que aplaudem e confirmam essas três coisas. É muito triste vermos acontecer no País o que está acontecendo.

Eu confesso, Senador, que fiquei profundamente impressionado. Aqui no Senado Federal, nesses dias... Nós sabíamos disso tudo. Sabíamos da corrupção — inédita na história deste País —; sabíamos dessas bolsas, que é um bom programa criado pelo PSDB e pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Foi implantado no Governo FHC, por sugestão e projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas que, hoje, distorceu-se em um projeto eleitoreiro, totalmente irresponsável e que incentiva o não-trabalho e a cultura da mentira, de que se pode mentir com a maior desfaçatez possível e, no dia seguinte, desmentir-se com a maior tranquilidade.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) — Perdoe-me, V. Ex^a. E tem o cinismo de querer nos colocar na posição deles, de corrupto. Ele é o maior corrupto, esse é o Governo mais corrupto que o Brasil já teve em todos os tempos, e querem jogar isso no Governo passado e no PFL. Evidentemente, que esse Presidente da República não merece o respeito da Nação. Ele pode ser Presidente, até como tantos, mas não tem a dignidade indispensável a um Chefe do País.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) — Senador Antonio Carlos, concordo inteiramente com V. Ex^a. E é, no fundo, o que estou dizendo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) — Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) — Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) — Senador Tasso, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que V. Ex^a faz, como também ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que o precedeu. V. Ex^a traz à Nação brasileira aquilo que a Nação brasileira ouve e toma conhecimento, mas o sentimento de an-

tesia da visão e da consciência da população por meio dessa – eu diria – aposentadoria da miséria. Porque o que está sendo feito é realmente nivelar todo mundo por baixo. Essa é a prática do PT: todo mundo tem de ser miserável e, assim, que se mantenha toda a sociedade brasileira sem oportunidade de crescer como cidadão, sem oportunidade de ter acesso ao emprego. E V. Ex^a apresenta aqui, talvez, os três piores pecados que esse Governo está trazendo à sociedade brasileira: a preguiça, a corrupção e a mentira. E aí, Senador Tasso Jereissati, como é que fica a juventude brasileira com o exemplo dado pelo Presidente da República à sociedade? Que exemplo essa juventude pode ter de um Presidente que considera natural esse tipo de coisa? Então, em relação à formação dessa geração brasileira que vê esse mal sendo arraigado na sociedade, talvez esse seja o maior crime que o Presidente Lula esteja cometendo contra os brasileiros. É bom que os brasileiros tomem consciência de que esta não é a verdade, que este não é o caminho correto, que o caminho correto é o da ética, é o do trabalho com dignidade, é o da verdade, que é tudo o que falta a este Governo. Tenho certeza de que isso vai ser revertido, mas lamentavelmente a sociedade ainda, por mais que se tente esclarecer, não enxergou que estamos caminhando para um futuro próximo que é perverso para a sociedade brasileira, na economia e em todos os segmentos. E V. Ex^a denuncia isso, como denunciam todos aqueles que têm um compromisso com este País, o compromisso com um País melhor. Com certeza absoluta, o País não será atingido por esse caminho que o PT mostra, e não só mostra, mas toma como princípio e como função de execução junto ao seu Governo. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

Hoje é difícil para mim dizer qual dos crimes é o mais grave. Na minha terra, talvez conhecida até pelas dificuldades naturais que existem no semi-árido – 85% do semi-árido está no Ceará –, tudo é muito difícil. O cearense, reconhecidamente um dos povos mais trabalhadores deste País, forte como diria Euclides da Cunha, vê essa tentativa de condenação dessa população ao não trabalho eterno e ao não emprego. Para mim, talvez isso doa mais do que a falta de valores que estamos discutindo.

Mas, fazendo alusão ao cinismo a que o Senador Antonio Carlos Magalhães se referiu, quero pedir licença ao Presidente desta sessão para ler um trecho do artigo do jornalista Arnaldo Jabor, publicado em **O Globo** de hoje, que faz menção, Senador Flexa, jus-

tamente a esse cinismo, Senador Antonio Carlos. Eu gostaria que V. Ex^as o ouvissem.

Peço ao Presidente que o artigo seja registrado nos Anais da Casa.

O Presidente responde a alguém no famoso encontro de intelectuais: “Sempre foi assim, corrupção endêmica, sobras de campanha, houve erros éticos, todos os Partidos fizeram isso...”

Diz o jornalista:

Esta falsa explicação é enlouquecedora, porque ilude, elide a verdade meridiana que é a seguinte: não foi apenas um desvio “ético” ou uma “roubalheira tradicional”. Não. Foi um plano armado para mudar o Estado por dentro, por um bando de sujeitos que se consideraram “superiores” a nós, com a “missão” de usar a democracia para apodrecê-la. Ideólogos ignorantes e narcisistas tentaram mais uma “revolução” ridícula, que não rolou. Aliás, erram sempre e continuarão a errar. No entanto, é espantoso que gente que estudou e que come continue a achar que foi “caixa 2 ou desvio ético de alguns companheiros”. A barra foi muito mais pesada. E pode voltar a ser.

Os quadrilheiros do governo não são de esquerda, não; são de direita, autoritários. Não só desviaram bilhões de reais de aparelhos do Estado, de fundos de pensão, por contratos falsos, mas roubaram também nossos mais generosos sentimentos. E não é só a mentira que indigna. É a arrogância cínica com que mentem. E a mentira vai se acumulando como estrume e acaba convencendo muitos ingênuos.

Eu gostaria de ver estas palavras registradas.

Realmente, a inteligência e a facilidade de expressão do jornalista Arnaldo Jabor demonstram, com toda a clareza, a indignação que eu gostaria de expressar, mas não tenho o mesmo talento.

Recomendo a todos que leiam o artigo.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TASSO JEREISSATI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ARNALDO JABOR

Burrice no poder chama-se fascismo

Nosso atraso será mantido em nome do progresso

A reunião dos intelectuais e artistas com Lula, no Rio, destampou a panela da verdade. Quando dizem: "Os fins justificam os meios, mensalão não é crime" ou "Não estou preocupado com a ética do PT nem com qualquer ética. Isso não interessa; eu acho que o PT fez o que tem de fazer para governar o país...", esses bravos criadores de arte e pensamento estão trazendo à luz do dia, num ato falho espetacular, a verdadeira ideologia que orienta o PT.

Os petistas do governo ficam enrolando e, aí, vêm uns artistas ingênuos e abrem o jogo cuidadosamente escondido. Prestaram um serviço à verdade, porque muita gente boa repete, como robôs do Lula: "Sempre foi assim, corrupção endêmica, sobras de campanha, houve erros éticos, todos os partidos fizeram isso..."

Esta falsa explicação é enlouquecedora, porque ilude, elide a verdade meridiana que é a seguinte: não foi apenas um desvio "ético" ou uma "roubalheira tradicional". Não. Foi um plano armado para mudar o Estado por dentro, por um bando de sujeitos que se consideram "superiores" a nós, com a "missão" de usar a democracia para apodrecê-la. Ideólogos ignorantes e narcisistas tentaram mais uma "revolução" ridícula, que não rolou. Aliás, erram sempre e continuarão a errar. No entanto, é espantoso que gente que estudou e que come continue a achar que foi "caixa 2 ou desvio ético de alguns companheiros". A barra foi muito mais pesada. E pode voltar a ser.

Os quadrilheiros do governo não são de esquerda, não; são de direita, autoritários. Não só desviaram bilhões de reais de aparelhos do Estado, de fundos de pensão, por contratos falsos, mas roubaram também nossos mais generosos sentimentos. E não é só a mentira que indigna. É a arrogância cínica com que mentem. E a mentira vai se acumulando como estrume e acaba convencendo muitos ingênuos.

Sempre houve corrupção no Brasil? Claro que sim, mas o ladrão tradicional sabia-se ladrão, roubava em causa própria e se escondia pelos cantos para não ser flagrado. Os ladrões desse governo roubam de testa erguida, como se estivessem fazendo uma "ação revolucionária". Dizer que "sempre foi assim" é burrice ou má-fé.

SEGUNDO TEMPO

Não tem papo: Lula está reeleito. E, num segundo mandato, haverá uma obstinada tentativa de desmanchar os escândalos do chamado mensalão, desde os dólares na cueca até a morte de Celso Daniel e Toninho do PT, como já insinuam, dizendo que são "mentiras sobre supostos crimes sem comprovação...".

As chamadas "forças populares", que ocupam os 40 mil postos no Estado aparelhado, permanecerão nas "boquinhas".

As Agências Reguladoras serão assassinadas. Os sinais estão claros, com várias delas abandonadas, e com indícios de que o PMDB já quer diretorias, que o PT cederá com prazer.

O Banco Central deve perder possibilidade de autonomia, pelo que já declararam os membros do "comitê central". A era Meirelles-Palocci será queimada, velho desejo de Dirceu e camaradas. Qualquer privatização essencial, como a do IRB e a do Correios, por exemplo, será esquecida.

A Lei de Responsabilidade Fiscal será desmoralizada por medidas atenuantes, como já sinalizou Tarso Genro, que, a julgar por seus ademanes conciliatórios, talvez queira ser presidente em 2010.

Os gastos públicos aumentarão e não haverá cortes.

A obsessão do "Controle" sobre a mídia e a cultura voltará, como tentaram no início do primeiro tempo.

Certas leis "chatas" serão ignoradas, como Lula já está fazendo com a lei que proíbe reforma agrária em terras invadidas ilegalmente, "es-

quecendo-a" de propósito. Aliás, a evidente tolerância com os ataques dos "MSTs da vida" mostra que, além de financiá-los com mais de seis milhões num ano, este governo quer mantê-los unidos e fiéis, como uma espécie de "guarda pretoriana", caso a crise política se agrave. Não duvidem, eles serão os peões de Lula.

TUCANOS CEGOS

Por outro lado, assim como os petistas e Lula desqualificam a seriedade, o PSDB atual desmoraliza a social-democracia moderna. Afinal, o que é o PSDB? Que partido é esse, sem plataforma, sem símbolo, a não ser uma aguada candidatura, posando de "limpinha", um partido que não berra, não urra, não deseja nada? O que é o PSDB, para além do que FH formulou e Serra projetou? Onde está a herança da fundação, de Montoro, de Covas? Ninguém sabe. Desorientados, divididos e ociosos, não têm bala para competir com o carisma cínico e populista do Lula. Já eram.

É isso aí. Intelectuais e artistas votarão em Lula de novo porque não têm opção legível ou porque, no duro, acham que o *lulodirceuzismo* estava certo, e que o PT e sua quadrilha fizeram

bem em assaltar o Estado para um "fim revolucionário". Na moita — porque não se declaram — não são democráticos. Deus os perdoará, pois não sabem o que fazem... Não sabem que jogaremos fora a única revolução possível no país, que seria o enxugamento de um Estado que come a nação, inchado de privilégios e clientelismo, um Estado que só tem para investir 0,5 do PIB. A única revolução seria administrativa, apontada na educação em massa, nas reformas institucionais. O único consolo é que, graças a Deus, a "macro" foi herdada e mantida por Palocci, e a economia mundial está "bombando". Rezemos também para que não haja uma grave crise mundial, pois poderão pipocar bravatas "antiimperialistas", exaradas pela política do nosso "Itamaraty revolucionário".

De modo que as frases de artistas e intelectuais que temos ouvido, dentro e fora da Academia, não só denotam a pobreza de sua cultura política, como sintetizam, iluminam e até mesmo alcagüetam as verdadeiras intenções da quadrilha que continuará no poder e que poderá tentar um "chavismo cordial".

O atraso do país será perpetuado em nome da burrice "progressista".

O diabo é que burrice no poder chama-se "fascismo".

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereisati, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereisati, o Sr. César Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Marcos Guerra, Sr^{as}s e Srs. Senadores, retorno à tribuna hoje, primeiro, para dizer da alegria que tive, ao longo da semana que passou, em visitar, juntamente, com o futuro Governador do Pará, Almir Gabriel, vários Municípios do meu Estado, principalmente os da região sul e sudeste, tais como: Bom Jesus, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Itupiranga, Marabá, Xinguara, Conceição do Araguaia e Redenção.

Lá, em companhia dos nossos companheiros, dos políticos que acompanham o projeto do novo Pará, fomos novamente, como eu aqui disse na semana passada, efusivamente recebidos pela população, que amistosamente acolheu a caravana que passou por essas cidades.

Verificamos o quanto já foi feito, ao longo desses doze anos de governo do novo Pará, por essa região do nosso Estado. Levamos, por intermédio do candidato Almir Gabriel, os compromissos – e não as promessas – daquilo que será feito no seu próximo governo.

É lamentável, meus brasileiros, principalmente, meus amigos paraenses, que os políticos, em época de campanha, Senador Marcos Guerra, façam promessas mirabolantes, digam inverdades que, ao longo do mandato, não são cumpridas.

Eu dizia, em pronunciamento anterior, que deveria haver uma lei que obrigasse o cumprimento dos compromissos, sob pena de perda de mandato e de inelegibilidade, caso aquilo que fosse assumido durante a campanha não pudesse ser realizado. Só assim não haveria possibilidade de políticos inescrupulosos enganarem a população, fazendo daquilo que sabem que não podem cumprir objeto de campanha.

Se voltarmos quatro anos, Senador César Borges, vamos verificar que tudo aquilo que foi dito – e é fácil ouvir novamente os programas nas rádios – não foi cumprido, Senador Antonio Carlos Magalhães. E fica por isso mesmo! Agora, continuam a dizer coisas que não serão feitas no futuro.

Há necessidade de se dar um basta em promessas não-cumpridas, de se ter um limite para isso, senão sob pena de perda de mandato, sob a inelegibilidade, para que ele não possa continuar mentindo à população brasileira em um próximo pleito.

É sobre isso que peço aos paraenses e aos brasileiros que refitam. É muito fácil. É fácil refletir; é fácil comparar. Verifiquem nos seus Estados. Lembrem-se daquilo que foi prometido na campanha passada e se algo foi feito.

No Estado do Pará, Presidente Marcos Guerra, nada, absolutamente nada do que foi prometido foi executado. Nada! Ao contrário, o Presidente Lula classificou o Estado do Pará como seu inimigo e o fez por intermédio dos paraenses, que elegeram o Governador Simão Jatene – o qual faz um grande Governo, apesar das dificuldades e da falta de repasses das verbas federais, diferentemente daquilo que aqui se apregoa e que é mentira.

O Presidente Lula vai à televisão e diz que repassou ao Pará, no ano de 2005, mais de R\$5 bilhões, quando, na realidade, não houve repasse voluntário algum. Só é possível se chegar a essa cifra – embora eu acredite que nem mesmo assim – se considerarem os repasses constitucionais e, mais que isso, as aposentadorias e os salários. Aquilo que é obrigação do Governo, ele coloca como sendo benefício para o Estado.

Assim deve ser na sua Bahia. Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O único erro de V. Ex^a foi dizer que essa retaliação é no Pará. Isso é no Brasil inteiro, a não ser onde estejam roubando. E, lá no Pará, devem estar roubando também, porque se roubam no País, por que não vão roubar no Pará? Não tenha dúvida. É o inimigo do povo brasileiro e o está iludindo com o seu discurso evidentemente fora de moda. De qualquer maneira, está enganando a população, mas sem a dignidade de um verdadeiro Presidente da República.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorpoço para abrilhantar o conteúdo do meu pronunciamento.

Verifiquem, brasileiros e brasileiras, como o Presidente Lula engana a Nação ao tentar esconder e se desvincular de seu Partido.

Isso também acontece no meu Estado. A candidata ao Governo do Pará pelo PT abandonou o vermelho e não o usa mais como a cor do Partido. Ela tornou-se cor-de-rosa. Ela só usa rosa e fala com mansidão, diferentemente dos pronunciamentos que fez no plenário, conhecidos por todos. Só fala das coisas que acredita não terem sido feitas, mas não tem programa, não tem projetos, Senador Antonio Carlos Magalhães, assim como o próprio Presidente, porque não tem como fixar metas e objetivos a serem cumpridos.

É lamentável que o próprio Presidente, hoje, esconda o PT, talvez por tudo que a sociedade brasileira saiba que representa esse Partido. Até as cores do seu programa de televisão já são diferentes: são as da Bandeira Nacional e não mais a tradicional cor vermelha – talvez porque, hoje, vermelho seja de vergonha.

Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, também vou-me referir a dois problemas da maior importância e gravidade que o Estado do Pará enfrenta na atualidade.

Todos os Estados em desenvolvimento – todos – possuem uma lei de incentivo fiscal voltada para atrair investimentos. Foi assim na Bahia e já tive a oportunidade de dar os parabéns ao então Governador e, hoje, Senador César Borges, que, de forma sábia, levou para a Bahia a fábrica da Ford, escorraçada do Rio Grande do Sul pelo então Governador Olívio Dutra, petista de carteirinha. Sabiamente, visando ao futuro da Bahia, o Senador César Borges deu os incentivos necessários para que a fábrica lá se instalasse. Em função disso, gerou-se o forte parque da indústria automobilística na Bahia, que hoje emprega e gera renda e recursos para o desenvolvimento do Estado.

Lamentavelmente, o meu Estado do Pará teve a sua lei de incentivos fiscais levada ao Supremo Tribunal Federal por uma denúncia de Deputada e de Vereadora do Partido dos Trabalhadores do Pará, que diz defender os trabalhadores mas que vai contra os seus interesses.

Essa denúncia gerou uma Adin julgada pelo STF como inconstitucional.

O Governador Simão Jatene refez a política, alterou o contexto, editou novas medidas. Para surpresa nossa, Senador César Borges, novamente um advogado de Brasília, por interesse não sei de quem, entrou com uma representação, denunciando a nova lei de incentivos, que foi acolhida pela Procuradoria-Geral e encaminhada ao STF.

Meus paraenses, é necessário que se identifique quem é contrário ao desenvolvimento do Pará, quem

não quer que o Pará cresça, quem não quer gerar emprego no Pará, porque não podemos ficar sem uma lei que possibilite a atração de novos investimentos e, mais que isso, a garantia de sobrevivência dos 167 projetos aprovados, que geraram 180 mil empregos diretos e indiretos.

É importante que o PT, que provocou essa situação, como Partido político, coloque-se de forma clara, assim como seu Presidente, como inimigo do Pará. Quem defende o fechamento dessas empresas defende, evidentemente, o desequilíbrio do Estado e é inimigo do nosso querido Pará.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muita honra, concedo um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Flexa Ribeiro, quero apenas solidarizar-me com V. Ex^a, que quer o crescimento do seu Estado. O crescimento e a dignidade de uma população se fazem com a geração de emprego. É o trabalho que dá dignidade ao homem. É claro que, para os mais necessitados, pode haver um programa assistencialista, mas deve existir uma porta de saída, deve-se qualificar a mão-de-obra, para que, por meio do crescimento econômico, ela consiga emprego. V. Ex^a pergunta de quem é a última Adin. Não tenha dúvida de que é do PT; a origem e a inspiração são petistas. Eles não querem o crescimento. Imagine V. Ex^a que, na Bahia, à chamada região cacaueira – que já prestou tantos serviços ao País, trazendo divisas para, inclusive, financiar a industrialização de São Paulo nas décadas de 50 e de 60 –, o PT levou o bioterrorismo. Levou para lá a vassoura-de-bruxa da Amazônia, porque queria ver a decadência da região, para poder assumir, politicamente, uma posição de destaque. E conseguiu! É o que chamo de crime que compensa. Hoje, todos estão na direção da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Um deles é candidato a Deputado Federal, o Sr. Geraldo Simões, e a Polícia Federal não apura absolutamente nada. Vou-lhe dar outro exemplo. V. Ex^a citou o caso da Ford. Foi uma luta dos baianos que amam a Bahia, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, no Congresso Nacional. Às vezes, havia má vontade do Governo Federal em dar incentivo federal – o estadual nós o demos. Sabe quem foi contra? O PT. O Sr. Jaques Wagner, candidato ao Governo da Bahia pelo PT, votou contra a instalação do projeto da Ford na Bahia. Aliás, a Ford permitiu que a Bahia duplicasse seu Produto Interno Bruto, em cinco anos, gerando mais de 60 mil empregos diretos e indiretos. Então, esse Partido é arri-vista, ou seja, quer o poder pelo poder. O que ele quer

é poder. Quer desempenhar seu papel de conquistar o poder, para que haja ascensão social daqueles que fazem o sindicalismo petista. Em contrapartida, não há projeto para melhorar, realmente, a qualidade de vida da população. Agradeço a V. Ex^a, solidarizo-me com V. Ex^a, que, aqui, está bradando, gritando, sofrendo, para desenvolver o Estado que V. Ex^a aqui representa, ao passo que o PT não quer saber de nada disso! O PT quer ganhar a luta política! Ele quer ganhar o poder apenas; depois, não sabe sequer o que fazer com o poder nas mãos!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É o poder pelo poder.

Senador César Borges, agradeço pelo aparte de V. Ex^a, que abrilhanta o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, todos devem ter lido a biografia de José Genoíno, lançada recentemente, intitulada “Entre o sonho e o poder”. Quem era José Genoíno?

Era o braço direito de Lula, até ser derrubado pelas denúncias de corrupção.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. *Fora do microfone.*) – O dólar na cueca.

O SR. FLEXA RIBEIRA (PSDB – PA) – Também. Senador Antonio Carlos Magalhães, ele diz, com todas as letras, que “o PT é um Partido eleitoreiro”. Ele, que foi Presidente do PT, afirma isto: “O PT é um Partido eleitoreiro; abandonou a sua base social e não estava preparado para governar o País”. Quem diz isso é a oposição? Não, Senador Marcos Guerra! Não é a Oposição! Quem diz isso é o ex-Deputado José Genoíno, ex-Presidente do PT, braço direito de Lula. É ele quem confirma tudo aquilo que a Nação brasileira já sabe. Também o Assessor de Imprensa do Presidente Lula, Ricardo Kotscho, em sua biografia, no livro que escreveu, descreve, em minúcias, a reunião ocorrida, Senador Antonio Carlos Magalhães, no apartamento do ex-Deputado Paulo Rocha, com a presença de Lula, onde foi negociado o apoio do PL por R\$10milhões. Está no livro do Ricardo Kotscho! Quem diz isso não é a Oposição, e sim o próprio PT.

Então, quando V. Ex^a, no brilhante aparte, diz que “o PT quer o poder pelo poder”, é evidente que é isso. Vejam Senadores César Borges e Antonio Carlos Magalhães, é importante que a Nação reflita, porque, agora, em 1º de outubro usaremos o maior instrumento que temos para definir o futuro das nossas famílias, o futuro dos nossos filhos, que é o nosso voto. Se quisermos um País com crescimento, com desenvolvimento, com geração de emprego – tive a oportunidade de, nas caminhadas que fiz pelo interior do Pará, conversar com uma senhora, em Bom Jesus do Tocantins. Ouvi essa senhora dizer que recebia o Bolsa-Família, mas não queria ficar presa a isso. Ela queria uma oportunidade

de emprego, para ter condições de, com dignidade, sustentar a família. O filho dela, que não recebia o Bolsa-Família, estava desempregado e não tinha condições de se empregar porque não há desenvolvimento no Município onde ele vive -, é importante que a Nação brasileira veja isso, e será pelo voto! Só assim poderemos transformar essa situação, esse quadro por que passa a Nação brasileira.

Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, conto com a generosidade de V. Ex^a, porque ainda quero fazer algumas considerações. Inclusive já disse isso ao Senador Renan Calheiros quando S. Ex^a presidia a sessão, e disse-o também no gabinete de S. Ex^a, na Presidência do Senado Federal. O Estado da Bahia e também 21 Estados brasileiros têm grande interesse no cumprimento do acordo firmado no gabinete do Presidente Renan Calheiros com relação à liberação dos recursos da Lei Kandir – recursos aprovados no Orçamento, que somam R\$5,2 bilhões. Deste valor, apenas a menor parte, não a parte referente ao fomento, nem à referente ao excesso de arrecadação, se não me falha a memória, apenas R\$1,950 bilhão, de um total de R\$5,2 bilhões, está sendo repassado aos Estados. Àquela altura, o Ministro da Fazenda assumiu compromisso com o Congresso Nacional no sentido de que esses recursos seriam automaticamente liberados. Espera-se, até agora, que o Presidente da República edite uma medida provisória para que o seu compromisso, um a mais feito e não cumprido, seja realmente tornado realidade, para beneficiar a Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Estados exportadores, os quais abriram mão, e mais o Espírito Santo, do Senador Marcos Guerra. Repito: Estados exportadores, que abriram mão do ICMS para ajudar o País a aumentar suas exportações, dando ao Presidente esse superávit da balança comercial que aí está. No entanto, retira-se dos Estados a capacidade mínima de poderem sustentar as suas necessidades de serviço junto à população, principalmente em um Estado como o do Pará, com uma base econômica voltada para o extrativismo mineral, em que a implantação dos grandes projetos faz com que haja grandes migrações, aumentando em um terço a população, nos últimos 10 anos, passando de 5,5 milhões para 7,2 milhões, sem que esses projetos gerem quaisquer recursos para o Tesouro estadual, porque são todos isentados dos impostos estaduais e federais, o que é correto, porque não se deve exportar imposto. Mas é preciso que o Governo Federal faça o resarcimento desses impostos, e regulamente de vez a Lei Kandir, utilizando, para isso, o Imposto de Importação e o ICMS sobre a importação, que são recursos oriundos da importação e que devem beneficiar o esforço de exportação.

Espero, Senador César Borges, que o Ministro Guido Mantega mantenha aquilo que disse ao Governador Aécio Neves na segunda-feira retrasada. Ou seja: que até o final de agosto, essa medida provisória seria editada, e que os recursos seriam liberados nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Ministro Guido Mantega, V. Ex^a disse isso em canal aberto de televisão. Quero lembrar-lhe que o mês de agosto termina amanhã, para que isso não se torne mais uma inverdade entre outras tantas deste Governo!

Para finalizar, Presidente Marcos Guerra, eu trouxe um documento – mas não vou fazer a leitura, deixarei para um outro pronunciamento – com a preocupação da Confederação Nacional da Indústria, Senador César Borges, Senador Romeu Tuma, em relação ao curso da economia. Ainda hoje, por ocasião da reunião de diretoria, nas informações do Presidente, tem um texto que aponta para um futuro sombrio. Eu lerei apenas, com a generosidade de V. Ex^a, alguns trechos daquilo que foi relatado por meio de uma síntese da economia brasileira agora em agosto.

“A situação atual da indústria enseja avaliações distintas; na média, o setor cresce, ainda que a taxas apenas moderadas”. Nós estamos crescendo muito abaixo da necessidade que temos. É por isso que não há geração de emprego, porque a economia não desenvolve, a economia não cresce no ritmo necessário e este Governo não tem interesse em fazer a economia crescer, porque optou por criar a aposentadoria da miséria. Ou seja, distribui R\$90,00, R\$45,00 e não dá possibilidade de dignidade a esses brasileiros e brasileiras.

Diz mais o documento: “Mas o crescimento é bastante heterogêneo e concentrado em um pequeno grupo de segmentos ou empresas...” Está aí o lucro dos bancos. Enquanto se distribui para o Bolsa Família algo em torno de R\$9 a R\$10 bilhões por ano, os bancos lucram R\$48 bilhões. Onde está a distribuição de renda neste Governo, Senador César Borges? Está distribuindo ou está concentrando? Está fazendo com que essas pessoas possam melhorar o seu patamar ou está achatando e fazendo com que elas percam aquilo que este Governo disse que traria para o povo brasileiro, que era a esperança? Não há esperança nessas pessoas que recebem o Bolsa Família. Muito pelo contrário. O que há é um sentimento de desesperança, apenas. Como o nosso caboclo do interior diz: “Está vendo a vida passar”. Porque não tem nenhuma perspectiva de melhoria da sua vida e, muito menos, da vida de seus filhos.

Para não aumentar muito a generosidade do Presidente com relação ao meu tempo, vou apenas citar aqui o trecho:

O IBGE também mostrou o arrefecimento do crescimento da indústria em junho. Ajustada para a sazonalidade, a produção industrial recuou 1,7%, na comparação com maio, e mostrou queda de 0,6% em relação a junho do ano passado.

E mais:

A expressiva e persistente valorização do real frente ao dólar é preocupante. A taxa de câmbio média do primeiro semestre de 2006, Senador César Borges, ficou em R\$2,19, por dólar, contra a média de R\$2,57 no primeiro semestre de 2005. Em agosto, essa taxa recuou para R\$2,16 por dólar.

Estou pontuando as preocupações do setor produtivo brasileiro.

Os dados sobre o câmbio são importantes e mostram o desequilíbrio fiscal que vai acontecer por conta de atitudes tomadas, como disse aqui o nobre Senador Tasso Jereissati: o aumento politiqueiro da liberação de recursos do Bolsa Família e do Pronaf B. Eu mesmo já fiz um requerimento pedindo informações com relação à situação dos financiamentos do Pronaf e até hoje não recebi resposta, Senador César Borges.

Mas olhe o que diz a análise da Confederação Nacional da Indústria: "As dificuldades das empresas refletem a situação estrutural de uma carga tributária crescente nesta primeira metade do ano, com despesas aumentando em ritmo maior que as receitas". Esse é o risco. Enquanto o crescimento do PIB nominal nos sete primeiros meses de 2006 – com relação ao mesmo período do ano passado, foi estimado em 7,7%, a arrecadação total do Governo cresceu 11,1% e a despesa do Governo, de custeio, 14,8%, em termos nominais. Então, nós crescemos menos, arrecadamos mais e gastamos mais do que arrecadamos.

O que isso nos leva a refletir? O ex-Ministro Palocci, por diversas, vezes foi à Confederação Nacional da Indústria, veio à CAE – os Senadores César Borges e Romeu Tuma devem lembrar-se –, dizendo que a reforma proposta era neutra, que não haveria aumento de carga tributária.

Para terminar, vou ler apenas a questão da carga tributária atual: ainda em relação à economia, Senador César Borges, registro a análise do último dia 24, em que a Receita Federal anunciou que a carga tributária em 2005 foi de 37,37% do PIB, ante 35,88% em 2004. Este é o nível recorde de aumento da carga tributária no País pelo segundo ano consecutivo, e este Governo vem à sociedade dizer que não aumentou a carga tributária, quando a própria Receita Federal declara que a carga tributária de 2005 é bastante superior à

carga tributária de 2004, como a de 2006 será superior à de 2005. É lamentável.

Encerro, Presidente Marcos Guerra, na certeza de que os brasileiros, ao exercer o direito de voto em 1º de outubro, irão fazê-lo com a consciência de que estarão pensando no futuro de suas famílias, pensando nos seus filhos e nos seus netos e pensando, com certeza absoluta, num Brasil melhor, num Brasil maior, num Brasil mais justo, num Brasil desenvolvido econômica e socialmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia, e, em seguida, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srºs e Srs. Senadores, assistimos, hoje à tarde, a discursos da maior relevância para os Estados brasileiros, como o do Senador Flexa Ribeiro para o Pará, o do Senador Antonio Carlos Magalhães para a Bahia e o do Senador Tasso Jereissati para o Ceará. Mas eu diria que a importância maior desses discursos, Presidente Marcos Guerra, é para o País, porque todos eles contextualizam a realidade brasileira, a lamentável realidade que nós estamos vivendo.

Há uma preocupação muito grande com este País, com o hoje e com o amanhã. Estamos assistindo – eu diria – quase que a uma lavagem cerebral, a uma tentativa de compra de consciência da população. O Governo, que se dizia ético, honesto e sério, um partido como o Partido dos Trabalhadores, que carregava a bandeira da ética e da moralidade, que prometeu reformar os costumes políticos brasileiros, nada disso fez, e, como disse o Senador Tasso Jereissati, banalizou a corrupção neste País. De certa forma, parece que a população está anestesiada, foi nivelada por baixo. Esse é o grande tributo que o Presidente Lula trouxe ao País.

Ele foi eleito sob o lema de que a esperança venceu o medo. Hoje, Senador Marcos Guerra, tenho muito medo do futuro do nosso País. Depois de quatro anos desse Presidente, Senador Romeu Tuma, tenho muito receio, porque sabemos que ele e seu Partido têm um viés autoritário. Ontem, lia na **Folha de S.Paulo** que o Presidente da República deseja criar controles para os setores de rádio e televisão e para a grande imprensa, nos quais reside uma resistência a todos os males que estão acometendo o País. Ele deseja criar "Conselhos populares" para poder controlar a mídia. Em outras palavras, ele quer implantar uma censura governamental sobre os meios de comunicação, algo que nem a ditadura, talvez, tenha pensado em fazer da forma como ele está cogitando hoje.

Portanto, neste momento, temos de refletir, temos de fazer um apelo à população brasileira, àqueles que pensam neste País, para analisarmos os rumos que estamos tomando, lamentavelmente, por conta de programas governamentais que visam a comprar a consciência da população com benefícios que sabemos que não são permanentes. Não são benefícios que dão crescimento econômico ao País, mas que iludem a Nação, principalmente aqueles que mais necessitam e que recebem o benefício para que possam amanhã dar seu voto em um Presidente que praticou o assistencialismo e que não conduziu o País no sentido de gerar emprego e renda para a população.

Tudo isso é uma questão de falta de ética. Esse Partido e o Presidente não têm, intrinsecamente, a ética, a vontade da honestidade e da moralidade pública. O Presidente banalizou a si próprio e o seu Partido quando admitiu aqueles atos e não teve a coragem de assumir, com sinceridade, o que aconteceu e está acontecendo no País.

Na semana retrasada, houve um artigo que saiu na revista **Época**, do articulista Eduardo Plarr, com o título “A mãe de todas as virtudes”, que me marcou e sobre o qual gostaria de tecer alguns comentários. Eduardo Plarr afirma que, na obra **Ensaios**, o filósofo francês Montaigne escreveu: “O primeiro sintoma de corrupção nos costumes está no desamor à verdade. A sinceridade é o ponto de partida da grande virtude”.

Lamentavelmente, isso tem faltado ao Senhor Presidente da República, que não admite seus erros. Ele fala que foi traído, mas não diz quem o traiu; banaliza os atos de corrupção e os crimes dentro do seu Governo; quer investigar os outros; mas, quanto a si, absolutamente nada.

Sobre o capitão principal de seu time, José Dirceu, à época, o Presidente Lula disse ao País que ele havia pedido demissão do cargo para se defender melhor, mas hoje afirmou à Nação brasileira, com o maior desplante, que demitiu José Dirceu. Onde está a verdade? Como o Presidente da República passa esse exemplo à nossa juventude, à população brasileira?

Com relação ao emprego, Sr. Presidente, o articulista diz que era muito mais fácil o Presidente admitir que não cumpriu a promessa de criar dez milhões de empregos. Já que fizera a promessa, diria: “não tive condições, não pude cumprir”. Mas ele não tem essa ética. Lamentavelmente, falta-lhe a humildade da ética de reconhecimento de seus erros.

E o que ele diz? O próprio articulista menciona: “[...] escorrega para estranhas evasivas. Afirma que tinha dito que era preciso criar 10 milhões de empregos, e não que ele faria isso”. Ora, não foi isso. Ele disse que criaria os dez milhões de empregos.

O articulista pergunta:

Quem criaria, então [os dez milhões de empregos]? Deus, em sua infinita misericórdia? Jesus, Buda? Alguém falou em Maomé? Esse tipo de conduta – em que se combinam promessa, falta de entrega e evasão de responsabilidade – é a marca da classe política brasileira [a marca que se está passando para a política brasileira].

Estava escrito no programa de governo do PT de 2002 que, para chegar aos 10 milhões de novos empregos, era “fundamental assegurar as condições econômicas para o crescimento do PIB em média de 5% ao ano.

Hoje, li, em uma coluna, que o PIB brasileiro deveria chamar-se PIF, produto interno pífio, porque o nosso crescimento tem sido pífio. Crescem os programas assistencialistas. Por quê? Quando não há crescimento econômico, geração de emprego e renda, cresce o assistencialismo, e, assim, vai-se comprando a consciência, lamentavelmente, dos mais humildes do nosso País.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador César Borges, quero apenas cumprimentar V. Ex^a, até porque hoje V. Ex^a fala com uma suavidade que demonstra profunda angústia na alma e no coração, Senador. Tenho visto V. Ex^a com vibração, mas agora vejo tristeza nas suas palavras. É essa coisa que vai avançando aos poucos, trazendo intranqüilidade a um homem como V. Ex^a, que governou um Estado importante, que sentiu a dificuldade dos pobres, das pessoas que necessitam de um governo firme – atencioso, é claro, com programas assistenciais importantes, mas com aquela verdade à ética que responsabiliza quem administra. Outro dia, fui a um debate na TV Gazeta e fiquei um pouco assustado quando, pela primeira vez, ouvi – hoje leio nos jornais – que alguns atores e artistas dizem que a ética não é importante. Isso, realmente, começa a assustar. E assusta também a existência de um projeto de controle dos meios de comunicação, algo que já vem, há algum tempo, sendo tentado e contra o qual houve reação. Nós estaremos aqui, eu, V. Ex^a e outros Srs. Senadores, para reagir, porque a liberdade de imprensa é a coisa mais importante. Às vezes, somos atacados injustamente, às vezes até criminalmente, e temos meios de defender-nos e de exigir providências da Justiça; mas nunca se deve cercear a liberdade de expor o pensamento de um jornalista, de um escritor.

Daqui a pouco, até a proteção que temos na tribuna será caçada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o Presidente já foi contra a imunidade parlamentar. Não se trata da imunidade de processo criminal, mas do ato do Parlamentar de assomar à tribuna para expor suas idéias.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nenhum de nós pode ser impune na prática de um crime comum. Isso não existe. Existe o que V. Ex^a faz: exigir que se expliquem aqueles que nos governam. Essa é a proteção que o Parlamento tem, com justa e correta razão. Eu ia fazer um aparte ao Senador Flexa Ribeiro, mas peço licença para fazer o relato a V. Ex^a: estive em Barretos para uma festa bonita, a Festa do Peão, mas vi muita angústia dos agricultores, dos que pertencem ao agro-negócio. Eles disseram que, no ano que vem, haverá alta descomunal dos produtos que o brasileiro come no dia-a-dia, Senador, e que aquele que hoje come carne provavelmente não comerá no próximo ano. Não fui eu que falei, porque não conheço a atividade desses empresários. Mas saí de lá assustado com a projeção feita por vários membros dos setores que estavam presentes na Festa do Peão. Eles estavam muito angustiados, pensando no dia de amanhã e em como iam controlar seus negócios. Peço desculpas e cumprimento V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço muito, Senador Romeu Tuma, porque V. Ex^a me permite fazer uma reflexão. Como cidadão brasileiro, estou angustiado e com medo do futuro. Quem falta com a verdade e com a sinceridade é capaz de tudo. Esse pessoal é o que chamo de arrivista: é o poder pelo poder; faz qualquer coisa para conquistar e manter o poder.

Qual o risco que corre a democracia brasileira? Sem sombra de dúvida, com a ajuda até de alguns Parlamentares, como o Presidente da Câmara dos Deputados, estão procurando desmoralizar o Congresso Nacional para que, amanhã, o Poder Executivo continue legislando e até – quem sabe – possa se pensar em coisa pior com relação ao Congresso Nacional. Enquanto isso, o que eles fazem? Eles estão instrumentalizando, com recursos públicos, os movimentos que eles controlam – a UNE, a CUT e o MST – para que amanhã eles financiem esses movimentos, como fizeram com o MLST, para invadir esta Casa e nos submeter ao vexame que aconteceu aqui.

A nossa posição é extremamente frágil, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a já conviveu com essa situação e sabe como isso é difícil.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só um minuto, Senador Flexa Ribeiro.

Essa própria revista diz: "PTleguismo". Conhecemos as palavras pelego e peleguismo. Agora, existe o "PTleguismo". O pelego era aquele que fazia a interface entre o patrão e o empregado. O "PTleguismo" são os sindicalistas que vieram do PT, que estão, hoje, dentro do Governo. Quem era liderança na CUT? Luiz Marinho. O que é hoje? Ministro do Trabalho – era o Presidente da CUT. Osvaldo Bargas, Chefe de Gabinete do Ministro, foi fundador e assessor técnico. Marco Antonio de Oliveira, Secretário Executivo, hoje é assessor econômico.

V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, conhece muito bem, de São Paulo, o ex-Presidente da CUT Jair Meneghelli. Era um líder sindical, tinha que estar defendendo os seus filiados aos sindicatos. Pois bem, trocou o mandato de Deputado Federal pela Presidência do Serviço Social da Indústria, o Sesni. Por quê? Porque ganhou um amplo gabinete num dos prédios mais valorizados de Brasília, cidade onde circula no banco traseiro de um Ômega australiano e recebe de salário R\$ 24 mil por mês, praticamente o dobro do salário de um Parlamentar. Ele não quer ser mais Deputado, nem Senador tampouco, já que ganhamos a mesma coisa, R\$ 12 mil – e, às vezes, a mídia faz injustiça, dizendo que é um salário. Ele ganha isso como Presidente do Sesni; deve ter outros Conselhos.

O famoso Sr. Paulo Okamotto, que pagou as dívidas do Presidente. O Paulo Okamotto diz que o Presidente Lula não sabia; depois, o próprio Presidente Lula disse: você quer pagar? Pague. Ora, ele estava sabendo! Quem era Paulo Okamotto? Ex-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Como Presidente do Sebrae, ele recebe também R\$24 mil, anda num Corolla alugado pelo Sebrae e administra um orçamento de quase R\$1 bilhão.

Se analisarmos os fundos de pensão das estatais, aí é que a coisa é realmente uma excrescência. Todos eles recebem salários de executivo para atuar como conselheiros. Só a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, o maior do País, controlado pelo Governo, pelo PT, é responsável pelo preenchimento de 319 vagas de conselheiros em empresas privadas de que eles participam.

O ex-Presidente da CUT recente, João Felício, que era professor secundário e ganhava R\$1,5 mil, está ganhando, como Conselheiro do BNDES, para ir uma vez por mês, R\$10,6 mil.

Ivan Guimarães, que ouvimos na CPMI dos Correios e foi Presidente do tal Banco Popular, que só fez desviar recursos públicos, era assessor da CUT e amigo de Delúbio Soares. Como Presidente do Banco

Popular, braço do Banco do Brasil, ele tinha um salário de R\$18 mil, auxílio-moradia de R\$2 mil, cartão corporativo de R\$4 mil; e, além disso, participava do conselho de administração de três empresas privadas, pelo que recebia mais de R\$43 mil por mês. Esse é o PT. Essa é a ética do PT.

A CUT está entrando em greve depois que a Volkswagen anunciou a demissão de 1.800 empregados. Aí o Governo ameaça não emprestar dinheiro à Volkswagen, porque ela não pode demitir.

Senador Romeu Tuma, por que a Volkswagen de São Paulo está demitindo no ABC de São Paulo? Qual é a razão, a não ser o que disse o Senador Flexa Ribeiro sobre os juros altíssimos, a carga tributária altíssima e o câmbio artificial, que não permitem que as empresas exportadoras sobrevivam? Essa é a realidade que estamos vivendo. Mas, vamos dar mais bolsas-família. Serão 1.800 desempregados. Vamos sustentar na base do Bolsa-Família, e essa empresa pode ser fechada.

Hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**, publicou-se algo interessante. O Presidente Lula, às vezes, gosta de se comparar com o Presidente JK, e um eleitor colocou no Painel do Leitor, da **Folha**:

Lula gosta, às vezes, de se comparar com o ex-Presidente JK. Talvez seja pelo grande desenvolvimento implementado no País na década de 50 por JK. Mas não era possível encontrar nada [nada mesmo] que justificasse tal comparação até o surgimento da atual crise na Volkswagen. Agora já é: [já se pode encontrar algo similar] JK inaugurou essa grandiosa empresa [a Volkswagen, em 1959]; Lula a está fechando.

Fruto da política econômica do Presidente Lula. Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador César Borges, V. Ex^a transmite à Nação brasileira a sua preocupação, que, creio, deve ser de toda a sociedade. Senador Romeu Tuma, qual o rumo que este País tomaria – porque não irá acontecer – se houvesse um segundo mandato do Presidente Lula? Quero até, Senador Romeu Tuma, pedir-lhe desculpas por não lhe ter concedido o aparte, porque realmente já tinha ultrapassado o meu tempo – e muito – pela generosidade do Presidente Marcos Guerra, mas não tive a percepção e peço desculpas por isso. O aparte que V. Ex^a concedeu ao Senador César Borges é da maior importância – é exatamente isso que vai acontecer! Estamos tamponando com o dedo o furo de uma barragem que está para ruir, num futuro próximo, a continuar esse processo que está acontecendo. O que vai ser deste

País no próximo ano com o agronegócio acabado? Qual será o preço do alimento que será oferecido à sociedade brasileira? V. Ex^a, Senador César Borges, trouxe à baila em seu pronunciamento a preocupação com o destino do País. Há pouco tempo, mais atrás, o Presidente Lula tentou encaminhar ao Congresso uma lei que seria de mordaça da imprensa; mais adiante, já há pouco tempo, ele fala numa Constituinte específica para tratar da reforma política. Com que intenção? Só ele sabe. Nós podemos até prever a intenção. V. Ex^a revela à Nação brasileira sua preocupação nesse sentido. Hoje, na **Folha de S.Paulo**, o renomado jornalista Clóvis Rossi escreve, sob o título “Nossa morte anunciada”, que o Planalto volta à questão da mordaça na imprensa e diz que “os laboratórios de idiotia instalados em algum rincão do Palácio do Planalto acabam de produzir a mais recente tolice: o anteprojeto de ‘democratização dos meios de comunicação’”. Ele descreve isso como sendo o aparelhamento pelo Governo da imprensa ou a extinção da imprensa. Senador César Borges, lamentavelmente, o modelo do Presidente Lula é aquele sensacionalista de Hugo Chávez, de Fidel Castro, de Evo Morales, modelos esses que a sociedade está vendo que não dão certo. Ele recua, cede e mostra de forma indevida a soberania brasileira no incidente com a Bolívia, quando deveria ter reagido, pela forma como o Presidente se colocou. Aceitou a ida de Hugo Chávez à reunião para tratar da questão da Bolívia, quando esse não deveria ter nada a tratar lá, a não ser por ter sido ele mesmo o instigador ou o alimentador de Evo Morales. Fidel Castro, da mesma forma. Para onde vamos caminhar? É isso que V. Ex^a esclarece à Nação brasileira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É exatamente essa a minha preocupação.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E aí V. Ex^a, corretamente, mostra a ação do Governo com relação às sociedades de base. Com esses movimentos dos sindicatos, dos sem-terra, dos sem-teto. Por todos esses movimentos, é que penso que o Governo pretende fazer essa mudança de regime, que nós, brasileiros, não vamos deixar acontecer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Espero que não, Senador Flexa Ribeiro. Tenho os meus receios, mas espero que a população possa refletir, neste momento maior da cidadania: o momento do voto.

Tenho esperanças sinceras de que possamos ter um Brasil melhor, porque este que está aí, governado pelo Presidente Lula, foi capaz de exigir a demissão do jornalista Boris Casoy de uma rede de televisão pelo fato de ele, Boris Casoy, no exercício da liberdade de imprensa, fazer críticas ao Governo. Portanto, é essencialmente um Governo autoritário.

Aqui hoje, Senador Romeu Tuma, crítica ao governo dá demissão. Se fosse do Governo, poderíamos dizer: "Bom, se alguém do Governo criticou o Governo, não pode continuar". Mas, não, foi o economista Roberto Troster. Ontem, ele foi demitido oficialmente da chefia do Departamento Econômico da Febraban – Federação Brasileira de Bancos. Por quê? Porque criticou as medidas que o Ministro Mantega anuncia, de crédito com desconto em folha para pagamento da casa própria como uma manobra diversionista, que não provocaria redução alguma nos juros bancários. É a pura verdade! No entanto, os bancos, de forma prestatimosa, trataram rapidamente de demitir o economista Roberto Troster. Por quê? Porque o Governo exigiu; é claro! E os bancos, que estão sendo contemplados pelo Governo, trataram de dar essa satisfação, com a demissão do economista que fez uma análise democrática e livre sobre uma proposta de governo.

Então, a base do meu pronunciamento, hoje, é exatamente essa: o receio de um partido que tem viés autoritário, stalinista mesmo, como alguns já começaram a perceber, e que vai tentar manter-se no poder, malversando a verdade e cerceando a liberdade do cidadão brasileiro.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a falou stalinista; pedi, então, para levantar o nome certo do chefe de imprensa de Hitler, porque a memória é boa, mas, às vezes, foge: Joseph Goebbels, que V. Ex^a deve ter lido na História. Ele dizia que uma mentira se repete mil vezes até tornar-se uma verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Lamentavelmente, é isso que está acontecendo com esse Governo que não tem ética!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – E que não esteja dando lição para ninguém.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É um alerta que me sinto na obrigação, como Parlamentar, como homem público, de fazer, esperando que o tempo que temos até as eleições seja suficiente para alterar isso. Do contrário, vão-se contaminando as instituições. Coloca-se na parede o Congresso, tenta-se subverter o Judiciário na sua independência, e assim por diante. Conhecemos bem essa história e não queremos mais vê-la repetida no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcos Guerra, agradeço profundamente a tolerância de V. Ex^a, de ainda me conceder a palavra, apesar de me ter inscrito pela manhã, graças à assis-

tência e ao testemunho da minha inscrição feito pela Dr^a Cláudia Lyra.

Hoje foi tão corrido aqui, Sr. Presidente, até porque, na Corregedoria, tive de ouvir uma funcionária em virtude do que está sendo apurado na CPMI dos Sanguessugas. Então, ficamos correndo para cá, e o Conselho de Ética se reuniu com os Relatores também. Já dispomos de alguns dados importantes na Corregedoria, e acho que poderíamos auxiliar um pouco o andamento desses processos, que dependem muito ainda de algumas apurações. Deve-se tomar cuidado com a excessiva rapidez para não se cometem injustiças. Entretanto, creio que estamos caminhando bem para isso com a designação dos Relatores, três Senadores que conhecem o aspecto jurídico dos procedimentos apuratórios. Entendo que se vai chegar a uma conclusão.

Hoje, encaminhei também, apesar de posteriormente saber que o Senador Marco Maciel apresentara requerimento no mesmo sentido, requerimento de louvor e pêsames pela morte do nosso Arcebispo Luciano Mendes de Almeida, que conheci, por muito tempo, em São Paulo como Bispo-auxiliar de Dom Evaristo Arns, no momento difícil por que passou o nosso País. Ele era um homem importante, está na justificativa, a qual peço a V. Ex^a que encaminhe.

O que motivou minha inscrição no dia de hoje, Sr. Presidente, foi o fato de não ter visto ou lido pronunciamento algum de homenagem ao Dia do Soldado, que transcorreu a 25 de agosto próximo passado. Então, eu não poderia deixar de me manifestar – o que nunca ocorreu – nesta data, pela importância que representa.

A Nação brasileira escolheu o dia 25 de agosto como Dia do Soldado, para reverenciar seus militares e a memória do Patrono do nosso Exército, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o nosso Duque de Caxias.

Muito se tem dito nesse dia para exterminar o regozijo da Pátria, mas nunca será o suficiente para lembrar a importância de Caxias e, por extensão, da Força Terrestre para a unidade nacional brasileira.

Já reproduzi desta tribuna a citação feita pelo ex-Ministro e então Senador Bernardo Cabral, em 1997, quando mencionou um trecho da carta de Moniz Barreto ao Rei de Portugal, escrita no fim do século XIX. Merece ser revisto porque reforça o sentido da data em reconhecimento do elevado mister desempenhado com estoicismo e galhardia por filhos diletos da Pátria, que se mantêm a postos para defendê-la de agressões externas, zelar pela paz interna e, se preciso for, imolar-se nessa nobre missão.

Diz esse texto:

Senhor, uma das casas existe, no Vosso reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam, obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares.

No momento em que enfrentamos um novo período de incertezas, em que princípios democráticos e até instituições são postos em xeque – isso foi repetido hoje várias vezes –, a figura do soldado paira acima dos interesses mesquinhos causadores de angústia ao povo brasileiro. Mas, por isso, o militar paga alto preço, traduzido pelo antagonismo dos que se locupletaram com a sangria dos cofres públicos e o encaram como ameaça. Gente que se entregou a inúteis tentativas de enfraquecê-lo. Gente que vem procurando forçá-lo à indigência, sem perceber a impossibilidade de suprimir a fidelidade, a hierarquia e a disciplina verde-oliva, seja subtraindo salários condignos, seja negando meios operacionais em qualidade e quantidade suficientes.

É impossível alquebrar o soldado ou afastá-lo da missão constitucional reservada às Forças Armadas, devido ao seu valor intrínseco e inarredável. Resumese numa frase: amor à Pátria. Um amor sem limites, maior até que o instinto de autopreservação.

Caxias encarnou todas essas virtudes. Intransigente quanto à unidade nacional, sufocou revoltas, mas estendeu a mão aos vencidos. Tratou-os com dignidade e chegou a premiá-los com o perdão. Procurou fazê-los sentirem-se novamente irmãos e compatriotas. Conquistou-lhes a lealdade, o que lhe valeu a antonomásia de “O Pacificador”. Graças a ele, o Brasil continuou íntegro como os Bandeirantes a nós o legaram.

Vencer uma rebelião interna não significa apenas derrotar o adversário. A vitória só é completa quando se traz o ex-adversário para o nosso lado, faz-se a paz e evitam-se ressentimentos futuros. Foi isso o que Caxias obteve com mestria, principalmente nas décadas de 1830 e 1840, em meio a um período de instabilidade e de grave crise institucional.

Nascido a 25 de agosto de 1803, já era Capitão com pouco mais de 25 anos de idade, e aos 40 atingiu o posto de Marechal de Campo. Portanto, nada mais justo que escolher essa data para homenagear aquele de quem ele é o patrono: o soldado do Exército brasileiro.

A liderança do Pacificador fê-lo moldar outra carreira vitoriosa, agora no terreno político, através do qual chegou a este Senado da República, depois de exercer altos cargos no Governo do Rio Grande do Sul.

Merece realce o fato de nosso Exército sempre se ter mostrado fiel a Caxias no culto à Pátria, na prática do amor ao Brasil e no exemplo de coragem, arrojo e determinação que transcendeu nossas fronteiras. Na I e na II Guerra Mundial, verteu sangue em feitos heróicos e vitoriosos no solo europeu. Depois, como emissário da paz, às ordens das Nações Unidas, garantiu a segurança e salvou vidas em Suez, República Dominicana, Timor Leste, Honduras, Nicarágua, Moçambique e Angola. Enviou observadores militares à Índia e ao Paquistão, além do Oriente Médio, em meio aos confrontos entre árabes e judeus. No momento, desincumbe-se, com heroísmo, da missão de manter a paz no Haiti.

Mantém-se preparado, enquanto isso, para atuar permanentemente em prol da segurança de nossas fronteiras e da integridade da Amazônia. Nos quartéis, ajuda a bem formar novos cidadãos, num trabalho de alto significado social, na medida em que molda o caráter de milhares de jovens recrutas. Através do serviço militar, nosso Exército fortalece-lhes o patriotismo e incute experiência que lhes fará tomar rumo na vida. Ao mesmo tempo, investe em pesquisas de novas tecnologias e, assim, agrupa conhecimentos ao País.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, devemos olhar para o passado e aprender com aqueles que não apenas amaram o Brasil, mas também construíram este grande País. Lembremo-nos de Caxias, aprendamos com os seus feitos e atos. Não foi à toa que, quatro anos atrás, o Congresso Nacional, do qual fazemos parte, inscreveu o nome de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria.

Desta vez, em sua mensagem ao Soldado do Exército Brasileiro, o General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército, afirmou:

O Marechal Luís Alves de Lima e Silva agradeceria a você, em nome de todos que o ajudaram durante a difícil conjuntura do Brasil Império, no hercúleo trabalho pacificador

de unir diferentes regiões do País, objetivo alcançado, muitas vezes, sem desembainhar a vitoriosa Espada.

Incentivaria o diálogo franco, a palavra fraterna, os gestos de equilíbrio e o propósito conciliador do Exército, Instituição que transmite às gerações que se sucedem valores éticos, morais e patrióticos conformadores da cidadania. Pedir-lhe-ia para continuar contribuindo com toda a energia, do corpo e da alma, para o trabalho que realiza com dedicação e notória inteligência, tudo fazendo para que a Força Terrestre coesa, moderna, adestrada e pronta para o combate esteja em correspondência à estatura política-estratégica do País e à confiança que em você deposita a sociedade brasileira.

Foram as palavras que o General Francisco Roberto de Albuquerque, meu amigo, conhecido de São Paulo, e que por tantos anos vêm prestando serviços ao Exército brasileiro, conclamou a seus subordinados.

Conclamo, hoje, aos nobres Pares a erguerem uma prece aos céus para que o Brasil siga seu destino histórico de grandiosidade, amor e paz.

É a homenagem que desejo prestar ao Exército brasileiro, tanto falado hoje em dia, talvez, como a próxima salvação daqueles que sofrem com o avanço da criminalidade organizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Espero ter cumprido o horário que V. Ex^a designou para o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Esta Presidência se solidariza com o pronunciamento de V. Ex^a.

E peço permissão para me associar ao requerimento de V. Ex^a com relação ao voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, que faleceu aos 75 anos de idade, no Estado de São Paulo.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art.203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desemprego constitui-se em um dos mais graves e devastadores problemas a affigir, com impiedade, a classe trabalhadora brasileira. Não é de hoje que o tema figura, com destaque, nas sucessivas pesquisas de opinião que procuram detectar as preocupações centrais da sociedade brasileira em seu conjunto. Ao lado da corrupção e da violência urbana, o desemprego, mais do que um mero item no questionário das enquetes, é uma realidade que alcança, fere e desestrutura o cotidiano de milhões de brasileiros.

Em um mundo que não consegue evitar, ou sequer mitigar, o vigoroso processo de globalização, dentro do qual as habilidades laborais se sofisticam a cada dia, torna-se extremamente difícil para o trabalhador médio acompanhar os avanços tecnológicos dos vários segmentos econômicos. Assim, a exigência de novos saberes e a complexidade das rotinas, que reclamam um elevado nível de qualificação profissional, acabam por jogar ao ostracismo enormes contingentes de mão-de-obra não qualificada. O Brasil, um País que ainda se debate com os velhos problemas de escolarização, diluídos e resolvidos por inúmeras nações ao longo do século XX, remanesce enfrentando os mesmos desafios nesta nova quadra. Perde competitividade externa, e, o que é mais cruel, reduz o nível de satisfação das legítimas aspirações de milhões de famílias brasileiras, que buscam posicionar-se com dignidade e obter um mínimo de qualidade de vida dentro de um panorama que lhes é francamente adverso.

Os 10 milhões de empregos prometidos pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no alvorecer de um mandato de muitas promessas e expectativas, poucas realizações e indifarçáveis frustrações e desapontamentos, restringiram-se tão-só ao âmbito do discurso. De efetivo, apenas uma pequena parcela da sedutora palavra empenhada; parcela, aliás, que se realizaria pela dinâmica própria do crescimento econômico, ainda que medíocre, como nos tem evidenciado a própria realidade.

Se o desemprego grassa e castiga de maneira inclemente nos grandes centros urbanos, nas metrópoles que abrigam fábricas e quase monopolizam o setor de serviços, imagine-se a repercussão da carência de postos de trabalho em centros menores, como as capitais dos pequenos Estados da federação. São famílias inteiras que se vêem na iminência da desgregação, tomando o rumo amargo da indigência. São sonhos irrealizados, horizontes cerrados e frustrações

consolidadas para um sem número de brasileiros, que se vêem arrastados para a indignidade do subemprego, do bocate, da exploração mais vil na prostituição, no ilícito e na criminalidade. Tudo pela absoluta falta de alternativa de trabalho; tudo pela insuficiência de educação, formação profissional e treinamento.

A capital de Rondônia, Porto Velho, evidentemente, não está imune a esse quadro constrangedor do desemprego. Ao contrário, a mais importante cidade de meu Estado tem hoje cerca de 40 mil desempregados. E isso implica consequências para algo em torno de 120 mil pessoas, considerados os desempregados como chefes de família e os seus dependentes diretos.

Os números consolidados pelo SINE – Sistema Nacional de Emprego, nos últimos dois anos, são preocupantes. Matéria veiculada pelo jornal **Diário Capital**, no início de maio, relata um visível crescimento do mercado informal de trabalho. Ambulantes disputam espaço na zona central da capital, onde operam também os “flanelinhas”, constata-se a expansão da prostituição e o abandono de menores, e registra-se, igualmente, a escalada da criminalidade.

O jornal informa que no ano de 2005, na cidade de Porto Velho, foram registrados 328 homicídios, incluídos os de trânsito, 10.287 furtos e 6.150 roubos, excluídos os veiculares, e 11 seqüestros relâmpagos. Por certo, não se pode imputar ao desemprego total responsabilidade pelos índices de criminalidade. É ilícito, contudo, correlacionar a falta de trabalho com a indução ao crime, inicialmente com transgressões leves, os pequenos furtos que, eventualmente, podem avançar até mesmo para os crimes contra a vida.

Em Rondônia, como seguramente se verifica em todo o País, vive-se uma situação paradoxal de desemprego. No ano passado, mais de 23 mil pessoas procuraram o Sine, mas apenas 5 mil conquistaram um emprego. Contudo, por outro lado, como a oferta no mercado rondoniense, de acordo com o Sistema Nacional de Emprego, chegou perto de 7 mil postos de trabalho, permaneceram abertas quase 2 mil vagas. Em parte, o que se verifica ali, na realidade local de Rondônia, é exatamente aquilo que mencionei no início deste pronunciamento: temos uma carência enorme de mão-de-obra qualificada, o que dificulta e muitas vezes inviabiliza a colocação.

É justamente esse descompasso, Sr. Presidente, que precisa urgentemente ser corrigido, sob pena de aumentarmos ainda mais o desemprego. Logo, se não insistirmos na educação de alto padrão, orientada para o mercado, e mantida a mão-de-obra potencial desqualificada – incapaz, portanto, de atender as

necessidades dos distintos setores da economia —, teremos cada vez mais desempregados, que enfrentarão dificuldades a cada dia maiores para ingressar no mercado de trabalho.

É verdade que não existem fórmulas mágicas para a solução de problemas de tão alta complexidade como a questão do emprego. Tampouco o silêncio e a inação hão de proporcionar o equacionamento, por geração espontânea, de questão de tamanha gravidade. Enfim, todos sabemos também que não basta o voluntarismo dos discursos. O que me parece essencial diante desse quadro, Sr's e Srs. Senadores, é um investimento maciço e obstinado na requalificação do trabalhador, sem descuidar, é claro, de sua formação original, base imprescindível para uma força de trabalho dinâmica, flexível e atuante, capaz de fazer frente aos desafios que se apresentam com ritmo e diversidade nunca antes experimentados.

Além disso – para finalizar, Sr. Presidente – é preciso que o Governo Federal permaneça como garantidor da estabilidade econômica e empenhe-se na atração de novos investimentos, nacionais e estrangeiros, aportando capitais geradores de emprego e renda. Isso tudo só terá viabilidade dentro de um ambiente onde prevaleçam a segurança jurídica e políticas públicas coerente e consequentes.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo**, de 22 de agosto deste ano, intitulada “Fracasso nas urnas ronda ex-ministros”.

A matéria destaca que “ter na biografia o título de ex-ministro do governo Lula não tem ajudado o desempenho eleitoral de 11 ex-integrantes do primeiro escalão que se candidataram a cargos majoritários”. Os escândalos que permearam o governo do Presidente Lula certamente influem no desempenho eleitoral desses candidatos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fracasso nas urnas ronda ex-ministros

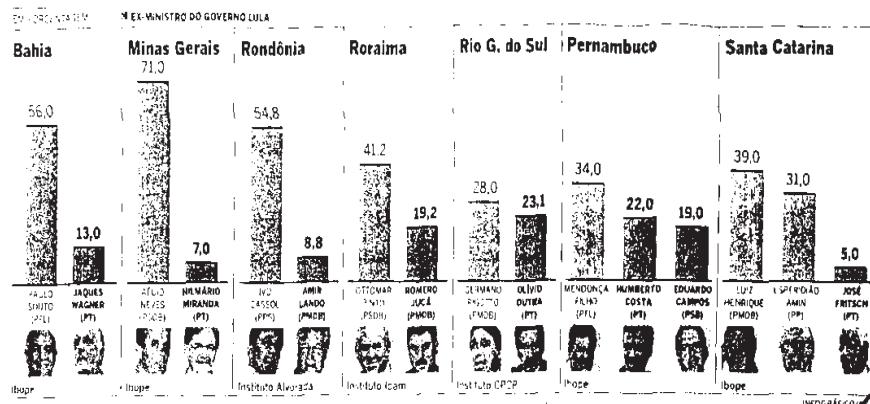
Petistas e integrantes de PMDB, PSB e PC do B vão mal nas pesquisas

João Domingos

BRASÍLIA

Ter na biografia o título de ex-ministro do governo Lula não tem ajudado o desempenho eleitoral de 11 ex-integrantes do primeiro escalão que se candidataram a cargos majoritários. As dificuldades não atingem só petistas, mas também filiados do PSB, do PMDB e do PC do B que passaram pela Esplanada dos Ministérios, todos agora candidatos a tomar uma dura surra nas urnas.

Têm desempenho eleitoral ruim os candidatos petistas aos governos da Bahia, Jaques Wagner (Relações Institucionais); de Minas, Nilmário Miranda (Direitos Humanos); de Santa Catarina, José Fritsch (Pesca); do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (Cidades); e de Pernambuco, Humberto Costa (Saúde). De outros partidos, vão mal os peemedebistas Amir Lando e Romero Jucá, que comandaram a Previdência e lutam, respectivamente, pelos governos de Rondônia e Roraima; e Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), que também é candidato ao governo de Pernambuco.



Até o ex-ministro da Educação Cristovam Buarque, que saiu do PT e disputa a Presidência pelo PDT, enfrenta o problema. Ele tem o dobro do tempo da senadora Heloísa Helena (PSOL) na TV e no rádio, mas continua com 1% da preferência dos eleitores, enquanto a candidata tem perto de 12%.

Dois ex-ministros de Lula tentam o Senado e nenhum têm chances de vitória hoje. Agnelo Queiroz (Esportes), do PC do B, perderia para Joaquim Roriz (PMDB) no Distrito Federal. E Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário), do PT, seria vencido por Pedro Simon (PMDB) no Rio Grande do Sul.

Aloizio Mercadante (PT), ex-líder do governo no Senado, parece ter herdado a maldição. Senador mais votado do País em 2002, seria derrotado já no primeiro turno na eleição ao governo de São Paulo pelo tucano José Serra, segundo as pesquisas.

O curioso é que os ex-ministros vão mal apesar do favoritismo de Lula nas pesquisas. Aparentemente o presidente escapou ao bombar-

deio de denúncias que marcou a segunda metade de seu governo, mas atingiu em cheio o PT e aliados. O próprio presidente tem se empenhado em desvincular sua imagem da do partido.

Para o secretário-geral do PT, Raul Pont, os ex-ministros não enfrentam só uma maldição, mas a "má vontade" dos meios de comunicação. "Veja o Rio Grande do Sul. As pesquisas dizem que 70% não têm candidato ao Senado. Aí, os jornais divulgam que o favorito é Simon. Não levam em consideração os indecisos que podem virar seu voto e eleger Rossetto."

Pont acha que nenhuma vitória está consolidada, nem a de Lula. "A campanha começou de fato há uma semana. Há um forte desalento no eleitor. O desenrolar do processo pode mudar a situação." Para ele, a situação do PT poderia estar até pior. "Houve um ano de massacre da mídia em cima do PT. Qualquer partido que tivesse sofrido o massacre que sofremos não sobreviveria. Sobre vivemos e estamos caminhando." ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Vergonhas e erros de Lula”, de autoria do jornalista Rubem Azevedo Lima, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 24 de julho do corrente.

O autor, em seu artigo, mostra que o presidente Lula “perdoou graves faltas dos companheiros, trocou alianças valiosas por aliados que o vexam e devem causar-lhe mais perdas do que lucros”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado, de autoria do jornalista Rubem Azevedo Lima, seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vergonhas e erros de Lula

RUBEM AZEVEDO LIMA

A imprensa revelou apelo, atribuído a Lula, feito à cúpula do PT para não associá-lo na campanha eleitoral a certos adesistas do PMDB, que apóiam sua tentativa de reeleição em outubro.

Lula quer os votos dos adesistas sem parecer que tenha ligação com essa gente, à qual concedeu cargo muito ironizado pela mídia: a direção dos Correios, o marco do descobrimento de um novo mundo de corrupção oficial, a ser dividido em capitâncias. Não se combinou, porém, com a oposição, respeito à vergonha presidencial.

Nesse mar tormentoso há muito sargão político. O presidente perdoou graves faltas dos companheiros, trocou alianças valiosas por aliados que o vexam e devem causar-lhe mais perdas do que lucros.

Sua candidatura já não tem o apoio do ex-presidente Itamar Franco, até então aspirante favorito ao Senado pelo PMDB, em Minas, com as simpatias do PT local. Seu nome foi preferido pelo peemedebista e ex-governador Newton Cardoso, após ajustes cabilosos com o presidente, que lembraram os da traição a Tiradentes, por Joaquim Silvério. Diz-se que Lula

perdeu na troca milhares de votos; o PMDB, uma senatoria; e Aécio ganhou prestígio, ao repelir tais acertos.

Em Pernambuco, o ex-aliado governador Jarbas Vasconcelos deixou de apoiar Lula e lá se foram mais eleitores. O campeão de votos em Brasília, Roriz, e os candidatos bem cotados à sua sucessão, que apóiam o ex-governador ao Senado, estão distantes do presidente.

A luta eleitoral em São Paulo é difícil para Lula, que ali enfrenta dois candidatos de peso: Alckmin, a presidente; e Serra, a governador. No Rio, de Garotinho, adversário implacável, Lula deixou a candidatura do petista histórico Vladimir Palmeira a governador, ligando-se à do senador Crivela, da Igreja Universal. E Heiloisa Helena, ó, dispara nas pesquisas.

A oposição deve reeleger-se em mais estados (BA, RS, PR, SC e GO). Lula, talvez não. Pelos erros que levaram Napoleão a Waterloo, Bom símbolo para o fim das reeleições: o governar, hoje, pensando em mais governo com favores a poderosos e mentiras à pobreza, sem promover, o tempo todo, o desenvolvimento do país e o bem-estar da nação.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Senado Federal encerrou a Semana da Pessoa com Deficiência, com solenidade realizada esta manhã, em que os 58 funcionários da Casa portadores de deficiência foram homenageados. Reúno-me a essa homenagem, que representa o respeito do Senado Federal pelo universo de brasileiros que representam 15% de nossa população, os quais, a exemplo dos nossos servidores, também merecem ter a igualdade de oportunidades aqui oferecidas.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que tanto tem impulsionado as atividades aqui desenvolvidas, tanto pelos Parlamentares, na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, quanto pelos servidores na Comissão Especial de Acessibilidade e na Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Cumprimento, igualmente, o Senador Flávio Arns, incansável na sua luta pelos direitos dos deficientes; o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência; os Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim, também aliados na defesa da igualdade de direitos.

Eu gostaria ainda de fazer um agradecimento ao Diretor do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, e, por meio dele, aos servidores do Senado. O Dr. Agaciel expressa a sensibilidade de todos e a conscientização necessária para garantir a igualdade na diversidade. É assim que se deve agir num país democrático, onde o acesso aos espaços físicos, à informação, ao mercado de trabalho, aos equipamentos mais sofisticados, ao convívio social, enfim, aos relacionamentos humanos, são garantidos pela Carta Maior.

O Senado Federal dá um grande exemplo para as instituições públicas em nosso País.

E não vai parar por aí. Já há novas obras programadas. E muito entusiasmo por parte dos servidores.

Nós, Parlamentares, temos de contribuir com a garantia da legislação que assegura os direitos plenos ao deficiente.

Encerro meu breve pronunciamento com uma frase que está impressa na publicação distribuída esta manhã, na homenagem aos servidores.

Ela diz que “a pessoa com deficiência tem o direito de ser igual sempre que as diferenças a inferiorizem; e o direito de ser diferente sempre que a igualdade a descharacterize”.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em discurso recente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, caso seja reeleito, reduzir impostos, cortar gastos públicos e aumentar os investimentos em infra-estrutura. São promessas que até fariam sentido, não fosse o fato de o candidato estar em pleno exercício do mandato de Presidente da República, finalizando um governo de quatro anos.

Governo este em que a administração federal praticou exatamente o contrário do que prega agora o presidente-candidato. Os investimentos em infra-estrutura, que eram de 13 bilhões e 200 milhões de reais em 2002, no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, caíram três anos depois, em 2005, para 9 bilhões e 700 milhões de reais.

No mesmo período, os gastos com a máquina administrativa e programas sociais deram um salto, de 71 bilhões e 100 milhões de reais para 95 bilhões e 700 milhões. Ou seja, embora investimentos em infra-estrutura sejam fundamentais para estimular o setor privado a gerar empregos e renda, o governo preferiu distribuir dinheiro por meio de programas assistencialistas, que apenas prolongam a dependência de um contingente da população, sem proporcionar meios para que obtenham qualificação e consigam trabalho digno.

Quanto à carga tributária, dados divulgados pela Receita Federal mostram que ela atingiu no ano passado um recorde histórico, consumindo 37,37 por cento de toda a riqueza produzida pelo Brasil. É uma elevação de quase um e meio ponto percentual em relação a 2004. A carga federal – o peso dos impostos e contribuições cobrados pela União –, que representava 24,92 por cento do Produto Interno Bruto quando começou o atual governo, atingiu 26,18 por cento do PIB em 2005.

Fica difícil acreditar que, num segundo mandato, o governo pretenda gastar menos, diante de dados referentes ao período pré-eleitoral. Este ano, entre janeiro e julho, os gastos da atual administração cresceram 14,8 por cento sobre o mesmo período de 2005 – mais que a arrecadação, que subiu 11,1 por cento.

Mais difícil ainda é acreditar nas previsões oficiais de uma expansão de 4 por cento do Produto Interno Bruto este ano. O mercado já trabalha com uma previsão de crescimento que não deve ser superior a 3 e meio por cento, devido a uma série de fatores, que incluem os juros reais elevadíssimos, a crise do setor agrícola e de outras áreas produtivas, a perda de dinamismo das exportações e o aumento da inadimplência.

Com a redução da demanda, nossa indústria pisou no freio no primeiro semestre deste ano, e muitas empresas estão dando férias coletivas a seus empre-

gados. O real valorizado e os juros altos farão com que a contribuição do setor exportador para o desempenho do PIB este ano seja negativa, pela primeira vez desde 2000.

Como reflexo desse quadro desfavorável, o índice de desemprego tende a aumentar. A taxa começou o segundo semestre em alta, segundo o IBGE, com um índice de 10,7 por cento em julho. Nas seis principais regiões metropolitanas do País, existem 2 milhões e 430 mil pessoas desempregadas. Entre junho de 2005 e junho deste ano, as micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo eliminaram 130 mil postos de trabalho.

Enfim, estes são fatos, amparados por números, que demonstram a urgente necessidade de uma correção de rumo nas políticas artificiais e de fôlego curto a que o governo tem recorrido. Não há como ter crescimento sustentável, nem como garantir ânimo empresarial para investimentos, se a administração federal não demonstra seriedade e austeridade, se o Estado continua a absorver uma parcela considerável da renda gerada pela sociedade e nada oferece em troca – a não ser promessas que as estatísticas desmentem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)

(OS Nº 14945/06)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

**29-8-2006
terça-feira**

10:00h – Café da manhã com o Diretor-Geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, e servidores do Senado Federal portadores de necessidades especiais, para apresentação do relatório das ações realizadas pelas Comissões de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

Restaurante dos Senadores

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia	Rio Grande do Sul	Amazonas
PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro	Ceará	Paraná
BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão	Paraíba	Acre
PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Moraes** PMDB – José Maranhão **	BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado**
Pará	Espírito Santo	Mato Grosso do Sul
PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** BLOCO-PL – Magno Malta**	PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João *** PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco	Piauí	Distrito Federal
PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo	Rio Grande do Norte	Tocantins
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais	Santa Catarina	Amapá
BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás	Alagoas	Rondônia
PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso	Sergipe	Roraima
PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaias Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ⁴		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁷		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 17.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

⁷ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



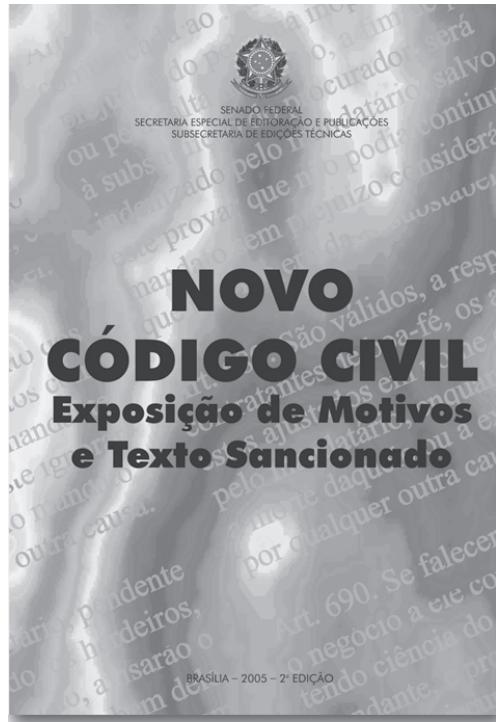
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS